

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS
Mestrado em Memória Social

**DEODORO, ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO: apagamentos e lembranças
sobre um campo minado.**

Norma da Silva Nascimento

Rio de Janeiro

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS
Mestrado em Memória Social

DEODORO, ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO: apagamentos e lembranças
sobre um campo minado

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Linha de pesquisa: Memória e Patrimônio

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leila Beatriz Ribeiro

Rio de Janeiro
2015

N244d Nascimento, Norma da Silva.
Deodoro, zona oeste do Rio de Janeiro :
apagamentos e lembranças sobre um campo minado /
Norma da Silva Nascimento. – 2015.
178 p. : il. (algumas color.) ; 30 cm + 1 CD-
Rom.

Orientador: Leila Beatriz Ribeiro.
Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-graduação
em Memória Social da Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
Referências: p. 148-174.

1. Testemunho. 2. Memória. 3. Arquivo. 4.
Reconstituição. I. Ribeiro, Leila Beatriz. II.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
III. Título.

NORMA DA SILVA NASCIMENTO

**DEODORO, ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO: apagamentos e lembranças
sobre um campo minado**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Linha de pesquisa: Memória e Patrimônio

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Leila Beatriz Ribeiro (Orientadora)
(Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO)

Prof^ª. Dr^ª. Andréa Lopes da Costa Vieira
(Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO)

Prof^º. Dr. Carlo Maurizio Romani
(Programa de Pós-Graduação em História – UNIRIO)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Goulart Ribeiro
(Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFRJ)

Dedico este trabalho a Victor Bogo e
Manoel Renato Balbé Moreira (*in
memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Mesmo sabendo da solidão necessária para se chegar ao término de um trabalho de pesquisa, cujas exigências, externa e interna, nos fazem passar noites insones, viajar quilômetros, ler muitos autores, ficar horas nos bancos de dados, pesquisar nos arquivos, conversar com as pessoas, em um esforço individual pesado na busca pelas informações certas para embasar o que se quer discutir, mesmo assim, sinto uma imensa gratidão por todas as pessoas que cruzaram o meu caminho nesta longa caminhada, que direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho de pesquisa, porque ninguém se faz ou faz algo sozinho. E começo agradecendo especialmente aos recordadores, como o senhor Manoel Renato Balbé Moreira, que nos deixou em setembro de 2014 e o seu amigo, Victor Bogo, falecido em maio de 2015 vencido pelo câncer. Ao primeiro eu devo a descoberta da mais devastadora das explosões nos paióis de munição. A sua curiosidade e a paixão pela história do Brasil, além da amizade com uma das testemunhas de um dos acontecimentos, me levaram à pequena Cidade Gaúcha, no interior do Paraná, para ouvir de perto as histórias do soldado Victor Bogo, a quem deixo os meus sinceros agradecimentos. Agradeço também a Maurício Sabbag Guimarães, outro apaixonado pela história do Brasil e que me convidou a ir a São Paulo para encontrar com o avô, coronel Renato Guimarães, e com a mãe, Dulce Sabbag Guimarães, a quem agradeço pelas horas de conversas e de lembranças emocionantes. Meu obrigado a Normando Vasconcelos, a Jair Martins Guimarães e a sua esposa Leda Feijó Guimarães, que me receberam para uma longa conversa sobre os acontecimentos que presenciaram. Meu agradecimento também a Iasodara Martins Guimarães e Lindaura Guimarães Silva, que me disponibilizaram fotos da família e me receberam em suas residências para conversar sobre as suas lembranças traumáticas, algumas pontuadas com muita emoção. Um agradecimento especial a Saulo Gomes, que além de relembrar o seu trabalho como repórter da Rádio Continental, ainda colocou à minha disposição fotos e as gravações da cobertura jornalística de uma das explosões. Obrigada a dona Edna, que boa entendedora dos processos tecnológicos, ajudou o marido na entrevista por *skype*. Também agradeço a todos os que colaboraram nesta pesquisa: Lucyanne Mano, do Blog Hoje na História, que me facilitou o acesso a alguns dos e-mails dos comentários no blog que me levaram aos personagens deste trabalho; a Kelly Castelo Branco, pelas dicas de ABNT; a Lúcio Pauleski, motorista da Secretaria de Saúde de Cidade Gaúcha que me levou de Cianorte até o hotel onde conversei com o seu Victor Bogo; a Roger Bondani Moreira, que foi me

buscar no aeroporto de Maringá; a Sônia Regina Bogo e Márcio Bogo, que me receberam com atenção e carinho. Obrigada aos profissionais que me orientaram em todos os lugares por onde passei em busca dos documentos das explosões. Agradeço aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Memória Social que vibraram quando eu, depois de perder meu objeto original de pesquisa no meio do mestrado, me apaixonei pelo tema das explosões em Deodoro e precisei correr contra o tempo para não perder os prazos. Muito obrigada a Andrea Loureiro que dedicou parte do seu tempo para fazer a revisão deste trabalho. Agradeço aos meus amigos e familiares que entenderam as minhas ausências em muitos momentos bacanas, demonstrando interesse quando lhes falava do trabalho de campo e das minhas descobertas. Agradeço especialmente a minha mãe Irene e ao meu filho Felipe, pelos incentivos constantes e a minha sobrinha Michele, que me ajudou com a transcrição das primeiras entrevistas. E finalmente, meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, que me abriram um mundo de novos conhecimentos e novas inquietações e dentre eles, minha gratidão a Leila Ribeiro que acompanhou, desde os meus tropeços e inseguranças dos primeiros momentos até o resultado final.

Este trabalho de pesquisa é uma homenagem a todos os narradores do passado e do presente. Aos primeiros porque nos deixaram histórias que nos estimulam a curiosidade e emocionam desde pequenos e que seguirão conosco até o fim dos nossos dias e aos segundos que, a uma aproximação interessada e atenciosa, transbordam em relatos vívidos que nos transportam para um passado ainda muito recente, de uma memória que todos acreditam, não deve ser esquecida.

Para Felipe, pelos sonhos sonhados
juntos e que se tornam realidade.

RESUMO

Este trabalho de dissertação pretende analisar as três explosões no Depósito Central de Material Bélico do Exército, localizado em Camboatá, no bairro de Deodoro, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1948, 2 de agosto de 1958 e 2 de outubro de 1958, dando ênfase aos relatos de testemunhas que presenciaram os acontecimentos e cujas narrativas pessoais foram esquecidas. A memória dos testemunhantes das três explosões nos chega, neste trabalho de pesquisa, impregnada por imagens e lembranças pontuadas por uma narrativa densa e emocionada e carregadas por uma grande incompreensão dos fatos. Algumas dessas narrativas, com toda a dramaticidade da experiência vivida, foram compartilhadas em círculos sociais restritos, como a família e os amigos mais próximos e são versões particulares de acontecimentos registrados pelos jornais da época. Outras lembranças são recordações resgatadas do fundo de um passado marcado pelo trauma que se tentou esquecer. Da primeira explosão, de 1948, e a que provocou mais vítimas e mais desdobramentos políticos, foi localizada apenas uma testemunha, que aos 85 anos e com uma saúde bastante fragilizada, mantém a sua capacidade de rememoração preservada. Das duas explosões de 1958, encontramos a maior parte dos narradores, dentre eles um militar e um repórter radiofônico que estavam no epicentro dos acontecimentos das explosões. Os outros testemunhantes eram moradores dos bairros circunvizinhos às terras de Camboatá, local onde aconteceram as três explosões. O presente estudo está circunscrito a esses relatos e aos documentos localizados, como os arquivos dos jornais e revistas, que deram os parâmetros iniciais para esta pesquisa, assim como a documentação dos órgãos oficiais.

PALAVRAS-CHAVE: Testemunho. Memória. Arquivo. Reconstituição.

ABSTRACT

This master's dissertation intends to analyse the three explosions in the Depósito Central de Material Bélico do Exército, located in Camboatá, Deodoro's neighborhood, in Zona Oeste of the city of Rio de Janeiro, on April 15th 1948, on August 2nd and on October 2nd of 1958, emphasizing the reports of the ones who witnessed the events and whose personal narratives were forgotten. The memories of the three explosions came to us, in this essay, impregnated with images-memories, punctuated by a dense narrative and with a great misunderstanding of the facts. Some of these narratives, with all the lived experienced drama, were shared in restricted social circles, such as the families and close friends, and are particular versions of events recorded by the newspapers from that time. Other memories were retrieved from the bottom of a past marked by the traumas which some of the witness tried to forget. From the first explosion, in 1948, which caused more victims and more political developments, we were able to locate just one witness left, who, after 85 years and with a very poor health condition, still has its recall ability well preserved. Of the two explosions recorded on 1958, we were able to find most of the narrators, including a military and a radio reporter, who were at the epicenter of these events. The other witnesses were residents of the surrounding neighborhoods of Camboatá. This study was based in these reports and in documents found, such as newspapers and magazines, which gave the initial parameters for this research, as well as the documentation from official bodies.

Keywords: Witness. Memory. Recall. Archive. Reconstitution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1: Blog Hoje na História do Jornal do Brasil. Postagem de 2 de agosto de 2008, p. 16
- Imagem 2: Jornal do Brasil, domingo, 3 e segunda-feira, 4 de agosto de 1958, p. 17
- Imagem 3: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro 12/11/2012, p. 31
- Imagem 4: Vista área das terras de Camboatá. Fonte: Veja Rio, 06/03/2013, p. 35
- Imagem 5: explosivos encontrados no Centro de Treinamento de Camboatá, O Globo, 2/05/2013, p. 38
- Imagem 6: Lançamento da pedra fundamental da Vila Militar de Deodoro em 1907, Relatório do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, 1907, p. 53
- Imagem 7: Jornal O Globo, 16 de abril de 1948, p. 62
- Imagem 8: Jornal O Globo, 2 de agosto de 1948, p. 73
- Imagem 9: Páginas do Jornal do Brasil, 3 e 4 de agosto de 1958, p. 75
- Imagem 10: Sarmento, Saulo Gomes, Fausto Lembro e o fotógrafo do Jornal do Brasil em Camboatá no dia 02 de outubro de 1958, p. 83
- Imagem 11: Jornal do Brasil, 3 de outubro de 1948, p. 84
- Imagem 12: Nota do gabinete do Ministro da Guerra, em 4 de outubro de 1958, p. 87
- Imagem 13: Jornal O Globo, 7 de outubro de 1958, p. 88
- Imagem 14: A Luta Democrática, 21 de outubro de 1958, p. 91
- Imagem 15: Tenente Antonio Guimarães, com o uniforme do Exército, p. 94
- Imagem 16: O casal Antonio Guimarães e Iracema Guimarães com os filhos: Edna, filha adotiva, Jaci, Jair, Jarbas, Jaques, Lindaura, Janete, Ubirajara, Teresinha e Ubiratan. p. 95
- Imagem 17: Documento avulso do Depósito Central de Munição, p. 96
- Quadro 1: Comentários no blog Hoje na História do Jornal do Brasil online, p. 137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

GAEMA – Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente
MPE – Ministério Público do Estado
PPGMS – Programa de Pós-Graduação em Memória Social
CMDO/BaApLogEX – Comando da Base de Apoio Logístico do Exército
DCMUN – Depósito Central de Munição
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
FGV – Fundação Getúlio Vargas
EsSLog – Escola de Sargento de Logística
IPM – Inquérito Policial Militar
CIOP – Centro de Instrução de Operações Especiais
SEA – Secretaria de Estado do Ambiente
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
CECA – Comissão Estadual de Controle Ambiental
GATE – Grupo de Apoio Técnico Especializado
RAP – Rede Ambiente Participativo
IPP – Instituto Pereira Passos
AP – Área de Planejamento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ADEMI – Associação do Mercado Imobiliário
APA – Área de Preservação Ambiental
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
UDN – União Democrática Nacional
PCB – Partido Comunista do Brasil
PPP – Partido Popular Progressista
AHEX – Arquivo Histórico do Exército

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 14

1 AS TERRAS DE CAMBOATÁ NO CENTRO DE UMA DISPUTA, 28

1.1 DESENTERRANDO A MEMÓRIA DE UM LUGAR, 29

1.2 COMO SURGEM OS BAIRROS DA ZONA OESTE, 39

1.3. A OCUPAÇÃO MILITAR DO SUBÚRBIO CARIOCA, 47

2 O SUBÚRBIO BOMBARDEADO, 56

2.1 AS EXPLOSÕES DE 15 DE ABRIL DE 1948 E SEUS DESDOBRAMENTOS, 58

2.2 AS EXPLOSÕES DE 2 DE AGOSTO DE 1958, 71

2.3 AS EXPLOSÕES DE 2 DE OUTUBRO DE 1958 E AS ACUSAÇÕES DE SABOTAGEM, 82

3 PARA BEM LEMBRAR É PRECISO ESQUECER, 98

3.1 NARRADORES, RASTROS DE LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS, 100

3.2 AS NARRATIVAS E OS DOCUMENTOS, 123

3.3 UMA COLEÇÃO DE TESTEMUNHOS: O BLOG HOJE NA HISTÓRIA, 132

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 142

REFERÊNCIAS, 146

FONTES, 169

ANEXO, 173

INTRODUÇÃO

Marca-se a fogo, e com isso, alguma coisa ficará na memória; só o que não termina, o que dói, fica na memória. (Friedrich Nietzsche, 2007)

O que quer o narrador além de ser ouvido? Dar um sentido àquilo que narra, sem sentir-se obrigado a explicar detalhes que cabe a história investigar? Qual o significado de dividir com outras pessoas, familiares e amigos, suas histórias de vida? Isso o diferencia entre os seus pares? A partir de que momento da trajetória de nossas vidas nos sentimos afetados pelo passado e buscamos na escuta do outro a confirmação daquilo que testemunhamos?

Ao ser indagado sobre as razões que o levaram a compartilhar o que havia testemunhado em 15 de abril de 1948, quando os paióis do Depósito Central de Material Bélico do Exército, localizado no bairro de Deodoro, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, explodiram pela primeira vez, levando morte, destruição e desespero aos moradores do subúrbio, o senhor Victor Bogo (2014) limitou-se a dizer que queria apenas saber se havia outras testemunhas com quem pudesse conversar sobre esses acontecimentos dramáticos que ele nunca conseguiu esquecer.

No processo de rememoração em que nos impregnamos da atmosfera do passado e ao qual Halbwachs (2006) define como um “trabalho”, no sentido de que é um esforço consciente do sujeito que recorda, é importante perceber que a existência do narrador só se justifica quando ele encontra alguém com quem compartilhar a sua experiência. Esse ouvinte pode, ao mesmo tempo, ser o sujeito que vai ajudá-lo a rememorar o que ele pensa ter esquecido ou reanimar uma lembrança adormecida. São esses restos e pedaços de lembranças que, embora reagrupados, reorganizados e ressignificados, permanecem em um ambiente quase etéreo, de muita riqueza, porém sob a ameaça constante do esquecimento, sempre prestes a desaparecer.

As lembranças como rastros são justamente tudo aquilo que nos chega de forma imprecisa, hesitante, incompleta, com reticências, mas que ao mesmo tempo traz a força de uma verdade particular daquilo que é narrado e que é, em última instância, o que vai definir o narrador e a sua narrativa. De que maneira esses fragmentos do passado

ressignificado, quando reescritos, se tornam rastros duradouros da memória social, compondo uma história não oficial e sim uma história de histórias? É o que tentaremos analisar neste trabalho de pesquisa, que trata das lembranças que ficaram de três eventos dramáticos acontecidos em um mesmo lugar em momentos diferentes e que deixaram rastros de uma memória individual e coletiva quase esquecida.

Nosso objeto de reflexão são as narrativas e os narradores das três explosões no Depósito de Material Bélico do Exército, no bairro de Deodoro, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em três ocasiões distintas: 15 de abril de 1948, 2 de agosto de 1958 e 2 de outubro de 1958. Mas para entendermos essas narrativas, é fundamental compreendermos os caminhos que nos levaram a elas.

O bairro de Deodoro, localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, ganhou projeção nacional em 2012 por causa da polêmica em torno da cessão do Ministério da Defesa ao Ministério do Esporte de uma área de 2 milhões e 140 mil metros quadrados, para onde seria transferido o autódromo de Jacarepaguá. No local em questão, conhecido como Camboatá, funcionou até o final dos anos 1950, o Depósito Central de Material Bélico do Exército, uma área classificada pelo próprio Exército, como de risco máximo de explosão. Organizações não governamentais e associações de moradores se mobilizaram para impedir a concretização do negócio e o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema) acionou o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que entrou com uma liminar na Justiça pedindo a imediata interrupção da descontaminação da área, sob a responsabilidade do Comando Militar do Leste. (FÓRUM Esporte, 2013).

A disputa entre governo e sociedade civil organizada foi ampliada com a morte, em 21 de junho de 2012, de Vinicius Figueira Benedicto Eugênio, de 22 anos, vítima da explosão de uma granada no campo de instruções de Camboatá, que feriu outros 10 rapazes que participavam de um treinamento. O trabalho de perícia concluiu que o artefato que provocou a explosão estava no local há, pelo menos cinco décadas e, como ele, outros poderiam estar enterrados em meio à densa vegetação. Com a morte do jovem, o Exército, que até então não havia mencionado a informação sobre o uso da área em treinamentos com explosivos, comprometeu-se a descontaminar o terreno. (FÓRUM Esporte, 2013).

Ao buscar mais informações sobre a explosão do dia 21 de junho de 2012, em que morreu um jovem soldado, chegamos ao blog Hoje na História, do Jornal do Brasil online e a uma postagem de 2 de agosto de 2008, que relata a explosão nos paióis do Depósito

Central de Material Bélico em 2 de agosto de 1958. Para lembrar os 50 anos daquele acontecimento, o blog reproduziu a primeira página do Jornal do Brasil do dia seguinte à explosão com as informações apuradas pelos repórteres no local da tragédia. Segundo a matéria da edição do Jornal do Brasil de 3 e 4 de agosto de 1958, o fogo atingiu inicialmente o paiol de infantaria, espalhando-se rapidamente e provocando sucessivas explosões que duraram 72 horas. (AMORIM, 2008).



Imagem 1: Blog Hoje na História, do Jornal do Brasil. Postagem de 2 de agosto de 2008.

Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Embora a descrição do jornal seja impressionante, com fotos mostrando os moradores fugindo e o local destruído, o destaque do Blog Hoje na História estava nas dezenas de comentários de pessoas que testemunharam esses acontecimentos e cujas lembranças eram uma espécie de grito de quem foi, durante tanto tempo, silenciado e que, com o advento das ferramentas tecnológicas que facilitaram o acesso à informação, encontraram no blog do jornal um espaço para os relatos de suas experiências traumatizantes.

Essas narrativas testemunhais indicaram o caminho por onde esta pesquisa deveria seguir. A partir dos relatos no blog, chegamos a descoberta da primeira e mais traumática das explosões nesse local, a de 15 de abril de 1948. Também localizamos a terceira explosão, a de 2 de outubro de 1958, dois meses após a do dia 2 de agosto que mereceu o destaque no blog, provocando uma coleção de relatos traumáticos.



Imagem 2: Jornal do Brasil, domingo, 3 e segunda-feira, 4 de agosto de 1958.

Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Este trabalho trata, portanto, da rememoração dos três eventos, tendo como base os relatos individuais das testemunhas, sobretudo porque trata-se de experiências pessoais que se contrapõe à memória histórica, oficial, contribuindo para o conhecimento desses três episódios dramáticos, sob o ponto de vista de quem viveu a experiência, além de trazer o discurso silenciado e apagado pela história oficial para um lugar visível.

São esses sujeitos que, ao recordar, ganham voz e visibilidade e acabam por transformar-se em protagonistas de um movimento de “revalorização da primeira pessoa como ponto de vista” (2007, p. 8) a quem Sarlo faz uma análise crítica a partir da experiência da Argentina, quando a memória dos atingidos pela ditadura militar pode vir a público em relatos testemunhais e traumáticos que extrapolaram o âmbito da justiça, ganhando destaque em outros segmentos da sociedade.

Ela chamou esse movimento de “guinada subjetiva”, quando a história oficial recebe outro olhar, um olhar recortado, localizado, individualizado de quem a

testemunhou. “A história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida privada, pública, afetiva, política, para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada”. (SARLO, 2007, p.19).

Localizado nas décadas de 1960 e 1970, essa avalanche de verdades individuais passou a ser aceita sem questionamentos, numa espécie de restauração do “sujeito” que era, até então, visto como “ideológico” ou de “falsa consciência”, o que coincide com “uma renovação análoga na sociologia da cultura e nos estudos culturais, em que a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas”. (SARLO, 2007, p.19). A autora critica a forma como esse testemunho ganhou um status de “ícone da verdade” passando a ser usado na reconstituição de um passado oficial. No caso específico da Argentina, era mais importante conseguir a condenação dos culpados do que “compreender o mundo das vítimas”. (SARLO, 2007, p.67).

O que a autora destaca em sua análise é o que a academia reconhece como um elemento essencial para o entendimento do passado, as narrativas orais, que ganharam maior destaque nas últimas décadas, como metodologia de pesquisa, mas dentro do âmbito do trabalho historiográfico. Ferreira e Amado sinalizam, no entanto, que a história oral, como método de pesquisa, não deve restringir-se apenas a um “procedimento de trabalho”. (FERREIRA; AMADO, 1988, p. 66). Mas o historiador deve ter a sensibilidade para vê-la, não meramente como uma técnica, mas como um fenômeno que se integra perfeitamente à história geral. Neste caso, a questão é saber como o resultado dessa metodologia articula-se com os outros arquivos e com as outras áreas do conhecimento, uma vez que a história oral “é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar questões: formula as perguntas, porém não pode obter respostas”. (FERREIRA; AMADO, 1988, p. 26). Como o nosso interesse nesta pesquisa é justamente o de destacar os relatos de quem presenciou acontecimentos pontuais, restringimo-nos apenas às narrativas para tentar compreender determinados fatos cuja memória foi quase esquecida.

Em contato com a editoria do blog, que, entendendo a importância desta pesquisa, forneceu os e-mails dos internautas que postaram comentários, foi possível localizar algumas dessas testemunhas que, em uma primeira conversa, sentiram-se motivadas a lembrar o que vivenciaram. Quase todos os relatos no blog Hoje na História são de pessoas que eram crianças na época das explosões de 1958. Outras cresceram ouvindo as histórias de familiares e são capazes de reproduzir os acontecimentos que nunca presenciaram. Dois militares, um deles soldado da Infantaria e o outro Comandante do

Regimento de Cavalaria, hoje com 85 e 93 anos respectivamente, os primeiros entrevistados desta pesquisa, relembrou o que viveram e demonstraram, já nos primeiros contatos telefônicos, o desejo de que os seus relatos sejam tomados como verdadeiros, porque são o ponto de vista de quem lá esteve e que hoje pode testemunhar. O Coronel Renato Guimarães comandava em 1958 o Regimento de Cavalaria na Vila Militar de Deodoro e liderou os seus soldados no combate ao fogo, em auxílio ao Corpo de Bombeiros e o soldado Victor Bogo que testemunhou as explosões de 1948, único narrador dos acontecimentos desse ano que a pesquisa de campo conseguiu contatar.

As edições do Jornal O Globo e do Jornal do Brasil do dia seguinte às explosões de 15 de abril de 1948 são conflitantes nas informações. O Jornal do Brasil não especifica o número exato de mortos, trazendo no subtítulo da chamada de capa a seguinte informação: “numerosos feridos entre a população civil daquela localidade”. (VIOLENTA..., 1948). A edição vespertina do jornal O Globo do mesmo dia informa na reportagem da página 1, a morte de 13 mulheres e 8 homens, sem contar “aqueles que morreram nos hospitais para onde foram removidos”. (SABOTAGEM..., 1948). Ambos os jornais relatam ferimentos em mais de 100 pessoas.

A Revista O Cruzeiro, de 1º de maio de 1948 dedica 10 páginas à tragédia no subúrbio, com o título “A catástrofe de Deodoro. Sabotagem?” O texto de David Nasser, com fotos de José Medeiros, Raul Machado, Oswaldo Medina e Celso Muniz, descreve a explosão como uma das piores tragédias acontecidas no Rio de Janeiro e no Brasil, que destruiu tudo em um raio de um quilômetro, matando 20 operários, que morreram “sem deixar vestígios” e deixaram “centenas e centenas de feridos”. Embora a reportagem tenha sido publicada duas semanas após o incêndio, a revista também não é precisa no número de vítimas, inclusive daquelas que morreram por causa das explosões e cujos corpos nunca foram encontrados. Buscando confrontar as informações nos jornais e revistas pesquisados, contabilizamos a morte, em 1948, de 28 pessoas, entre civis e militares, além de ferimentos em mais de 100 pessoas, embora a revista O Cruzeiro relate que, pelo menos 300 feridos “superlotavam todos os hospitais da cidade”. Jornais mais populares como o Diário de Notícias e Luta Democrática informam que houve mais de 200 feridos. Não conseguimos localizar nas edições posteriores às explosões, se houve mais mortes entre as pessoas hospitalizadas em decorrência dos ferimentos. (NASSER, 1948, p. 16).

Na segunda explosão, ocorrida em 2 de agosto de 1958, apenas um corpo foi encontrado, segundo a edição do Jornal do Brasil do mesmo dia (PELOS ARES...1958).

A primeira página da edição do Jornal do Brasil de 3 e 4 de abril de 1958 também menciona a morte de pessoas em decorrência das explosões, mas elas teriam sido causadas pela forte comoção naquelas com problemas cardíacos. (CONTINUAM..., 1958). O Jornal O Globo, por sua vez, na edição de 4 de agosto de 1958, afirma que não houve vítimas fatais, mas ferimentos em “apenas as atingidas por estilhaços”. (O SINISTRO..., 1958).

Na terceira explosão, em 2 de outubro de 1958, o Jornal O Globo relata a morte de um adolescente, atropelado por um carro quando fugia das explosões em uma bicicleta. (PÂNICO..., 1958). O Jornal do Brasil, na edição de 3 de outubro de 1958, não faz menção a vítimas fatais. (SESENTA DIAS..., 1958).

Um comentário do Blog Hoje na História, do Jornal do Brasil, indica a existência de um Memorial a sete militares que teriam morrido na primeira explosão de 1948 e que estaria no Quartel do Centro de Treinamento de Camboatá. Ao visitarmos o local em 23 de novembro de 2013, fomos informados de que o Memorial teria sido transferido para Paracambi, onde hoje funciona o Depósito Central de Munições do Exército. (AMORIM, 2008). Em contato telefônico com o DCMUN em julho de 2014, não conseguimos confirmar a informação e, para ter acesso aos documentos do Depósito relativos aos três eventos, fomos orientados a enviar a Base de Apoio Logístico do Exército uma solicitação por escrito, o que fizemos dia 29 de julho, em documento assinado pelo Coordenador do PPGMS-UNIRIO, professor Francisco Ramos de Farias e pela orientadora da dissertação, professora Leila Ribeiro. A resposta veio por Ofício de número 1-CMDO/BaApLogEx, em 01 de setembro de 2014, assinada pelo general de brigada, Ronaldo Barcelos Ferreira de Araújo, informando que os documentos referentes às três explosões não foram encontrados. Este foi o único documento produzido no âmbito deste trabalho de pesquisa.

No caso em estudo das três explosões, os relatos das testemunhas ganharam pequeno destaque na época dos acontecimentos, nos jornais de maior circulação do Rio de Janeiro e apenas durante os primeiros dias. Quase todos os jornais destacam o desespero das famílias em fuga, inclusive com a divulgação de fotos, nomes e endereços das vítimas. Mas não observamos reportagens mais individualizadas, principalmente nas edições de 1948, em que seja destacado o drama pessoal dos moradores, o que talvez pudesse dar uma dimensão, pelo menos aproximada, da dramaticidade dos eventos. O mesmo foi verificado na cobertura das explosões dos anos 1950. Embora em algumas reportagens seja possível conhecer o drama de algumas famílias, com relatos das cenas de desespero dos moradores em fuga, ainda aqui as reportagens dão mais ênfase aos

acontecimentos sob o ponto de vista das informações oficiais. No entanto, é possível observar a gravidade da situação nos três eventos, a partir da comoção popular causada pela violência das explosões e em 1948, sobretudo, pelos mortos, feridos e por todos os prejuízos materiais sofridos pelas famílias, a maioria de classe média baixa, que, ou tiveram parentes e conhecidos mortos, ou foram desalojadas ou perderam tudo o que tinham. Nas duas outras explosões de 1958, foi registrada apenas uma morte no local, mas os jornais relatam casos de pessoas que morreram depois, em consequência das explosões.

Os testemunhos da grande maioria das pessoas afetadas pelos eventos que compõe algumas reportagens dos três períodos foram rapidamente esquecidos e silenciados e a vida no subúrbio voltou a uma aparente normalidade, não despertando o interesse de ninguém sobre as circunstâncias das explosões e, principalmente, sobre as consequências que elas provocaram na população atingida. Também não foram localizadas informações sobre como os moradores dos bairros mais diretamente afetados pelas explosões, retomaram as suas vidas.

Dentro dos quartéis da Vila Militar, após as explosões de 1948, foi imposta a lei do silêncio e ninguém podia fazer comentários sobre os acontecimentos. Estas lembranças estão bem nítidas na memória do senhor Victor Bogo (2014), como poderemos verificar ao longo deste trabalho. No entanto, do lado de fora, as lembranças traumáticas dos moradores de Deodoro e dos bairros vizinhos, foram sendo reproduzidas e lembradas sucessivas vezes por quem viveu a experiência, mas os relatos sempre estiveram limitados aos universos, primeiro da família, e depois dos amigos, vizinhos e conhecidos, como pudemos constatar no contato com os entrevistados, em que alguns deles comentaram sobre com quem costumavam compartilhar suas lembranças sobre as explosões. No caso específico da família do Coronel Renato Guimarães (2013), ele próprio encarregou-se de reproduzir seus relatos entre os familiares e costumava contar os eventos de Deodoro para os netos, que cresceram ouvindo histórias de atos heroicos, com imagens aterrorizantes daqueles dias em que o subúrbio do Rio de Janeiro viveu cenas de uma guerra, como se a cidade estivesse sendo bombardeada por um inimigo que ninguém sabia de onde vinha.

Rossi (2010), ao analisar as imagens que são produzidas no processo de rememoração, acredita que, se perdemos a memória, somos conduzidos a uma espécie de “fosso” com momentos sem sentido. Sem essa capacidade de rememoração, perderíamos a nossa identidade e o sentido da própria vida. Rossi reafirma o pressuposto defendido por outros pensadores da memória social, de que a lembrança é um esforço consciente,

cujo processo de construção tem muita “fadiga no decurso de cada geração”. (ROSSI, 2010, p.30).

É a nossa memória que, ao nos conectar ao passado “confirma o que somos”, mesmo que não sejamos mais o que éramos antes. (LOWENTHAL, 1998, p. 83). O passado é certamente um passaporte para o presente, mas é também uma espécie de “país estrangeiro”, uma vez que jamais ele será “tão conhecido quanto o presente”. Para o autor, mesmo que esteja bem documentado, “o passado permanece igualmente fugidio”. (LOWENTHAL, 1998, p. 73).

Na busca por vestígios desse passado distante, percebemos que a reprodução no Blog Hoje na História em 2 de agosto de 2008, da primeira página da edição 179 do Jornal do Brasil de 3 e 4 de agosto de 1958, em que duas fotografias se destacam abaixo da manchete “Continuam as explosões: mais 72 horas de perigo”, foi capaz de provocar uma avalanche de comentários, trazendo à tona esses fragmentos de lembranças. Essas narrativas, grande parte delas com descrições detalhadas de pedaços dessas memórias de quem testemunhou os acontecimentos daquele ano, ou de quem apenas ouviu essas narrativas, saíram da esfera de um quadro social particular para invadir o espaço público da web, nos conduzindo ao objeto de pesquisa desta dissertação.

Para trabalhar teoricamente com estas narrativas, buscamos nos apoiar em alguns pensadores do campo da memória social, estabelecendo assim um diálogo a partir das observações empíricas desta pesquisa, cujo trabalho de campo resultou em 10 entrevistas com as testemunhas das três explosões, além das fontes jornalísticas, principalmente as reportagens dos jornais O Globo e Jornal do Brasil e os poucos documentos encontrados no Arquivo Nacional, no Museu Histórico do Exército e no Arquivo Público da cidade do Rio de Janeiro.

O desafio é, portanto, encontrar coerência entre teoria e pesquisa a partir do problema colocado: a experiência do sujeito que testemunha e, portanto, é consequência de um processo voluntário e consciente de rememoração, estaria integralmente conservada no seu relato ou se dissolveu com a repetição narrativa que, ao longo do tempo foi incorporando novos elementos àquela experiência?

Baseando-nos no pressuposto de que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (SARLO, 2007, p 24), a questão que se coloca neste trabalho de pesquisa é analisar como essas experiências chegam ao presente guardando toda a intensidade do que foi vivenciado e quais os parâmetros que tornam crível o testemunho. Qual é o sentido, para quem guarda lembranças traumatizantes,

rememorá-las ao longo da vida, compartilhando-as com os seus semelhantes? Existirá um desejo interior em cada testemunhante de marcar a sua existência e reforçar a sua identidade pelo relato transmitido? Em que ponto o relato vivido sai da esfera do passado circunscrito a determinados quadros sociais da história para se tornar uma simples narrativa, capaz de transportar para a cena relatada quem nunca viveu aquela experiência? Como essas narrativas transmitidas oralmente aos círculos mais íntimos dos testemunhantes, são ressignificadas pelas novas gerações? O que difere as narrativas orais transmitidas em pequenos círculos, das narrativas oficiais, documentadas para um grande número de pessoas? Este é o desafio a que se propõe esta pesquisa.

Como parte do material empírico deste estudo inclui justamente os depoimentos das testemunhas que eram crianças e adolescentes por ocasião das duas explosões de 1958, procuraremos analisar esses rastros narrativos à luz de alguns dos estudiosos da memória, como Halbwachs (2006), que em suas reflexões traz uma abordagem interessante sobre as lembranças da infância e da forma como elas mudam com as experiências do presente: “a vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais pelos quais ela entra em contato com um passado mais ou menos distanciado, que é como o contexto em que são guardadas suas lembranças mais pessoais”. (HALBWACHS, 2006, p. 90).

Outra questão de interesse desta pesquisa é buscar entender como se opera o processo de patrimonialização do testemunho individual. Como o testemunho documentado, que é, em última análise, a memória subtraída e esquecida pela história, ao ganhar um lugar de destaque por meio de narrativas orais e testemunhais, transforma-se em documento e, conseqüentemente, em patrimônio. Dodebei (1997), ao analisar *O sentido e o significado do documento para a memória social* nos alerta de que “não existe memória sem documentos, uma vez que estes só se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos”. E são essas escolhas que vão determinar como os documentos se relacionarão entre eles “gerando novos conhecimentos, representados por novos objetos e, conseqüentemente, talvez, novos documentos”. (DODEBEI, 1997, p. 175).

Como trabalharemos com vestígios de lembranças, a partir das entrevistas realizadas e da coleção de relatos em um suporte virtual, que é o Blog Hoje na História, do Jornal do Brasil, nos utilizaremos das reflexões de Ribeiro (2006), cujos estudos aprofundam o entendimento da coleção material e imaterial como uma forma de expressar, ou a memória ou o patrimônio de pessoas e de grupos. Ao refletir sobre

coleções e imagens narrativas, a autora nos leva ao campo das “coleções imagéticas”, em que há uma espécie de dupla função da narrativa. Ao mesmo tempo em que ela é um “discurso fundador”, capaz de trazer à tona a “origem das coisas primeiras” também “reforça a ideia nostálgica de um passado que se quer restaurar utopicamente no hoje”. (RIBEIRO, 2006. p.2). Ao valorizar a inserção da narrativa “no espaço das modernas formas de elaborar a informação”, Ribeiro ressalta que essa valorização cria um “outro tempo de narração” e nos adverte que, mesmo que esses registros não se transformem em documentos, “tais experiências “falam” das leituras do mundo e do modo como as coisas e pessoas são e vivem”. (RIBEIRO, 2005, p. 66-67)

Trabalharemos também com Pollak (1989), que destaca a memória dos excluídos e marginalizados, cujas “lembranças confinadas ao silêncio permanecem vivas”. O pensador entende que a história oral é justamente o discurso que, ao emergir dos subterrâneos sociais, onde ficou durante longos períodos esquecida e sufocada pela cultura oficial, que ele chama de “memória nacional”, chega para “subverter o silêncio”, criando um campo de disputas pela memória, ao destacar os relatos pessoais. (POLLAK, 1989, p. 3).

Em Nora, discutiremos a oposição permanente entre memória e história, onde a primeira é viva e está sempre no presente e a segunda é apenas uma representação do passado. Em suas análises, Nora nos faz pensar porque “a memória é sempre suspeita para a história” que sempre tentará “destruí-la e a repelir”. (NORA, 1981, p. 9). Em Huyssen (2000) buscaremos o seu pragmatismo em pensar a memória como transitória e não confiável, porque está sob o impacto permanente dos excessos em lembrar e do medo do esquecimento.

A sugestiva abordagem de Assmann (2011) também nos interessa. Em seus estudos sobre a memória traumática, ela coloca o corpo em lugar de destaque, porque ele é também “memória” e receptáculo de toda a experiência vivida e que vai deixando impressões como em uma superfície ao ser escrita. E finalmente, trabalharemos com Benjamin (1987), para quem a fonte da narrativa está na experiência transmitida oralmente de pessoa a pessoa. Para Benjamin, na arte de contar histórias está embutida a capacidade de contá-las reiteradas vezes e nessa escuta, quem assimila os ensinamentos narrativos, que ele chamava de “conselhos”, vai embarcando na história e se transportando para aquele mundo que passa, pelo menos por alguns momentos, a ser o seu próprio, daquele que ouve o narrador. O ouvinte vive a experiência narrativa que mais

tarde poderá ser reproduzida do seu próprio jeito, com as suas próprias palavras, guardando aquilo que ficou impregnado na sua memória.

Também procuramos neste estudo, entender o Brasil e o Rio de Janeiro dos períodos pesquisados, buscando publicações que tratam, sobretudo, das questões sociais, políticas e econômicas, além de informações pontuais sobre o Exército Brasileiro e a sua presença no subúrbio carioca. Consideramos que esses estudos são subsídios importantes para localizarmos os eventos que fazem parte desta dissertação.

Na busca por informações sobre esses três episódios no bairro de Deodoro, encontramos no estudo de Bespalhok (2006) sobre a Rádio Continental, uma das mais importantes rádios cariocas dos anos 1950, uma descrição sobre a explosão de 2 de outubro de 1958, inclusive com transcrições de uma gravação da cobertura no local do incêndio; em Viana (2010), há uma breve explicação sobre a formação da Vila Militar de Deodoro nas terras do antigo engenho de Sapopemba nas primeiras décadas do século XX. Em Fernandes (2006) encontramos o Rio de Janeiro como uma das cidades mais militarizadas do país, o que justifica a ocupação do subúrbio pelos militares.

Oliveira (2011) analisa o mito da democracia de JK e, no meio da situação de insatisfação da classe trabalhadora, o Partido Comunista Brasileiro, acusado de ser o responsável pelas explosões, sobretudo a explosão do dia 15 de abril de 1948 e a do dia 2 de outubro de 1958, quando na ocasião vários de seus membros foram presos pela Polícia do Exército e por investigadores da Divisão de Polícia Política e Social. Segundo Oliveira, alguns militares sofreram tortura e foram expulsos do Exército.

A base empírica desta dissertação são os discursos dos jornais e revistas de maior circulação nos períodos pesquisados, com especial destaque para o jornal O Globo e o Jornal do Brasil, além das narrativas orais das testemunhas que vivenciaram os acontecimentos. Esses relatos estão documentadas por 10 (dez) entrevistas e pelos comentários no blog do Jornal do Brasil que se chama Hoje na História e que formam uma coleção de testemunhos iniciados em 2008 a partir de uma postagem sobre a primeira explosão de 2 de agosto de 1958. A metodologia utilizada na abordagem com as testemunhas foi a entrevista simples, com perguntas previamente elaboradas, mas sem engessamento, justamente para dar ao entrevistado e ao entrevistador a liberdade de diálogo, sempre com o cuidado e a atenção necessárias para que o testemunhante se sentisse o mais confortável possível no seu processo de rememoração, com direito a interrupções e silêncios e, em muitos casos, a emoções incontroláveis. É importante pontuar que, tanto o trabalho de campo, quanto a abordagem com os testemunhantes, não

tem a pretensão de ser história oral. Digamos que está a meio caminho entre o jornalismo investigativo e a *oral history*, numa espécie de simbiose entre a reportagem e a observação.

A pesquisa buscou documentos no Arquivo Histórico do Exército e no atual Depósito Central de Munição do Exército (DCMUN), hoje localizado no município de Paracambi, além de buscas no Arquivo Histórico Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Arquivo Municipal e em outras fontes que surgiram ao longo do trabalho de pesquisa.

Todo o material está separado por categorias: entrevistas com as testemunhas dos acontecimentos que eram adolescentes e jovens adultos nos períodos pesquisados; entrevistas com as testemunhas que eram crianças nas explosões de 1958; entrevistas com os familiares e amigos que ouviram os relatos das testemunhas; os relatos das testemunhas no blog Hoje na História, do Jornal do Brasil online; a versão oficial documentada nos jornais de grande circulação, com ênfase no Jornal do Brasil e no jornal O Globo; os documentos encontrados nos arquivos; fotografias familiares e fotografias oficiais e arquivos de áudio da explosão de 2 de outubro de 1958.

O procedimento de campo desta pesquisa teve início pela localização das testemunhas, que foram sendo encontradas a partir dos e-mails colocados à disposição pela editoria do Blog Hoje na História. Depois do processo de localização das testemunhadas, se seguiram as primeiras conversas por telefone e finalmente o contato pessoal, quando foram gravadas as 10 entrevistas. Uma delas foi gravada por *skype*, por causa da agenda do entrevistado. Duas são de pessoas que não estiveram no local dos acontecimentos, mas que ouviram as histórias contadas por parentes e amigos. De todos os entrevistados, cinco são de pessoas idosas com mais de 70 anos e apenas um dos entrevistados tem menos de 35 anos.

Também foram investigados os periódicos dos períodos pesquisados, que dentro do escopo deste trabalho, estamos considerando como importantes documentos oficiais, sobretudo os jornais O Globo e Jornal do Brasil. A pesquisa ainda buscou os documentos oficiais nas instituições civis e militares. Todo esse material empírico foi usado para tentar reconstituir os fatos a partir das narrativas registradas.

Este trabalho de dissertação está estruturado em três capítulos. Na primeira parte localizamos espacialmente o campo, mostrando como se originaram os bairros da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e a transformação do bairro de Deodoro e suas

imediações em um ambiente quase que exclusivamente militar. Também investigamos como as terras de Camboatá, o epicentro das três explosões, estão hoje no centro de uma disputa para a construção do Autódromo Internacional do Rio de Janeiro, cujas obras, até o final de 2014, encontravam-se embargadas pelo Ministério Público.

O segundo capítulo mergulha nos três acontecimentos, procurando entender como as explosões de 15 de abril de 1948 afetaram os moradores dos bairros do entorno da área de Camboatá e quais os desdobramentos políticos desses acontecimentos. Neste capítulo também tentamos analisar as explosões de 2 de agosto de 1958 e 2 de outubro de 1958 e como as instituições militares e a mídia trataram os acontecimentos, responsabilizando os militantes comunistas por uma dessas explosões. Este capítulo procura contrapor a versão oficial, divulgada pelos jornais, com as narrativas dos recordadores.

O terceiro e último capítulo discute a questão da lembrança e do esquecimento, sob o ponto de vista da memória social, enfatizando a importância dos narradores e seus rastros de lembranças na construção de um passado ressignificado. Também são abordadas as impressões individuais traumáticas e como nesse processo de juntar os fragmentos da memória, surge uma espécie de sentimento de justiça, em que fica evidente o desejo de que esses acontecimentos não sejam esquecidos totalmente. Também analisamos as narrativas e os documentos e como relatos individuais, compartilhados no ciberespaço, são capazes de guardar características de uma coleção. E finalizando, algumas considerações sobre o processo de trabalho que nos levou a localizar, a partir de um fato do presente, uma história de acontecimentos trágicos do passado, cuja memória individual e coletiva latente, estava apenas à espera de um pretexto para emergir.

1 AS TERRAS DE CAMBOATÁ NO CENTRO DE UMA DISPUTA

As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto do que os documentos.
(Eric Hobsbawm, 1994).

Observamos que todas as pessoas que testemunharam as explosões de 1948 e 1958 e que fazem parte do trabalho de campo desta dissertação guardaram uma percepção bastante semelhante do que viram e do que sentiram por ocasião dos acontecimentos. O curioso é que, até nas lembranças de quem era criança na época das duas explosões de 1958 os relatos possuem pontos de convergência narrativa. Uma forte sensação de incompreensão, associada a uma intensa incerteza de fim de mundo e de preocupação com a morte, além do medo de que algo maior estivesse acontecendo na cidade, estão presentes em quase todos os relatos, inclusive nas lembranças do repórter Saulo Gomes, que ultrapassou os limites da sua própria segurança para registrar o que acontecia no local, durante a explosão de 2 de outubro de 1958. (GOMES, 2014). O soldado Victor Bogo, que fugiu com o seu grupamento na explosão de 15 de abril de 1948, relembra que todos os seus companheiros acreditavam tratar-se de um atentado ou pior, que o Brasil estivesse sob um ataque aéreo por alguma razão que ninguém conseguia explicar. (BOGO, 2014). Até mesmo o coronel Renato Guimarães, que comandava em 1958 um dos seis Esquadrões do Regimento de Cavalaria na Vila Militar de Deodoro, admite ter ficado impressionado com os acontecimentos que ele descreve como uma verdadeira situação de guerra. (GUIMARÃES, 2013).

Para entendermos o que aconteceu em Deodoro, escolhemos começar este capítulo, pela situação atual da área de Camboatá, que está, desde janeiro de 2011, sob o foco de uma disputa que envolve interesses políticos e econômicos, conforme constam nos documentos pesquisados e mencionados ao longo da nossa explanação.

O encontro com os recordadores das explosões e os seus relatos sobre a descrição do que viveram, suscitaram a curiosidade em conhecer melhor a origem dos bairros da Zona Oeste e de como Realengo e Deodoro, especificamente, tornaram-se quase que exclusivamente bairros militares.

1.1 DESENTERRANDO A MEMÓRIA DE UM LUGAR

A rotina na Vila Militar de Deodoro começa muito cedo com os soldados de baixa patente divididos em grupamentos para a execução das atividades diárias. Muito exercício físico, patrulhamento das instalações, limpeza das ruas, poda das árvores, pequenos consertos. No mês de junho, embora a temperatura esteja mais amena em toda a cidade, em Deodoro o calor é ainda uma constante. Cercado de muros que impedem a circulação do vento, a sensação térmica na Vila Militar de Deodoro é sempre maior do que nos bairros mais próximos ao mar.

No dia 21 de junho de 2012, um grupo de 240 jovens recrutas, na faixa dos vinte e poucos anos, cumpria a rotina de treinamento no Campo de Instruções de Camboatá, separado da Vila Militar pelos trilhos dos trens da Central do Brasil. É comum que esse tipo de treinamento na mata dure dias e noites, quando é exigido do soldado um enorme esforço físico. Nessa noite, por volta das 21h30, quando um grupamento de 11 rapazes preparava o jantar antes de dormir no acampamento de sobrevivência, foi ouvido um barulho de explosão. (LEONI, 2012).

O artefato que estava no solo há, pelo menos, seis décadas, matou no local Vinicius Figueira Benedicto Eugênio, de 22 anos e feriu gravemente Tiago Fontinha Rodrigues, Wellington Santos de Souza e Weidson Amorim, todos de 22 anos, alunos da Escola de Sargentos de Logística (EsSLog). Outros sete jovens ficaram levemente feridos na explosão, trazendo novos dados a uma disputa pelas terras de Camboatá que ocuparia a grande mídia ao longo de 2012. (LEONI, 2012).

Na matéria do Jornal O Globo, da edição de 27 de junho de 2012, o pai de Vinicius, Célio Alves Eugênio, ao ouvir no hospital os colegas do filho que participavam do mesmo treinamento e que se feriram sem gravidade, diz acreditar que a explosão aconteceu depois que os rapazes fizeram uma fogueira para assar o frango do jantar. O pai lembra que o filho não teve grandes ferimentos e morreu por causa de uma hemorragia interna. Ainda segundo a mesma matéria, o chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Carlos Alberto Neiva Barcellos, informou que o treinamento era feito sem uso de explosivos. Segundo o general, aquela área onde aconteceu o acidente, foi usada como campo de manobra até 2011, pelo Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército em exercícios com material explosivo, mas ao final de cada atividade, sempre havia uma varredura no local. O Exército determinou a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias do acidente. (LEONI,

2012). Não encontramos nas edições dos jornais dos anos posteriores, nenhuma menção ao resultado do inquérito.

A vasta área conhecida como Camboatá, localizada entre os bairros de Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Guadalupe e Deodoro, possui 2 milhões, 140 mil metros quadrados, e serviu, desde as primeiras décadas do século XX, como Campo de Instruções do Exército. Ao lado do Campo de Instruções de Gericinó, ela foi usada em exercícios táticos de armas e experiências de material militar. (VIANA, 2010), mas, principalmente, as terras de Camboatá, escondem uma trajetória de explosões, destruição e morte desde 1948, como veremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Deodoro e a Vila Militar passaram a existir como bairros independentes a partir de um decreto de 23 de julho de 1981, integrando a Região Administrativa de Realengo. Dados de 2010 do Governo do Estado do Rio indicam que Deodoro possui hoje 10.842 habitantes, distribuídos em 3.526 domicílios e a Vila Militar possui 13.184 habitantes e 4.561 domicílios. Separando os dois bairros, encontra-se a linha férrea dos trens da Central do Brasil. (PORTAL GEO, 2014).

O interesse pelas terras de Camboatá começou em janeiro de 2011, quando o Ministério do Esporte, por meio da Fundação Getúlio Vargas, apresentou um relatório preliminar de viabilidade ambiental para a construção do futuro Autódromo Internacional da cidade do Rio de Janeiro em uma área de 2 milhões, 140 mil metros quadrados, localizada na Estrada do Camboatá, no 1.005, no bairro de Ricardo de Albuquerque, de uso do Centro de Instrução de Operações Especiais – CIOP, do Exército Brasileiro. Esse tipo de relatório é utilizado nos empreendimentos ou atividades com riscos ao meio ambiente ou que podem provocar degradação ambiental. (BRASIL, Produto 8..., 2011).

Em junho daquele mesmo ano, a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, (RIO DE JANEIRO, Parecer Técnico de Licença..., 2011) emitiram um Parecer Técnico de Licença Prévia, favorável ao licenciamento ambiental. Em setembro de 2011, um documento da Comissão Estadual de Controle Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, reconheceu “a desnecessidade da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA” para as obras de implantação do Autódromo (RIO DE JANEIRO, Deliberação Ceca..., 2011) e determinou o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Em maio de 2012 é aberto, pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do

Patrimônio Cultural da Capital (RIO DE JANEIRO, Inquérito Civil MA..., 2012) um Inquérito Civil contra o município do Rio de Janeiro para investigar o Licenciamento Ambiental.

No mês seguinte daquele ano, a vereadora Sônia Rabelo leva ao plenário da Câmara Municipal a discussão sobre os prejuízos ambientais que a construção do Autódromo provocaria naquela região da Zona Oeste.

Essa área é hoje um fragmento importante e representativo do bioma da Mata Atlântica, já em estado médio de recomposição. Nós sabemos que a Constituição Federal protege, especificamente, biomas especiais, como a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, sobretudo a Mata Atlântica, cuja devastação foi substantiva neste país. (RABELO, 2014).

União cede terreno para construção do novo autódromo internacional do Rio

Governo do Estado fica encarregado de realizar as obras do equipamento esportivo, em Deodoro

JULIA DE BRITO

• O Governo federal oficializou na sexta-feira (9/11) a transferência de titularidade do terreno onde será construído o novo Autódromo Internacional do Rio de Janeiro. O equipamento esportivo ficará em Deodoro, na Zona Oeste, onde funcionavam unidades do Exército. O novo autódromo ocupará aproximadamente dois milhões de m².

O projeto de construção do equipamento é uma parceria entre Ministério do Esporte, Exército e o Governo do Estado, que ficará encarregado de realizar o processo licitatório para as obras do autódromo e sua construção. O Exército transferiu a posse do terreno à Secretaria de



– Será um autódromo de

do Rio – disse o secretário-chefe da Casa Civil, Regis Fichtner.

O cronograma prevê que o projeto básico do autódromo seja concluído até o fim deste ano. O prazo para que o plano executivo fique pronto é fevereiro de 2013. A previsão é de que a licitação das obras seja concluída em julho do ano que vem. A pista principal do autódromo deve estar finalizada até julho de 2014. Já as instalações complementares do equipamento deverão ficar prontas até janeiro de 2015.

O novo autódromo terá capacidade para receber provas internacionais de automobilismo e motovelocidade. O circuito terá, além da pista oficial, espaço para treinamento, kartódromo e área de negócios. O terreno abri-

Imagem 3: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2012.

Fonte: Imprensa Oficial

Em junho de 2012 o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro publica um documento, assinado pela Promotora de Justiça, Rosani da Cunha Gomes, em que determina que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, “se abstenha de prosseguir com o processo de licenciamento ambiental iniciado pelo INEA para a implantação do Novo Autódromo do Rio de Janeiro”. O documento solicita também que “seja declarada nula a licença prévia concedida a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do

Ministério do Esporte” e determina à Secretaria de Estado de Meio Ambiente que “se abstenha de prosseguir com o processo de licenciamento ambiental iniciado pelo INEA, para a implantação do Novo Autódromo do Rio de Janeiro”. O MPE também recomenda que seja reavaliada a dispensa do Estudo de Impacto Ambiental – INEA, e que seja feito um novo levantamento da “fauna terrestre e aquática” da região, além de um estudo de impacto ambiental que avalie “os impactos decorrentes da implantação do empreendimento”. O documento recomenda ainda que a “análise dos eventuais estudos apresentados pelo empreendedor” considere as “restrições legais e técnicas”, como os corredores verdes e a biodiversidade daquela área. O parecer, assinado em 24 de junho de 2012, três dias após a explosão do artefato que matou um aluno e feriu outros dez da Escola de Sargentos de Logística – EsSLog, não faz nenhuma menção ao acidente e também parece desconhecer o histórico das três grandes explosões naquela área. (RIO DE JANEIRO, Ministério Público..., 2ª Promotoria..., Recomenda..., 2012).

Em 24 de outubro de 2012, um documento de ação cível pública com pedido de antecipação dos efeitos de tutela, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, subscrito por oito promotores de justiça do Gaema – Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, além do Ministério Público Federal, determina a “suspensão do licenciamento ambiental do Novo Autódromo”, sob pena de responsabilidade criminal e administrativa dos servidores e multa diária de R\$ 100.000,00”. (RIO DE JANEIRO, Ministério Público..., Inquérito Civil..., 2012).

Em novembro de 2012, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil publica o primeiro edital para a construção do Complexo Esportivo de Deodoro, no entorno das terras de Camboatá e que “será utilizado para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e deverá ser preparado para atender aos requisitos funcionais e técnicos definidos pelas Federações Internacionais, pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio-2016”. (RIO DE JANEIRO, Governo do Estado... Complexo Esportivo..., 2012).

Em matéria do jornal O Globo, de 3 de maio de 2013, em que há uma retrospectiva da questão política que envolve o uso das terras de Camboatá para a construção do novo Autódromo do Rio de Janeiro, em substituição ao Autódromo de Jacarepaguá, demolido no começo daquele ano, o Ministério Público, por meio do Gaema (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente) continuava exigindo o cumprimento da liminar que impedia qualquer intervenção na área. O texto da matéria reproduz trecho do documento,

feito a partir da visita ao local do Grupo de Apoio Técnico para verificar a aplicação da liminar e que constatou que:

[...] ao menos em alguns trechos, as intervenções não se coadunam com uma ação de mera limpeza, especialmente por se atingir, além da vegetação sub-arbustiva e rasteira do extrato interior da floresta (sub-bosque), espécies de maior porte. Além disso, essa supressão para a qual sem o devido planejamento ou acompanhamento pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. (SIQUEIRA, 2013).

Em matéria do dia anterior do mesmo jornal, em 2 de maio de 2013, há a posição do governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do secretário estadual da Casa Civil, Regis Fichtner, se comprometendo a seguir com o processo de licitação das obras em Deodoro, apenas quando o Exército e o governo federal entregarem a área totalmente descontaminada e livre de explosivos. A intenção do governo sempre foi a de seguir com o processo para a construção de todo o Complexo Esportivo de Deodoro, a tempo das Olimpíadas de 2016, por isso a pressa para que as questões legais e de segurança não impedissem a licitação, que estava prevista para começar em março de 2014, para ficar dentro do cronograma do Comitê Organizador Rio 2016. (GERBASE; MAGALHÃES, 2013). Mas isso não aconteceu.

Com a morte do soldado Vinicius em junho de 2012, começaram a surgir algumas informações, embora insipientes, sobre a área de Camboatá e as explosões anteriores, mas todas no âmbito dos treinamentos com explosivos, no entanto, não identificamos nenhuma menção às explosões de 1948 e 1958, o que confirmamos ao analisarmos o Memorando no 13/2013/GATE Ambiental.

O documento, produzido pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado – GATE, que faz parte do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA, ambos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, assinado em 15 de maio de 2013, relata a reunião acontecida no dia 9 de maio daquele mês, no Comando da 1ª Divisão do Exército, cujo objetivo foi o de “esclarecer os procedimentos adotados no processo de descontaminação da área prevista para a implantação do futuro Autódromo do Rio de Janeiro, ao que concerne ao corte de vegetação e abertura de trilhas para acesso dos oficiais e equipamentos envolvidos na descontaminação do terreno”. (RIO DE JANEIRO, Memorando..., 2013). O documento restringe-se a relatar o compromisso, assumido pelo Exército, em retirar do terreno os artefatos explosivos, sem prejudicar a

vegetação e a fauna, mas não menciona em que circunstâncias esses explosivos chegaram ao local.

O Exército havia se comprometido na ocasião a entregar até o final de 2013, cerca de dezesseis por cento da área livre de explosivos, justamente aquela que receberia as primeiras intervenções. O propósito era liberar as obras do autódromo para que ele começasse a receber competições já a partir do segundo semestre de 2014. (GERBASE, 2013). No entanto, os planos do governo do Estado foram impedidos pelo desembargador Cláudio de Mello Tavares, da Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça em decisão de 21 de agosto de 2013. Em resposta à Ação Cível Pública, ele suspendeu o “licenciamento ambiental do novo Autódromo do Rio de Janeiro”, proibindo o governo do estado de “iniciar qualquer intervenção na área antes de expedida licença de instalação que observe todos os requisitos legais e somente após a apresentação de estudo de impacto ambiental”. (RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça..., Agravo de Instrumento..., 2013).

Na página oficial do Ministério Público Federal, em postagem de 23 de julho de 2013, a instituição reforça os três estudos preliminares realizados nas terras de Camboatá. Um deles é o de Viabilidade Ambiental; o segundo documento, de Viabilidade Técnica e o terceiro, de Viabilidade Econômica e Sustentabilidade. Todos apontam a “inexistência de mata nativa no local” e “a total degradação da área sul junto à Avenida Brasil”. (SOBRE..., 2014).

Em 17 de abril de 2014, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro publica dois editais para “a construção e reforma das instalações que integram o Complexo Esportivo de Deodoro” (ABDALA, 2014). As instalações, cujo orçamento está previsto em R\$ 804 milhões, serão usadas em 11 modalidades olímpicas e 4 paraolímpicas em 2016: Hipismo, dividido em três modalidades: salto, adestramento e concurso completo de equitação; Ciclismo BMX, Ciclismo Mountain Bike, Pentatlo Moderno, Tiro Esportivo, Canoagem Slalom, em corredeiras artificiais Hóquei sobre Grama, Rúgni Sevens e Basquete. O Complexo também prevê as modalidades paraolímpicas de Tiro Esportivo, Hipismo, Esgrima e Futebol de 7.

Próximas ao autódromo devem ser construídas estações de conexão das futuras linhas BRTs Transolímpicos, ligando a Barra da Tijuca à Deodoro e a linha Transbrasil, que ligará o bairro de Deodoro ao Aeroporto Santos Dumont, usando o eixo da Avenida Brasil. A previsão é que as obras do complexo estarão prontas para as Olimpíadas de 2016. (PORTAL Brasil, 2014).

De acordo com a página do Ministério do Esporte, o Complexo Esportivo de Deodoro existe desde os Jogos Pan-Americanos de 2007 e desde então, já aconteceram cerca de “300 eventos esportivos de diversos tipos”, o que dá “uma média de 43 eventos/ano – um por semana”. (PREFEITURA..., 2014).

Uma reportagem da rádio CBN, disponível no Youtube desde 30 de abril de 2013, sob o título “Explosivos no caminho do novo Autódromo do Rio”, informa que até dezembro de 2012, o Exército já havia retirado da área de Camboatá, onde funcionava o Centro de Instruções de Operações Especiais do Exército, mais de 1800 artefatos, entre granadas de mão, rojões, minas terrestres, petardos e detonadores com carga. Segundo os peritos, esse material esquecido no local por décadas poderia explodir a qualquer movimento, alguns com potencial para espalhar estilhaços em um raio de até mil metros. O Comando Militar do Leste sabia do histórico de tragédias naquela localidade? (EXPLOSIVOS..., 2013).



Imagem 4: Vista área das terras de Camboatá, 6 de março de 2013.

Fonte: Veja Rio

A Associação Nacional dos Reservistas, disse na ocasião, que uma varredura eficiente na área demoraria, pelo menos, 18 anos para ser concluída, principalmente porque alguns artefatos, pela violência das explosões anteriores e pelo tempo que passou, provavelmente estão abaixo dos 30 centímetros de profundidade, portanto fora do alcance dos detectores usados pelas equipes de descontaminação do Exército. Para a Associação,

só este dado seria o suficiente para impedir no local qualquer construção de uso civil. (ALMEIDA, 2013).

A considerar as declarações oficiais do Exército publicadas na mídia sobre a morte do soldado em 21 de junho de 2012, podemos concluir que, mesmo ao ser confrontado com as informações do Jornal O Globo, na edição de 19 de julho de 2012 e que traz na página 12 o seguinte título: *Ronco de granadas: terreno escolhido para o novo autódromo, em Deodoro, era campo de instrução até com minas*, a instituição militar não admitiu conhecer o histórico das explosões anteriores, principalmente das explosões de 1948 e 1958. (MAGALHÃES; CANDIDA, 2013).

A matéria do Jornal O Globo informa que “desde 1950, soldados aprenderam a manusear minas e granadas de mão e de bocal e dar tiros de rojão, entre outras atividades”. Mas não menciona as três grandes explosões naquela área. No mesmo texto são reproduzidos trechos do ofício de número 77 do Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Comando Militar do Leste, cujo assunto é o “licenciamento ambiental do projeto de implantação do Novo Autódromo do Rio de Janeiro”. A foto do documento, que também consta da reportagem, admite que a área em questão “é a mesma onde ocorreu o acidente com os alunos da Escola de Sargentos de Logística”. O documento informa também “que a área de Camboatá encontra-se interditada por tempo indeterminado para o acesso e/ou prática de qualquer atividade de cunho civil e militar, tendo em vista que está sendo realizada uma perícia técnica na região”. O documento é assinado pelo general de divisão, José Alberto da Costa Abreu, comandante da 1ª Divisão de Exército e Guarnição da Vila Militar. (MAGALHAES; CÂNDIDA, 2013).

Ao tomar conhecimento do histórico de explosões no local, o Ministério Público entendeu que a discussão extrapolava a questão ambiental, pois a construção de um equipamento público em um terreno com essas características poderia provocar trágicas consequências, colocando em risco a população. Em outubro de 2013, a 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve a decisão de 1ª instância que suspende o licenciamento ambiental do autódromo em Deodoro, até a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental. (RABELO, 2014).

Apesar da decisão da Justiça, soldados do Exército continuaram fazendo as varreduras no terreno em busca de morteiros, granadas e outros artefatos, o que pode ser comprovado na visita que fizemos ao Campo de Camboatá em 21 de novembro de 2013, quando observamos a movimentação de grupos com equipamentos especiais e sob a orientação de técnicos, fazendo a varredura no local para identificação de explosivos.

Segundo as informações obtidas no local com o Capitão Augusto, o trabalho de descontaminação é feito pelo Batalhão Escola de Engenharia. Com equipamento apropriado e pessoal especializado, são localizados e retirados do terreno os dispositivos e explosivos. Depois de identificado, esse material pode ser destruído no local ou levado para um depósito apropriado onde é detonado, obedecendo para isso, todas as medidas de segurança.

Não tivemos a autorização para fotografar a operação, mas fomos informados na ocasião pelo Capitão Augusto de que naquele local não está mais em funcionamento o Centro de Instruções de Operações Especiais e, por uma questão de segurança, os treinamentos foram transferidos para as matas de Paracambi, Gericinó e Mendanha. No dia da nossa visita, cerca de 600 jovens, segundo explicou o Capitão Augusto, faziam parte das equipes de limpeza do terreno. O trabalho é feito em turnos de 8 horas, o que pudemos observar na movimentação no local. Em 2014 a descontaminação foi paralisada.

O secretário nacional de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, Ricardo Leyser, justificou a paralisação no trabalho de descontaminação de Camboatá porque os militares foram deslocados para reforçar a segurança nas favelas do Rio. Ele não acredita que esses explosivos sejam um problema para a construção do Autódromo, cujas obras deverão começar, segundo ele, em breve e a limpeza do terreno está prevista para ser concluída no primeiro trimestre de 2015. (CASTELLAR, 2014).

Apesar das medidas de segurança utilizadas na detonação dos explosivos, na tarde de 12 de fevereiro de 2015, os moradores do subúrbio foram surpreendidos com uma forte explosão vinda do Campo de Instruções de Camboatá. Nos bairros mais afetados, como Deodoro, Vila Militar, Guadalupe, Ricardo de Albuquerque e Marechal Hermes, algumas casas tiveram vidros e telhados destruídos com o impacto das explosões. O Comando Militar do Leste divulgou uma nota, em que explicava que a quantidade dos explosivos sem uso e que estavam separados para serem destruídos, acabou gerando uma onda de choque acima do esperado e que todos os prejuízos seriam ressarcidos pelo Exército. (ELIZARDO, 2015).

Na pesquisa feita nas edições dos jornais O Globo e Jornal do Brasil dos anos de 2012 e 2013, além dos documentos pesquisados no site Rede Ambiente Participativo (RAP), criado pelo Ministério Público para oferecer acesso às informações sobre os processos de licenciamento ambiental no âmbito nacional e onde estão disponíveis todos os documentos referentes ao novo Autódromo Internacional do Rio de Janeiro, no bairro de Deodoro, além das declarações divulgadas na época pelos Ministérios envolvidos na

negociação, pelo Governo do Estado e Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, pela Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca), responsável pelo estudo técnico que permitiu a concessão da licença prévia para o projeto, pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), não encontramos nenhuma menção ou mesmo algum indício que comprove que essas instituições tinham conhecimento do histórico de acontecimentos trágicos provocados pelas três explosões no bairro de Deodoro em 1948 e 1958 e que levaram ao subúrbio carioca e aos seus moradores, morte e prejuízo. (REDE..., 2014).



Imagem 5: Explosivos encontrados nas terras de Camboatá, 2 de maio de 2013.

Fonte: O Globo

Durante a primeira visita às instalações da Vila Militar de Deodoro e ao Centro de Treinamento de Camboatá, em 21 de novembro de 2013, onde conseguimos entrar depois de apresentarmos a declaração do PPGMS-UNIRIO e explicarmos que o interesse da visita restringia-se a um trabalho acadêmico, pudemos observar a movimentação dos soldados envolvidos no trabalho de descontaminação do terreno, mas também não obtivemos nenhuma informação sobre as três explosões anteriores que são o objeto deste trabalho de pesquisa.

As mais recentes informações sobre a disputa por Camboatá foram encontradas em matéria de 11 de novembro de 2014, no Diário Catarinense que informa o

cancelamento, pelo Governo Federal, de todos os projetos relacionados à construção do Autódromo Internacional do Rio de Janeiro “até que a liminar conseguida pelo Ministério Público do Rio seja cassada”. Segundo o jornal, o Ministério do Esporte considera esse cancelamento temporário e, embora tenha começado em 2013 os trabalhos para obter o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), documentos exigidos pelo MP-Rio, o Ministério do Esporte desistiu de elaborá-los, não apenas pelo alto custo do processo, mas principalmente, por considerá-los desnecessários. O Ministério prefere esperar todos os recursos judiciais para reiniciar as obras do Autódromo. (CONSTRUÇÃO..., 2014).

1.2 COMO SURGEM OS BAIROS DA ZONA OESTE

A cidade do Rio de Janeiro está dividida em 160 bairros organizados administrativamente em 5 Áreas de Planejamento (AP), distribuídas por 33 Regiões Administrativas (RA). (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2014).

A Zona Oeste, onde está localizado o centro de interesse deste trabalho de pesquisa e onde aconteceram as três explosões, é composta por duas Áreas de Planejamento, a AP 4 e a AP 5, com características sócioeconômicas e de ocupação bastante singulares. Em um estudo da Coordenação Operacional de Atendimento em Emergências (Emergência Presente), disponível na página da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, é possível observar-se essas diferenças. O documento de 2006, com dados do começo dos anos 2000, traz informações do IBGE que dão uma dimensão aproximada da atual população dessa área que é formada por 20 bairros e 5 regiões administrativas e que corresponde a 48,4% do Município do Rio de Janeiro, com uma população de 26,6%, de acordo com o Censo 2000 do IBGE. Segundo o estudo da Prefeitura, o crescimento populacional da AP-5 cresceu nos últimos 30 anos, em torno de 124%. Mesmo assim, permanece como uma das regiões menos povoadas do município. (PREFEITURA, p.13, 2006).

Curiosamente, nesse mesmo documento, onde há a descrição da AP-4, que engloba 19 bairros distribuídos por três Regiões Administrativas, sendo os mais importantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, não existe nenhuma associação ao termo Zona Oeste. No entanto, a associação de outros bairros à Zona Oeste está presente, não apenas na literatura que conta a história de ocupação dessa parte da cidade, mas na mídia,

como podemos observar em matéria de julho de 2011 do jornal Estado de São Paulo, ao repercutir os resultados do Censo de 2010, cujo título “Zona oeste cresce e zona sul perde moradores”, é bem sugestivo.

A taxa de crescimento da cidade foi de 7,9% na década. A população do Rio é de 6,4 milhões de habitantes. Dados fornecidos pela Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) mostram que 68,5% de todas as unidades habitacionais lançadas na cidade entre 2005 e 2010 estavam concentradas em quatro bairros da zona oeste: Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Recreio e Campo Grande. (LEAL; WERNECK; LIMA, 2011).

Na Área de Planejamento 5 (AP5), que possui 592,33Km², o que representa quase a metade de toda a cidade do Rio de Janeiro, ficam localizados 21 (vinte e um) bairros: Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará, Campos dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar, Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Paciência, Santa Cruz, Sepetiba e desde 2004 o bairro de Gericinó, que antes pertencia a Bangu. Esta grande extensão territorial ficou popularmente conhecida como Zona Oeste, mas que, no entanto sempre esteve associada à condição social e econômica dos seus mais de 1,5 milhão de habitantes, cuja grande maioria é de classe média baixa. (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2014).

De acordo com dados do IBGE do ano de 2000, embora possua uma população importante em termos numéricos, a Zona Oeste tem hoje uma densidade de apenas 26,3 habitantes por hectare, mas é a população que mais cresce na cidade, o que explica o número de 3,54 moradores por domicílio. (ARMAZEM..., 2014).

Formada por planícies e morros, a Zona Oeste cresceu ao longo das estações ferroviárias e o trem é, ainda hoje, um dos principais meios de transporte de uma parte importante dessa população, fazendo longos percursos de até 70 quilômetros, do centro da cidade até os bairros mais distantes, como os de Campo Grande e de Santa Cruz. A outra via de acesso aos bairros é a Avenida Brasil. Grande parte da região é uma planície costeira, que com o adensamento urbano, sobretudo nas últimas décadas, foi perdendo aos poucos a sua cobertura vegetal, o que obrigou o poder público a criar áreas de proteção ambiental de cerca de 10 mil hectares, onde se destacam o Parque Natural Municipal do Mendanha, ao norte, o Parque Estadual da Pedra Branca, na parte oriental e o Parque Natural Municipal da Serra da Capoeira Grande, ao sul da região. (ARMAZÉM..., 2014).

Uma parte importante desses extensos espaços foi ocupada por instalações militares, que se intensificaram a partir do começo do século XX, dentre eles, a Vila Militar em Deodoro e o campo de instruções, em Camboatá, epicentro das explosões que analisaremos ao longo deste trabalho. Para entendermos como essa ocupação aconteceu, é necessário voltarmos um pouco na história.

Desde que os portugueses chegaram ao Brasil, os grandes espaços que depois se chamariam Zona Oeste do Rio de Janeiro, passaram a receber atividades agrárias e extrativistas, mas antes de explorá-los, os conquistadores enfrentaram grandes dificuldades, porque o imenso território não estava totalmente disponível para o invasor, já que era ocupado por povos indígenas, grande parte deles hostis. Isso contribuiu para criar no imaginário popular uma região de muitas histórias de violência, crueldade, mas também de bravura. Os jesuítas, ao chegarem ao Rio de Janeiro em 1549, mudariam esse imaginário, dividindo as terras em áreas chamadas de freguesias. Com a missão, não só evangelizadora, mas de expansão da fé católica e de fortalecimento de Portugal no território conquistado, os jesuítas foram ganhando a confiança da Corte e ampliando suas terras e seus poderes. (MEDEIROS, 2009).

A partir daí, a cidade passa a receber os primeiros investimentos arquitetônicos, com a construção dos fortes que defenderiam o território contra os invasores franceses. Além dos fortes, o outro foco dos investimentos desse período são os engenhos que pertenciam às ordens religiosas e que normalmente estavam longe do centro da cidade, localizados mais a oeste. (LOPES, 2007). Dessa maneira, a ocupação das terras estava sempre associada a uma das ordens religiosas: jesuítas, beneditinos, franciscanos ou carmelitas, que a dominaram durante muito tempo. (MEDEIROS, 2009). De todas as ordens religiosas, os jesuítas foram, sem dúvida, os que mais detiveram o poder econômico na cidade, o que acabou sendo visto como uma ameaça por Portugal que, em 1759 decide expulsá-los da cidade. (LOPES, 2007).

Medeiros (2009) em seu estudo sobre a ocupação das terras no Rio de Janeiro mostra essas grandes áreas distantes do centro da cidade como lugares de bárbaros, o contrário do que até então era entendido como civilização e que cabia aos povos “civilizados” a missão de “integrar, de maneira subordinada, povos não cristãos à cristandade, às suas práticas, crenças, sociabilidades e ao governo cristão”. (MEDEIROS, 2009, p. 14).

O acesso às terras da parte oeste da cidade do Rio era feito pela antiga estrada Real de Santa Cruz, que partia da Quinta da Boa Vista e terminava em Santa Cruz, na Fazenda

Real. As duas propriedades pertenciam à Coroa Portuguesa. Durante o percurso o viajante tinha a possibilidade de descansar em quatro hospedarias, começando por Campinho, hoje bairro de Madureira, Realengo do Campo Grande, Venda do Santíssimo e por último, a Fazenda do Mato da Paciência. É interessante percebermos que esses locais possuem, ainda hoje, algumas dessas características originais. Campo Grande, Santíssimo e Paciência, por exemplo, seguem como bairros mais residenciais e rurais, com algumas poucas chácaras e sítios que resistem ao crescimento urbano. (LOPES, 2007)

Essas características começariam a mudar com a chegada da Família Real em 1808. Um dos exemplos é a fazenda dos antigos jesuítas na freguesia de Santa Cruz. Sendo uma das mais importantes construções da ordem religiosa, as terras da fazenda iam da Barra de Guaratiba até o atual município de Vassouras e no período de 1656 a 1759 foi uma das propriedades mais rentáveis da Companhia de Jesus. Com a chegada da corte, a fazenda transformou-se no Palácio de Veraneio Real, onde passaram a ser realizadas desde as atividades comerciais, burocráticas até as de lazer. (MEDEIROS, 2009).

Os jesuítas foram expulsos em 1759, mas o monopólio da Igreja Católica sobre as terras cariocas só terminaria com a Lei de Terras de 1850, surgindo a partir daí a propriedade privada, quando as terras passaram a ser adquiridas por contratos de compra e venda. (LOPES, 2007)

A partir desse momento, observamos que as terras passam a ser chamadas de freguesias em um primeiro momento, depois de zona rural e, mais contemporaneamente, de subúrbio, periferia, Zona Oeste. Martins (1992) traz uma nova definição desses espaços periféricos da cidade, a partir de um estudo sobre São Paulo. Já no século XVIII, o subúrbio designava as áreas usadas para a lavoura e a pecuária. Era uma zona rural, mas também era utilizada como área de lazer pelas classes abastadas que moravam no centro da cidade e que ali construíram chácaras de veraneio. Com o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional, a denominação de subúrbio modificou-se, passando a significar tudo o que estava “à margem da cidade”, que coincide com as primeiras décadas do século XX. (MARTINS, 1992, p. 43-44).

É a partir desse período que Martins (1992) distingue mais claramente o subúrbio da periferia. O subúrbio do começo do século XX podia até ser um lugar aprazível, com casas com quintal, o que dava a esses espaços um aspecto um tanto bucólico, porque guardavam algumas características dos antigos subúrbios com suas casas amplas em terrenos cultivados. Já a periferia passou a ser um lugar construído sem planejamento,

com ruas estreitas, casas pequenas e precárias, falta de saneamento e muita sujeira. (MARTINS, 1992, p. 50).

Com a instalação dos aquartelamentos na Zona Oeste da cidade do Rio, observa-se uma mudança radical quando os espaços são ocupados por instalações militares, sempre ordenados e organizados, contrastando com o seu entorno. Vila Militar e Deodoro são exemplos disso e que estão no centro das atenções deste trabalho, como veremos nos próximos capítulos.

Os trens da Central do Brasil trouxeram para a definição de subúrbio no Rio de Janeiro desse mesmo período, um significado adicional, muito embora o sentido original permanecesse o mesmo. No Rio de Janeiro, os bairros do subúrbio estavam localizados às margens da linha férrea, que traça quase uma reta, ligando os bairros do centro da cidade aos bairros periféricos da Zona Oeste. (MEDEIROS, 2009).

Fernandes, ao analisar a questão ideológica da palavra subúrbio, nos informa que “até o final do século XIX, o conceito carioca de subúrbio simplesmente não existiu”. (FERNANDES, 2011, p. 37). Até aquele período, entendia-se como subúrbio as terras com baixa densidade populacional, distantes e de difícil acesso e que a burguesia e os intelectuais não tinham o menor interesse em conhecer.

Até o fim do Império o território do Município da Corte estava dividido entre freguesias urbanas e rurais. Aquelas freguesias rurais mais próximas à cidade eram o que se considerava subúrbios. A palavra era aplicada a todas as circunvizinhanças da cidade com feições rurais. (FERNANDES, 2011, p. 39).

Com a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, em meados do século XIX, as terras mais distantes do centro da cidade vão se transformando com os novos moradores e suas características rurais vão dando espaço a outros tipos de atividades econômicas. (MARTINS, 1992, p. 50). Fernandes (2011), após considerar as pesquisas sobre o conceito carioca de subúrbio, o localiza espacialmente da seguinte forma, a partir das primeiras décadas do século XX:

[...] em Jacarepaguá (promovido pelo bonde e ferrovia); em Deodoro, situado em importante bifurcação da ferrovia, cercado por unidades militares e oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil; em Irajá, sede de antiga freguesia rural servida pelo precaríssimo serviço da Estrada de Ferro Rio do Ouro [...] e Penha, que além dos trens da Estrada de Ferro Leopoldina, possuía linhas de bondes que faziam sua ligação com

o bairro de Madureira e o Centro da cidade. (FERNANDES, 2011, p. 43).

Lima Barreto foi um dos primeiros escritores a olhar para o subúrbio carioca com grande interesse e nele encontrar inspiração e rico material, inicialmente para as suas crônicas e depois, ao transformá-lo em cenário para os seus personagens, além de moradia para ele próprio. Quando Lima Barreto muda-se para o subúrbio e passa a escrever sobre ele, aqueles espaços que a administração local costumava ignorar, ainda eram vistos como área rural, cuja população, em sua grande maioria, era de pobres e iletrados, composta por trabalhadores que faziam longos trajetos de casa até a cidade. (BELCHIOR, 2011).

São esses grandes espaços urbanos, com características rurais, com suas chácaras e sítios, resquícios das antigas fazendas coloniais, que cedem lugar a ambientes cada vez mais proletários e onde Lima Barreto buscou inspiração para escrever *Clara dos Anjos*. Publicado em 1923, na *Revista Souza Cruz*, o romance “é a obra mais emblemática sobre os subúrbios cariocas” e é “totalmente ambientado às margens dos trens da Central”. (BELCHIOR, 2011, p. 157). O livro traz uma rica descrição sobre a região:

O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central. [...] Há casas, casinhas, casebres, barracões e choças por toda parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. [...] Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo. Agastando-se do eixo da zona suburbana, logo o aspecto das ruas muda. Não há mais grades de ferro, nem casas com tendências aristocráticas: há o barracão, a choça, e uma ou outra casa que tal. Tudo isto muito espaçado e separado; entretanto, encontram-se por vezes “corredores” de pequenas casas, de duas janelas e porta ao centro, formando o que chamamos “avenida”. As ruas distantes da linha da Central vivem cheias de tabuleiros de grama e de capim, que são aproveitados pelas famílias para coradouro. De manhã até a noite, ficam povoadas de toda a espécie de pequenos animais domésticos: galinha, patos, marrecos, cabritos, carneiros e porcos, sem se esquecer os cães, que com todos aqueles, fraternizavam. (BARRETO, 1922, p. 42).

Mas essa situação mudaria com a migração das instalações militares para essas espaçosas áreas, como é o caso dos bairros de Realengo e Vila Militar e ao lado destes, o Campo de Instruções de Camboatá, onde foram construídos os paióis do Depósito Central

de Munição do Exército e que protagonizaram as mais dramáticas explosões em instalações do Exército de que se tem notícia no Brasil.

No começo do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações na sua configuração espacial e que estavam inseridas dentro de um projeto do governo central de transformar a capital da República em uma cidade com hábitos mais civilizados e o Prefeito Pereira Passos era o homem que se encarregaria de inscrevê-la nos padrões europeus de desenvolvimento urbano. Ele empreendeu a primeira grande modificação urbana do centro, movimento que ficou conhecido popularmente como “bota abaixo”. Bairros foram destruídos, avenidas foram abertas e os moradores mais pobres, sem grandes perspectivas, começaram a migrar para os morros próximos ao centro e outros para lugares mais distantes. Medeiros (2009) vê nessas decisões uma das principais causas da migração para o subúrbio.

Se outrora, as camadas populares ocupavam a maioria das moradias na região, com as intervenções urbanas, acabaram promovendo o deslocamento das classes populares para os morros próximos das suas antigas residências, enquanto a classe média em ascensão instalou-se nos bairros próximos da cidade (os ditos subúrbios relatados aqui por Lima Barreto), seguindo a direção do eixo das estações ferroviárias quanto dos bondes, além de ocupar as faixas litorâneas a partir da década de 1910. (MEDEIROS, 2009, p.26).

Mas as mudanças não foram operadas sem conflitos e insatisfação popular. As decisões, muitas vezes draconianas do poder público em fazer valer os seus projetos urbanísticos, expulsando moradores e pequenos comerciantes para atender aos interesses de uma elite econômica com grandes ambições, trouxeram para a cidade cenas de violência, em que dois campos estavam em clara disputa: “o progresso, a civilização, a regeneração estética e sanitária da cidade” em contrapartida a uma “cidade colonial, atrasada, antiestética, suja e doente”. (BENCHIMOL, 1990, p.205)

A intelectualidade dividia-se entre os que apoiavam o processo de metamorfose e os que o condenavam. Um dos mais efusivos apoiadores das radicais mudanças da cidade foi Olavo Bilac, para quem “a cidade colonial, imunda, retrograda, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam”. (1904, apud SEVCENKO, 1989, p.31).

Intelectuais, acadêmicos, jornalistas e historiadores contribuíram na época, para a difusão de uma retórica elitista e triunfal, celebrando a milagrosa transformação da cidade: o Rio de Janeiro de

ares coloniais, sujo, doente e feio cederá lugar a cidade maravilhosa, saudável, moderna, de braços abertos aos imigrantes, capitais, mercadorias e turistas estrangeiros. Jornais e revistas estampavam, orgulhosamente, fotografias das suntuosas mansões, exemplos de uma arquitetura inspirada fielmente no *art-nouveau* e no ecletismo europeu. Essa imagem resplandecente do Rio de Janeiro serviu, e ainda hoje serve, para ocultar a outra face da moeda: o terrível custo social dessas “renovações” feitas em proveito do grande capital e do desfrute das classes dominantes. (BENCHIMOL, 1999, p.311).

Apesar dos movimentos populares de resistência daquela parcela da população mais diretamente atingida, as mudanças vieram e com elas, muita gente foi obrigada a migrar para outras áreas da cidade. Uma parcela conseguiu se organizar nos morros mais próximos ao centro, mas a maioria seguiu o antigo caminho da linha férrea, em direção aos bairros do subúrbio. Mais de um século depois desde o primeiro movimento em direção a esses enormes espaços vazios da Zona Oeste, a maior parte dos bairros que a compõe permanece como uma das áreas de menor densidade demográfica da cidade, com os piores índices de desenvolvimento humano e com a pior qualidade de vida. (MEDEIROS, 2009), como é o caso dos bairros do entorno das terras de Camboatá, quase todos eles com uma população de classe média baixa, cujo crescimento populacional foi acontecendo ao lado de um campo minado. A Zona Oeste é, ainda hoje, uma região marcada por uma realidade socioeconômica de grandes contrastes. O exemplo mais claro está no IDH dos bairros que compõe as Áreas de Planejamento AP-4 e a AP-5, onde estão localizados Deodoro e Vila Militar. Essas diferenças também são observadas nas opções culturais dos bairros que a compõe. (INSTITUTO RIO, 2015).

E por causa dos seus grandes espaços e da necessidade de crescimento da cidade, alguns bairros dessa região ganharam uma população de alto poder aquisitivo, como os que compõem a Área de Planejamento 4 (AP-4). É nela que está localizada a Barra da Tijuca que, sobretudo nas últimas décadas, vem sendo ocupada por uma classe média emergente, cujo modelo de desenvolvimento segue um padrão, não mais europeu e parisiense, como nas mudanças executadas por Pereira Passos no início do século XX, mas de inspiração norte-americana.

1. A população da zona oeste representa 41,36% (2.614.728 habitantes) do total do município do Rio de Janeiro (6.320.446 habitantes). Os indicadores culturais da região reforçam a perspectiva da desigualdade: a Barra da Tijuca conta com uma concentração considerável de salas de cinema (32%), embora apresente índices baixos com relação à oferta de museus (2%), bibliotecas (3%), centros culturais (5%) e teatros (3%). Por sua vez, Jacarepaguá e Cidade de Deus são regiões caracterizadas pela escassez de museus (3%), bibliotecas (8%), centros culturais (6%) e teatros (5%), além de possuir a menor concentração de salas de cinema da cidade (4%). Instituto Rio. http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste

1.3. A OCUPAÇÃO MILITAR DO SUBÚRBIO CARIOCA

Fernandes (2006), ao escrever um artigo em que analisa a relação entre os militares e os espaços geográficos da cidade do Rio de Janeiro, os compara, em um “certo sentido”, às “instituições religiosas e seus edifícios”. O Rio passou a ocupar, a partir de 1888, “o segundo contingente do Exército (15,65 por cento)”. Esse número quase que dobrou na segunda metade do século XX, quando “a participação do então Distrito Federal deu um salto para 26,18 por cento dos efetivos”. (FERNANDES, 2006). A maioria dos bairros da Zona Oeste foi crescendo e se adensando ao lado e no entorno dessas instalações militares, como é o caso do objeto deste estudo, por isso a importância de entendermos como esse processo se deu.

O fato de apenas uma cidade abrigar mais de um quarto das organizações militares de um país, indica que este é o seu espaço mais militarizado; confere ao Rio de Janeiro uma situação urbana bastante singular, seja do ponto de vista do território nacional, seja do ponto de seu ordenamento interno. (FERNANDES, 2006).

Ao pesquisar a história da Escola Militar de Realengo, Viana nos informa que o bairro de mesmo nome surgiu nos “primeiros registros de propriedades no Realengo”, em 1814. Mas a origem dessa localidade vem, na verdade, de 1805, quando as terras “foram doadas como sesmarias a Ildefonso de Oliveira Caldeira, o Visconde de Gericinó”. (VIANA, 2010, p. 24). Ele lembra que, ao mudar de mãos, as terras foram destinadas, principalmente, para a criação de gado, mas com o cuidado de serem preservadas as propriedades que estavam às margens da antiga estrada Real de Santa Cruz. Para continuar com o direito de manter suas atividades agrárias, esses proprietários receberam da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em março de 1821 uma resolução em que eram obrigados a cultivar “um pedaço de terra de seis braças de frente e dezoito de fundo, conservando-o limpo e com plantações nos terrenos que já tivessem sido tratados”. Quem não cumprisse a determinação pagava multa de “100 réis por braça”, além de lavrar “uma parte extra das terras”. (VIANA, 2010, p.26).

As terras de Guaratiba, que haviam pertencido aos jesuítas e a um português chamado Manuel Veloso Cubas, foram transformadas em freguesias em 1755 depois de terem sido desmembradas da freguesia de Irajá e foram uma das mais produtivas e importantes freguesias até 1888. Santa Cruz era também uma freguesia importante e

continuou assim, após o período colonial, quando suas terras foram utilizadas na “plantação de chá dos primeiros chineses imigrantes”. (LOPES, 2007, p. 54)

Realengo teve uma trajetória peculiar, bem diferente dos outros bairros da região. Enquanto as outras localidades seguiram um processo natural de urbanização com o crescimento da cidade, saindo da condição estritamente rural e agrícola para transformarem-se em bairros residenciais, industriais e proletários, Realengo abandonou a sua aparência de local com características agrárias e pastoris para assumir novos aspectos que o distinguiria dos outros. Tornou-se um bairro essencialmente militar. (FRIEDMAN, 1999 apud VIANA, 2010, p. 42).

Ao lado das terras realengas encontravam-se outras fazendas como as de Sapopemba e Afonsos que foram adquiridas pela União na segunda metade do século XIX. Pela sua proximidade com Realengo, havia um interesse estratégico do Ministério da Guerra nessas terras. Esses espaços são ocupados hoje pelos bairros de Realengo, Coronel Magalhães Bastos, Vila Militar de Deodoro, Jardim Novo, Marechal Mallet, Campo dos Afonsos e Sulacap, fazendo parte da XXXIII Região Administrativa do município do Rio de Janeiro. (VIANA, 2010, p.27). A Zona Oeste chegou a ocupar naquela ocasião, “4,1 quilômetros quadrados” em terras que pertenciam ao poder público – da Câmara da Província do Rio de Janeiro, até 1834, e da Câmara do Município Neutro em seguida. Depois foram aos poucos mudando de mãos, sendo vendidas ou “ocupadas ilegalmente”. (VIANA, 2010, p. 27-28)

A vocação militar dessa região teve seu início de fato em 1852, quando “os campos de Realengo foram utilizados para realização de testes com foguetes fabricados no Laboratório Pirotécnico do Campinho” que fazia parte do Arsenal de Guerra da Corte. O laboratório era responsável pela produção de explosivos e munições para o Exército, o que demonstra o perfil de ocupação daquela região, ao abrigar instalações com arsenais e munições potencialmente perigosos quando localizados em regiões que foram, ao longo do tempo, tornando-se densamente povoadas, como é o caso dos bairros do entorno de Camboatá, onde explodiram os paióis de munição do Exército, primeiro em 1948, depois duas vezes em 1958. (VIANA, 2010, p. 29).

Em 1857 a Câmara Municipal cedeu parte dessas terras ao Ministério da Guerra para a construção de uma escola militar, além de um quartel para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande. (ANUÁRIO da Escola Militar, 1914, p. 2 apud VIANA, 2010, p. 29).

Procurou-se por muito tempo achar, nas imediações da corte, alguma localidade com espaço, que oferecesse desenvolvimento longitudinal suficiente para os grandes alcances; e os que serão examinados não oferecerão as condições necessárias, nem quanto à sua extensão, nem quanto à sua posição do ponto de vista da distância, e facilidade de comunicação: hoje, a abertura ao trânsito público da estrada de ferro de D. Pedro II, resolveu a dificuldade, e decidiu a escolha do indicado lugar, estabelecendo-se a Escola de Tiro no campo denominado – Realengo – foreiro à [I] uma câmara municipal da corte, com que o governo entrou em prévio acordo. (ANUÁRIO da Escola Militar, 1914, p. 2 apud VIANA, 2010, p. 29).

Com a criação da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, “a primeira organização militar a ocupar a atual Zona Oeste” começa efetivamente um movimento para transformar as terras realengas e suas imediações em áreas militares, o que passou a exigir investimentos em vários tipos de obras, como “quartéis, paióis, fortificações e linhas de tiro”, além da “implantação de uma infraestrutura urbana que atendesse a população deslocada para a localidade”. (VIANA, 2010, p. 30).

Por volta de 1860, as obras começaram a ser realizadas e “incluíram medições de terrenos, abertura e calçamento de ruas, canalização de água potável, drenagem de águas pluviais e iluminação”. (VIANA, 2010, p. 32). A linha de tiro ficou pronta em 1865, além de obras de drenagem para preservá-la. Uma praça “de 2.500 braças quadradas” foi aberta para ser usada nas manobras militares pelos alunos da “Escola de Tiro, da Escola Militar e do 7º Batalhão Nacional, que ocupava uma das dependências do aquartelamento”. Tempos depois, o espaço foi ampliado para “5.000 braças”. (VIANA, 2010, p. 33).

Mas a Guerra do Paraguai, que mobilizou todo o efetivo do Exército Brasileiro, obrigou o corte de gastos e o envio de soldados para a guerra a partir do final de 1864. Nas terras realengas ficaram apenas “dois alferes e um destacamento de 20 praças do Batalhão de Engenheiros, comandados por um segundo tenente para a realização de trabalhos de manutenção da área”. (VIANA, 2010, p. 34-35). A Escola de Tiro só seria reaberta em 1872 e com grandes dificuldades porque as instalações estavam obsoletas e inadequadas, exigindo novos investimentos. Os testes recomeçaram e em pouco tempo, os espaços foram ampliados. A Escola de Tiro passou a receber alunos das três armas do exército (terra, ar e mar) que ali obtinham formação teórica e prática no conhecimento e manuseio de armas de fogo.

Os testes e exercícios com armamentos se tornaram constantes no Realengo e, em pouco tempo, a extensão da linha de tiro, principal área de instrução, tornou-se insuficiente para o alcance atingido pelos novos

armamentos. Para superar esse problema, sua extensão foi ampliada e sua estrutura acrescida de instalações próprias para as experiências e exercícios de tiro: foram construídas duas casas blindadas, um miradouro, um *blockhaus* e espaldões. (VIANA, 2010, p. 36)

As transformações dessa parte da Zona Oeste eram um reflexo da importância do Rio de Janeiro e seus aquartelamentos. A cidade possuía, até a segunda metade do século XIX, importantes fortificações, localizadas estrategicamente entre o centro e a baía de Guanabara. Além dessas, havia uma única instalação militar localizada na Zona Oeste: o forte de Nossa Senhora da Conceição do Campinho, “no desfiladeiro do Irajá, nos limites das Freguesias de Nossa Senhora da Apresentação do Irajá e de Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá”. (VIANA, 2010, p.31).

Em 1889, a Escola Preparatória foi anexada a Escola Militar da Corte, que em 1898 se integraria a Escola Superior de Guerra, a origem da Escola Militar do Brasil. Esta Escola funcionou na Praia Vermelha até 1904, quando foi transferida para a Zona Oeste, especificamente Realengo. A razão é que os alunos da escola participaram da Revolta da Vacina, um movimento de desobediência civil que queria impedir a vacinação em massa na cidade do Rio de Janeiro, que, do ponto de vista da instituição militar comprometia “não apenas a disciplina militar, mas também a ordem pública”. (VIANA, 2010, p. 67-71).

Com a inauguração, em março de 1858, da primeira ferrovia da cidade, a estrada de Ferro de D. Pedro II, que passou a se chamar Central do Brasil a partir de novembro de 1899, as terras da Zona Oeste passaram a ter um melhor e mais rápido acesso, a partir do funcionamento das primeiras estações, como a estação do Engenho Novo, chamada na época de Venda Grande e a estação de Cascadura. (MEDEIROS, 2009).

No começo do século XX, 800 mil pessoas viviam na cidade do Rio de Janeiro. A maioria em bairros mal servidos pelos bondes e trens da Central do Brasil. O movimento na cidade já estava estrangulado, com poucos serviços de transportes coletivos e uma população que crescia exponencialmente, o que obrigava a expansão natural para as outras regiões da cidade. (BELCHIOR, 2011).

As necessidades do Exército em ampliar suas instalações na Zona Oeste, fez com que outros bairros passassem a receber investimentos em construções militares a partir das primeiras décadas do século XX. Pela proximidade e pelas características do terreno, o Exército expandiu suas instalações para as terras do antigo engenho de açúcar de

Sapopemba e do Campo dos Afonsos. (VIANA, 2010), hoje chamados de Vila Militar e bairro de Deodoro.

Toda aquela região era um centro de produção de açúcar, conhecido como engenho de Sapopemba e foi considerado o maior da freguesia de Irajá até o final do século XVIII. O engenho pertencia ao Conde Sebastião do Pinho, que endividado, o vendeu em um leilão ao Banco do Brasil, juntamente com a Fazenda de Gericinó. As terras foram repassadas em seguida ao Ministério da Guerra. (PIMENTEL, 2013). E é nelas que surgirá nos primeiros anos do século XX um novo conceito militar, o de *vila militar*, sugerido nos relatórios do Ministério da Guerra desde 1901. (VIANA, 2010, p. 104).

Essa ocupação chamou a atenção de Fernandes (2006) que tentou entender a lógica de ocupação daquele espaço para a implantação da Vila Militar, em 1909, numa época em que todas aquelas terras eram consideradas como área rural. Fernandes conclui que a construção das instalações da Vila Militar seguiu “um projeto de reorganização das forças armadas brasileiras, que começou a ser esboçado com a proclamação da República, mas de fato, só implantado nas duas primeiras décadas do século XX”. (FERNANDES, 2006).

Deodoro, no começo do século XX era uma região praticamente desabitada, por isso foi escolhida para a construção da Vila Militar. Para chegar até o novo bairro havia duas maneiras: pelo trem da Estrada de Ferro Central do Brasil ou pela antiga estrada de Santa Cruz. Para chegar até Realengo, bastava seguir pela estrada São Pedro de Alcântara ou pela linha do trem. (VIANA, 2010).

A estação de trem, que levava o nome de Sapopemba desde 1859, foi uma das mais importantes da região e a partir de 1878 tornou-se “uma estação de transbordo para outros locais”, passando a ser conexão para Santa Cruz, Japeri e Paracambi. Na primeira década do século XX surgiu ao lado da estação a Companhia Tecidos de Linho Sapopemba, “que fabricava brins, atoalhados e colchas, entre outros tecidos e manufaturas”. (PIMENTEL, 2013). Entre os seus 1200 operários, havia homens, mulheres e crianças. Para eles, a direção da fábrica construiu uma vila de casas e um armazém de gêneros alimentícios. Também foram montados “consultórios médicos e uma sala de operações”. A fábrica levou novos moradores para a região e no dia da sua inauguração, em 1906, o Presidente da Estrada de Ferro Central do Brasil, “propôs a mudança de nome da estação de Sapopemba para Deodoro, como forma de homenagear o marechal do Exército que proclamou a República”. (NOVO MILÊNIO, 2014).

Nessa mesma época, o Exército tinha a ideia de construir um bairro eminentemente militar, com todos os tipos de instalações que atendessem às suas necessidades. Uma comissão foi criada para trabalhar no projeto da *Vila Militar Tipo*, que poderia servir de modelo para outros estados da federação. Era um conjunto de unidades residenciais estrategicamente colocadas ao lado dos alojamentos militares. O nome era uma homenagem ao proclamador da República, o Marechal Deodoro da Fonseca. A Vila Militar de Deodoro passou a abrigar, além das residências dos oficiais e alojamentos, “depósitos, campos de instrução e outras instalações militares, racionalizando o controle administrativo e econômico das tropas”. (VIANA, 2010, p. 104). No relatório do Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, de 1901, a Vila Militar de Deodoro já estava prevista e demandava grandes investimentos, já que várias construções deveriam ser feitas no local como:

Edifício para o Quartel General, Escola Distrital, casa de residência do comandante do distrito, casa para os delegados, chefes de sessão e oficiais superiores dos regimentos, grupo de duas casas para os oficiais subalternos, depósito de artigos bélicos, armazéns de viaturas e baias para um regimento de infantaria e para os de cavalaria e artilharia, Quartel para uma companhia, um esquadrão ou uma bateria, Edifício destinado à administração de cada regimento, casa para inferior casado, grupo de duas casas para praças casados, paiol de munições de guerra, Hospital Militar, enfermaria de isolamento. (VIANA, 2010, p.104-105).

Nas terras contíguas, da antiga fazenda dos Afonsos, surgiu a Escola de Aviação Militar, “que durante seus primeiros anos de funcionamento esteve ligada administrativamente à Escola Militar de Realengo”. (VIANA, 2010, p. 96).

A região compreendida pela Vila Militar de Deodoro e pelo Campo de Instrução de Gericinó se destaca na geografia do Rio de Janeiro como uma grande área que intercepta a expansão dos subúrbios em direção à Zona Oeste da cidade. (VIANA, 2010, p. 104).

As obras da Vila Militar de Deodoro começaram em 1908 e ficaram prontos, primeiro, o 10º Batalhão de Infantaria, além de um galpão para o “acantonamento” dos soldados do 1º Batalhão de Engenharia. Também foi construído um quilômetro de linha férrea para ligar as novas construções por uma linha telefônica. As terras da antiga fazenda foram cortadas “por uma larga avenida, ligando a estação de Sapopemba (atual estação Marechal Deodoro) à fazenda das Mangueiras, e retalhada em quarteirões, nos

quais foram construídas 170 casas para residências de oficiais e outras 66 destinadas à moradia de operários”. Também foram construídas 48 casas para o 1º Batalhão de Engenharia e “duas casas pequenas, um edifício, onde anteriormente se achava um almoxarifado, e um depósito que sofreu obras para transformação em aquartelamento”. (VIANA, 2010, p. 107).



Imagem 6: Lançamento da pedra fundamental da Vila Militar de Deodoro em 1907. Relatório do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, 1907.

Fonte: 1º Exército

A fazenda de Gericinó, em área de 35 quilômetros quadrados, ao lado do antigo engenho Sapopemba, transformado em Vila Militar, virou o Campo de Instruções de Gericinó em 1908 e serviu “originalmente como depósito de materiais de campanha”. Só a partir de 1917, foram construídas no terreno algumas instalações para o treinamento militar.

Foram construídos seis abrigos para exercícios de tiro de infantaria e quatro para artilharia, situados de modo que a direção dos projéteis disparados tivesse no maciço de Gericinó, ao fundo, um para-balas natural. Em uma elevação, fora da trajetória dos tiros, foi construída uma torre de observação com quatro pavimentos, à qual todos os abrigos foram ligados por uma linha telefônica. (VIANA, 2010, p. 108-109).

Fernandes (2006) acredita que a Vila Militar é “um dos fixos espaciais mais expressivos da modernização do Exército”. Ele também conclui que essa ocupação de vastas áreas pelos militares, deveu-se, principalmente, pela necessidade de ampliar a segurança e proteger essas instalações, que, “por envolverem objetivos e conveniências do sistema de poder, são espaços fechados ao uso e ao conhecimento da maior parte de seus cidadãos”, como poderemos observar mais tarde, na forma como a instituição militar costuma tratar as questões a ela relacionadas, sobretudo as que envolvem civis. (FERNANDES, 2006).

Em 1938, a Vila Militar de Deodoro recebeu grandes investimentos do Governo Federal que pretendia ampliar as condições físicas e operacionais das Forças Armadas. Com isso, as obras inacabadas da “Policlínica do Exército, do Quartel-General da Infantaria Divisionária (atual Comando da 1ª Divisão do Exército), 26 casas para residências de oficiais e 22 para sargentos” foram concluídas. Além disso, “foram ampliados os quartéis do 1º e do 2º Regimento de Infantaria (atuais 1º e 2º Batalhão de Infantaria Motorizada), do Grupo e da Escola de Armas”.

O Regimento de Artilharia Montada, do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização e a Escola Municipal Rosa da Fonseca também passaram por melhorias, que se estenderam também à Vila Militar, como as redes de abastecimento de água e de esgoto. Com isso, o esgoto que corria a céu aberto na principal avenida da Vila Militar e que leva o nome do patrono do Exército brasileiro, Duque de Caxias, foi eliminado. No ano seguinte, os quarteirões na “vila dos sargentos e na estrada São Pedro de Alcântara, no trecho compreendido entre as estações da Vila Militar e de Deodoro”, receberam iluminação pública. Além disso, todas as ruas foram pavimentadas. (VIANA, 2010, p. 109-110). Hoje, as terras da antiga fazenda fazem parte do Parque Natural do Gericinó que fica dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó-Mendanha. Em 2009 as Forças Armadas cederam as terras ao município de Nilópolis. (MAPA DE CULTURA, 2014).

O bairro de Deodoro, separado da Vila Militar pela estação de trens, está delimitado pelo decreto nº 5.280 de 23 de agosto de 1985. Com uma população composta basicamente por famílias de classe média baixa, o bairro tem hoje pouco mais de 10 mil habitantes, quase a metade residindo no Conjunto Habitacional Getúlio Vargas. Projetado pelo arquiteto Flávio Marinho Rego, de acordo com os critérios modernistas da época que seguiam a “nova arquitetura de Le Corbusier”, o conjunto, também conhecido como Casa Popular, é uma obra monumental. Inaugurado em 1954 com o objetivo de

atender à população de baixa renda, ele fica localizado entre as margens da Avenida Brasil e a estrada de ferro Central do Brasil, próximo às terras de Camboatá, epicentro das três explosões. Os moradores desse complexo habitacional foram os primeiros a sofrer as consequências das três explosões. (CONTINUAM..., 1958).

Com o passar dos anos, o complexo de apartamentos foi se degradando, mas em 2006, o Governo do Estado do Rio de Janeiro fez melhorias na região, criando um espaço de lazer para os seus moradores. O Parque das Vizinhanças Dias Gomes, localizado na Estrada de Camboatá, ao lado da estação de trens da Central do Brasil e do antigo Centro de Instruções de Camboatá, que no âmbito desta pesquisa chamaremos de campo minado, é conhecido popularmente como “Piscinão de Deodoro” e oferece atividades físicas e de lazer de terça a domingo. Possuindo uma área de 17.800 metros quadrados, o parque tem capacidade para receber quatro mil pessoas. (PIMENTEL, 2013).

Ao visitar a Vila Militar de Deodoro e o bairro de Deodoro, podemos observar um enorme contraste. É impactante a visão que se tem dos dois lugares. Ao chegar à estação de Deodoro, vindo da Central do Brasil, segue-se à esquerda até a entrada da Avenida Duque de Caxias, margeada pelas construções da Vila Militar. A organização e a limpeza estão presentes em todos os lugares. O mesmo não acontece do lado direito da estação, onde fica localizado o Conjunto Habitacional Getúlio Vargas, popularmente conhecido como “Casa Popular” e as demais construções dos moradores do bairro.

O acesso da estação para o conjunto é feito por passarelas cobertas, que, a uma primeira observação, provocam sensação de insegurança e, mesmo ao aventurar-se por elas, a sensação não desaparece. Mal conservadas, mal iluminadas e com muitas pichações, a passarela é o retrato do abandono do bairro, que possui alguns trechos com esgoto a céu aberto e construções improvisadas.

Ao analisar a expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1890 a 1940, Santos identifica que o abandono sempre esteve associado aos bairros do subúrbio. “Um lugar quase esquecido, pelo qual poucos, fora seus habitantes, se interessam”. (SANTOS, 2011, p. 115). Uma publicação da revista Ferro Carril de abril de 1910 mostra o desinteresse das autoridades por esses espaços já naquela época. “Ainda hoje, causa profunda tristeza ver como se acha inculta e desabitada a maior parte das regiões atravessadas pelos trilhos [Linha Ferroviária da] da Central”. (REVISTA FERRO-CARRIL apud SANTOS, 2011, p. 116).

2 O SUBÚRBIO BOMBARDEADO

Eu posso deixar lacunas nos fatos, eles se movem, posso atrapalhar-me com as datas, mas não posso me enganar sobre o que senti.
(Jean-Jaques Rousseau, 1952).

Os anos anteriores às três explosões no Depósito de Material Bélico do Exército em Deodoro são particularmente significativos na história política do Brasil. É necessário mencioná-los para entendermos como os 3 eventos, que são parte importante deste trabalho de pesquisa, as explosões nos paióis, foram tratados pelas instâncias de poder e pela mídia.

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por profundas transformações internas, que vinham se processando desde a virada do século XIX para o século XX, quando houve uma migração do campo para as cidades e com o início do processo de industrialização. O país, que também seria impactado por duas guerras mundiais, assistia a um crescente movimento de insatisfação popular, alguns inspirados na nova ideologia que vinha da vitoriosa Revolução Russa e da chamada “ditadura do proletariado”, outros surgidos da necessidade de crescimento do país.

Analisando a ordem institucional do Brasil no período de 1898 a 1964, Bastos; Rocha (2004) cita a insurreição tenentista de 1924 com a “Coluna Prestes”, como um dos eventos mais simbólicos dessas transformações pelas quais passava o Brasil e que deram fim à “República Velha”, a “política dos governadores” e ao início da era Vargas. (BASTOS; ROCHA 2004, p. 38-39). O contato do Brasil com as ideias comunistas e a clara posição do governo e das elites econômicas contra os movimentos sociais que se fortaleciam no Brasil deixaram no imaginário coletivo o medo de que o país pudesse um dia tornar-se uma extensão da União Soviética. (ASSUNÇÃO, 2006).

Mas a realidade é que ao longo das décadas de 1940 e 1950 acentuaram-se no Brasil as diferenças sociais e políticas, agravadas pela divisão geopolítica do mundo após a Segunda Guerra, decorrentes do embate entre Estados Unidos e União Soviética e da subsequente “guerra fria”. Entendemos que, de alguma maneira, essa polarização de forças entre as duas superpotências econômicas e o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos refletirão na forma como as explosões em Deodoro foram tratadas pelo Exército, pela polícia e por alguns partidos políticos, como veremos a seguir.

Em 1948, ano da primeira grande explosão no Depósito de Material Bélico do Exército, no bairro de Deodoro, subúrbio da Zona Oeste do Rio de Janeiro, o Brasil ainda se assombrava com o que acabara de acontecer anos antes, quando a Europa tinha sido o palco daquele que ficou conhecido como o mais devastador de todos os conflitos armados, a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, em que morreram milhões de pessoas, foram introduzidas no campo de batalha, novas técnicas de destruição em massa, como a bomba atômica, pelos Estados Unidos e a Alemanha nazista com a sofisticada e infame sistematização dos processos de eliminação étnica. A destruição de Hiroshima e Nagasaki ainda era, em 1948, motivo para conversas e temores. Talvez por esta razão, muitos entrevistados desta pesquisa associaram essas imagens ao que testemunharam das explosões em Deodoro, muito embora sejam evidentes as diferenças entre os acontecimentos, principalmente porque o trauma decorrente das consequências de uma guerra serão sempre mais impactantes na vida das pessoas do que o trauma vivenciado em acidentes e catástrofes como foram as explosões em Deodoro.

Mesmo que o Brasil tenha se engajado só no final do conflito, as notícias das atrocidades da guerra que aqui chegavam, foram deixando rastros de lembranças e memórias traumáticas, que eram compartilhadas em todas as camadas sociais. Além disso, o Brasil enfrentava sérias dificuldades econômicas e muita insatisfação no campo e nas cidades. O movimento trabalhista seguia firme nas suas reivindicações e as greves se multiplicavam em todo o país. O clima era, portanto, de intranquilidade. (SILVA, 2009).

As Forças Armadas, que já tinham saído fortalecidas como instituição anteriormente, após a “Revolução de 1932 em São Paulo”; depois da “Revolta comunista de 1935”; do “golpe do Estado Novo, em 1937, sem esquecer a tentativa integralista de maio de 1938” deram cabo do ditador Vargas, ganhando o *status* de “principais fiadores, tanto da ordem social como da política de desenvolvimento nacional do regime”. (MARTINS, 2003, p. 104-105).

2. Para saber mais sobre o processo de democratização entre 1945 a 1964, ler MARTINS, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O autor afirma que a saída dos militares só aconteceu nos anos 1980, “ao final de um longo processo de abertura política, em condições institucionais que lhes permitiram manter, até hoje, um status especial no interior do aparelho de Estado”. (p.99).

O fortalecimento das Forças Armadas forjou dois importantes nomes no jogo de poder e que disputariam as eleições de 1945: o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes. O general, apoiado pelo Partido Social Democrático (PSD), ganhou logo em seguida o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o brigadeiro, com o apoio de segmentos de oposição ao presidente Vargas, aglutinados na União Democrática Nacional (UDN). O terceiro candidato dessa disputa presidencial era Iedo Fiúza, do Partido Comunista do Brasil (PCB). (FGV, 2014). Aquelas eleições de 1945, que marcariam “a transição do Estado Novo para a Terceira República”, deram a vitória a Dutra, que tinha o apoio de Vargas. (BASTOS; ROCHA 2004, p. 42).

[...] o governo do General Dutra, mesmo com todo o aparato estatal à sua disposição, não teria conseguido reprimir a oposição da forma que conseguiu reprimi-la se não tivesse obtido um certo consenso, ou pelo menos, apoio de grande parte dos grupos que formavam a teia de poderes dentro da sociedade brasileira daquela época. (REZENDE, 2006, p 21).

Como veremos a seguir, o governo Dutra, mesmo com a promulgação da Constituição de 1946, com aspectos mais liberalizantes, vai empreender uma luta ferrenha contra os movimentos sociais, os partidos de oposição e os sindicatos. E o partido comunista estava dentre os seus principais alvos. Martins (2003) vê o advento da ‘guerra fria’, como o início dessa fase “em que o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política [...]”. (MARTINS, 2003, p. 106) e isso teria, certamente, reflexos na forma como os acontecimentos em Deodoro seriam tratados e os comunistas acusados, perseguidos e encarcerados.

2.1 AS EXPLOSÕES DE 15 DE ABRIL DE 1948 E SEUS DESDOBRAMENTOS

É nesse ambiente de tensões políticas e sociais que os bairros do subúrbio da Zona Oeste da cidade mergulham na tragédia das explosões de 15 de abril de 1948. Às 14 horas e 35 minutos, os paióis do Depósito de Material Bélico do Exército, em Deodoro, vão aos ares, provocando a morte de cerca de 30 pessoas, entre civis e militares, ferindo em torno de 200 e deixando milhares de pessoas desabrigadas, além de um prejuízo avaliado em 280 milhões de cruzeiros. Os bairros do entorno das terras de Camboatá, transformaram-se em um cenário de guerra, com explosões sucessivas, destruição e morte. A violência

da explosão foi tão forte que impediu a aproximação dos bombeiros. Eles só conseguiram voltar ao local três horas depois, às 17:30 e os incêndios só foram debelados às 10 horas do dia seguinte. (INICIADO..., 1948, p.1).

O delegado do 25º Distrito Policial, Eduardo Pereira da Costa, ao ouvir os estrondos correu à janela: “vimos então um cogumelo de fumaça, idêntico ao da bomba atômica. E sobre o rolo de fumaça um avião da FAB sobrevoava o local”. O avião era pilotado pelo tenente Deninqueno, da Aeronáutica. O delegado e a sua equipe seguiram para o local e no caminho depararam-se com cenas dramáticas: “viam-se soldados com a perna esmagada, criaturas aleijadas apoiadas em um cabo de vassoura, crianças abandonadas pelos pais em desespero, gritando e se agarrando aos transeuntes, sendo por estes, na carreira, derrubadas”. (O NUMERO..., 1948, p. 2).

Victor Bogo (2014), que tinha 18 anos na ocasião, estava servindo há poucos meses no Regimento de Artilharia da Vila Militar de Deodoro e nesse dia trabalhava no Campo de Gericinó, que fica do lado oposto às terras de Camboatá, onde estavam localizados os paióis do Exército. O trabalho consistia na construção de linhas telefônicas em treinamentos de combate. Naquela manhã, os soldados voltaram para o Regimento, almoçaram e foram liberados para descansar nos seus respectivos alojamentos. Foi quando explodiu o primeiro galpão, deixando a todos atordoados.

Então antes de eu ainda largar de ficar olhando aquela coluna de fumaça, o tenente passou gritando desesperadamente pra que se abandonasse o Regimento Escola de Artilharia. Vamos abandonar, vamos abandonar que isso aqui vai voar tudo pelos ares! Então alguns oficiais na frente e o povo todo misturado, soldado raso, com oficiais, com sargentos, coronéis, pegamos aquela vargem enorme que saia ali para Marechal Hermes e ia sair lá no Campo dos Afonsos. (BOGO, 2014).

Catarinense, nascido no povoado Serra dos Índios, em Presidente Getúlio, interior de Santa Catarina, Victor Bogo chegou na Companhia de Comando do Regimento Escola de Artilharia, na Vila Militar, em Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1948 e deu baixa em dezembro daquele mesmo ano. Ele vinha com outros jovens recrutados pelo Exército, porque, segundo ele, os catarinenses eram ordeiros e obedientes, além de corajosos, requisitos necessários para a vida militar. O jovem Victor sempre gostou de tirar um dedo de prosa, como se costuma falar no interior, o que ele foi lapidando ao longo das décadas, tornando-se um narrador nato, sobretudo das

experiências pessoais e as histórias das explosões dos paióis e tudo o que ele viveu e testemunhou, sempre foram as melhores de todo o seu repertório.

Como muitos jovens da sua geração, ele não estudou além do necessário para ler e escrever, sendo a leitura uma forma de alimentar a sua curiosidade pelo mundo e pelas pessoas. Logo depois de voltar para casa, Victor não se conformou em permanecer na sua cidade natal e migrou para a pequenina cidade Gaúcha, no interior do Paraná, em busca de melhores condições de vida, onde casou, teve três filhos e mora há 55 anos. Tornou-se um exímio construtor, que segundo ele próprio e o amigo de longos anos, Manuel Renato Balbe, construiu as casas mais bonitas de toda a cidade.

Há cerca de quatro anos começou a perder a visão, um olho por causa de uma catarata e o outro por causa de um câncer. Em 2014 perdeu a companheira de décadas, depois de um longo período sofrendo as consequências do Mal de Alzheimer. Para compensar a cegueira e a falta de memória da esposa, seu Victor usava as palavras com maestria para rememorar o passado de tantas histórias. As imagens descritas têm uma nitidez de cores e sons que ele, como todo bom narrador, sabe muito bem verbalizá-las. E é ele o único recordador, no âmbito desta pesquisa, das explosões de 1948.

As edições dos principais jornais do dia seguinte às explosões informam que tudo começou às 14h30 na oficina de desmonte de munição, anexa ao Armazém 16 que fazia parte do Depósito de Material Bélico do Exército. No galpão, com cerca de 100 metros de comprimento, costumavam trabalhar 40 pessoas, sendo mais da metade de mulheres. Nesse dia, encontravam-se no local, 18 mulheres e 12 homens e em poucos minutos o galpão desapareceu, ficando em seu lugar uma cratera de cerca de “80 metros de circunferência”. A edição matutina do Jornal O Globo do dia 16 de abril diz que o galpão parecia ter sido “bombardeado durante algumas horas”. (SERIA..., 1948, p.3). A descrição de Victor Bogo sobre o desespero das pessoas coincide com a reportagem do jornal. Em pouco tempo, a população de Deodoro e dos bairros vizinhos fugiu em busca de lugares mais seguros. O jornal associa a imagem da fuga dos moradores do subúrbio a uma situação de guerra.

[...] a imensa massa humana – homens, mulheres, crianças, velhos e moços ainda feridos, mal se apurando em improvisados ânimos - fugindo, evadida das casas, dos colégios, das casas comerciais, dos quartéis, de toda parte, abandonando Deodoro, sem uma ideia exata do que estava ocorrendo, mas sob um pânico incontrolável, lembrando no seu desespero e nas suas angústias, aquelas populações que, nos começos da Segunda Guerra, fugiam ao ataque da infantaria e da aviação alemãs. Era realmente esta impressão que se colhia e foi o que

a nossa reportagem pode presenciar emocionadíssima. (SERIA..., 1948, p. 3).

Victor Bogo relembra que, apenas no seu Regimento, havia quase mil soldados e todos eles saíram em debandada, mas agrupados e sob a coordenação do capitão Joaquim Justino Alves Bastos. Como estavam acostumados em treinamentos com explosivos, os soldados jogavam-se ao chão de acordo com o barulho produzido pelas granadas explodindo. Eles sabiam, portanto, quando só explodia o cartucho, mas “quando a granada chegava a estourar a bomba propriamente dita, então era um estouro muito mais forte, quando estourava uma granada, todo mundo deitava no chão”;

Durante o trecho que a gente ficou andando era um capinzal de uns dois metros de altura. [...] quando a gente deitava, a gente escutava os estilhaços das granadas passando por cima, meio metro acima da gente. [...] cortava o capim como se fosse uma máquina de cortar grama. Ai passava o estilhaço, a gente levantava e dava no pé. Andava ali, em um minuto estourava outra granada e todo mundo deitava e assim, não sei quanto tempo demorou, mas demorou um tempão até chegar ao Campo dos Afonsos. (BOGO, 2014).

Na edição da tarde do jornal O Globo do dia seguinte às explosões, a manchete na primeira página traz o questionamento: “Sabotagem ou imprudência?” E na página 5, a manchete “Obra de sabotadores, admite o ministro da Guerra”, com o subtítulo: “num rápido encontro, às primeiras horas de hoje, o ministro da Guerra, S. Ex., abordado pelo O Globo, declarou admitir, de fato, que a catástrofe de Deodoro haja sido o resultado de uma monstruosa sabotagem”. No corpo da matéria, o jornal informa não haver ainda elementos suficientes para determinar o que teria acontecido, mas “admite-se, no entanto, em rodas do Exército, que se trata de um ato de sabotagem”. (OBRA..., 1948, p. 5). O texto da reportagem relativiza os desdobramentos das explosões, trazendo novas informações.

Excetuando o caso das granadas que estavam abertas sobre os balcões, cuja pólvora teria sido atingida pelo fogo provocado pelo cigarro do empregado da Fábrica da Estrela, as explosões das granadas só se verificariam com a concussão nas espoletas. Todavia, chamou muito a atenção dos peritos uma granada que estava com a cápsula presa a um torno. Podia bem ser que esta houvesse explodido no momento em que era trabalhada pelo operário que se encarregara de sua desmontagem e provocado a série de explosões que sucederam-se. (OBRA..., 1948, p.5).

O jornal mostra na primeira página dessa edição, uma foto do presidente, general Eurico Gaspar Dutra, em visita ao local, acompanhado do ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa e do diretor do Depósito Central de Material Bélico, coronel José Faustino. A foto registra o momento em que eles caminham em meio aos escombros provocados pelos incêndios. Embora a matéria não faça nenhuma acusação direta, há uma espécie de subtexto ao reforçar a hipótese de sabotagem: “A impressão das autoridades é a de que se trata de sabotagem contra o Exército, visando o enfraquecimento das Forças Armadas e a subversão do regime”. O jornal afirma também que a hipótese estava “robustecida por indícios constatados no local do sinistro”. A reportagem traz ainda a declaração do diretor do Depósito Central de Material Bélico, coronel José Faustino da Silva, que levanta a possibilidade de ter sido negligência de um dos operários que trabalhava no desmonte das munições e que teria jogado a ponta de um cigarro no chão e este, em contato com a pólvora, teria provocado o incêndio. (OBRA..., 1948, p. 5).

No dia posterior às explosões, o jornal O Globo informava que tinham sido encontrados os corpos de 13 mulheres e 8 homens. Somando-se aos 3 soldados, 1 civil e mais 1 paraquedista mortos, chegamos ao número de 26 vítimas. As edições do Jornal do Brasil e do O Globo, além da Revista O Cruzeiro, mencionam o desaparecimento dos três homens que carregavam um caminhão de trotil, o que daria um total de 29 mortos. Se houve entre 140 a 200 feridos encaminhados aos hospitais Carlos Chagas, Getúlio Vargas, Hospital da Aeronáutica, além dos postos de saúde central e do Meier, alguns em estado grave, possivelmente mais pessoas morreram em consequência dos ferimentos, mas não conseguimos confirmar pesquisando as edições dos periódicos.

Não apenas os civis do entorno de Camboatá foram desalojados, cerca de “mil soldados da Guarnição da Vila Militar ficaram desabrigados porque os quartéis de suas guarnições foram destruídos ou estavam ameaçados de ruir”. (SABOTAGEM..., 1948, p. 5).

Victor Bogo relembra que, como eles tinham sido dispensados depois do almoço, a maioria estava sem uniforme na hora da fuga. A ordem era para deixar o local imediatamente, o que obrigou todo mundo a fugir sem armas e sem a farda. “Uns nem camiseta estavam usando, saíram só de calção, de pé no chão, não deu tempo de por nada nos pés [...]. Quando o tenente lá gritou, a gente desceu a escada do nosso alojamento e nos mandamos, que nem uma tropa de índio”. (BOGO, 2014).



Imagem 7: Jornal O Globo, 16 de abril de 1948.
Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo.

Testemunha ocular dos fatos, ele acredita que morreram mais de 200 pessoas e lembra-se de ter encontrado, no dia seguinte, pedaços de corpos espalhados no perímetro do Pavilhão 16, aquele que foi pulverizado com as explosões. Na noite seguinte, ele foi sorteado para “tirar a guarda” na área atingida.

[...] onde estavam os destroços da fábrica, pedaços de parede caindo, gato e cachorro catando pedaços de gente. Em volta de 200 metros, a gente achava braço, pernas, uma mão. Fiquei da meia noite às duas da manhã na sentinela. A gente tinha um telefone pra se comunicar com um outro guarda, com um fuzil carregado e a ordem era para atirar em qualquer coisa, qualquer vulto que se aproximasse. A gente dizia alto lá, se a pessoa corresse, a ordem era para atirar. [...]. (BOGO, 2014).

A revista O Cruzeiro, na edição de 1º de maio de 1948, também especulou sobre a possibilidade das explosões terem sido provocadas por um ato de sabotagem. O texto de David Nasser traz a declaração do coronel José Faustino da Silva, diretor do Depósito

Central de Material Bélico, o mesmo que havia mencionado ao Jornal O Globo a possibilidade da explosão ter sido resultado de negligência. Na revista, no entanto, o coronel afirma “que a causa do sinistro foi audacioso ato de sabotagem”. (NASSER, 1948, p. 7). O coronel teria mudado a sua opinião depois de ouvir o depoimento das testemunhas sobreviventes.

[...] a explosão se verificou ao lado esquerdo do pavilhão onde se achava situado o depósito de pólvora negra, justamente o oposto daquele em se encontrava o caminhão da fábrica Estrela. Um corredor de 10 metros de largura separava os dois edifícios, isto é, o depósito de pólvora e o pavilhão em que se encontrava o caminhão de trotil. Foi através de um bueiro que o sabotador introduziu uma mina explosiva, tendo na extremidade um estopim, cujo comprimento determina o tempo em que se deverá verificar a explosão. (NASSER, 1948, p. 7).

O Jornal do Brasil também reforça a possibilidade do incêndio nos paióis de munição ter sido uma ação criminoso. Na página 7 da edição do dia 18 de abril, a manchete é sugestiva: “Avoluma-se a crença de que teve origem criminoso a explosão de Deodoro”, e corrobora a versão do coronel Faustino, cujo depoimento é considerado “insuspeito” pelo jornal que reproduz ainda a versão de dois artífices que trabalhavam no pavilhão 16, Eloi Rodrigues dos Santos e Paulo Siqueira. Esses homens teriam dito que as explosões começaram em uma das canalizações de águas pluviais que passava por baixo do Pavilhão 16, aquele que explodiu primeiro. Os operários levaram o coronel Faustino ao local, onde foram removidos os escombros e, segundo o jornal, pode-se “constatar no bueiro os vestígios de que ali houvera arrebentado um petardo”. (AVOLUMA-SE..., 1948, p.7).

Além das declarações do coronel Faustino, a revista O Cruzeiro traz também o depoimento de Pedro Parísio, artífice do Arsenal de Guerra que chefiava o pavilhão 16, o local onde começaram as explosões do dia 15. Depois que o caminhão tinha sido carregado com 15 barris de trotil, foi observado que estava faltando cerca de 400 quilos de explosivos para completar a carga. Ao voltar do pavilhão 6, onde foi buscar a carga restante, Pedro Parísio percebeu que o caminhão fazia uma manobra no pátio de marcha-a-ré e com o motor ligado, o que era absolutamente proibido nesse local, pela quantidade de poeira de pólvora e outros gases inflamáveis. No seu depoimento, Pedro Parísio afirma ter corrido o mais rápido possível para avisar o motorista da imprudência que ele estava cometendo, mas não deu tempo. “Ao chegar a porta do pavilhão 16, senti violento choque, que me projetou no ar, perdendo os sentidos, que só vim recuperar no hospital para onde

fui levado”. O caminhão e os homens que nele trabalhavam desapareceram nas explosões e os corpos nunca foram encontrados. (NASSER, 1948, p. 9).

O depoimento do sargento, publicado na revista, é o mesmo da edição do Jornal do Brasil, de 20 de abril de 1948, surgindo, a partir desse momento, duas versões para explicar as possíveis causas das explosões. A primeira, a de sabotagem e a que mereceu maior destaque nas edições de todos os jornais e a segunda, a de acidente por negligência, sendo esta última a que menos mereceu destaque, sendo sobrepujada pela teoria da sabotagem. Faltava apenas direcionar as acusações a quem, naquele momento, representava uma ameaça ao governo e as elites.

O fato de muitos adeptos do credo vermelho terem se entregue, ostensivamente, à tarefa de distribuir boletins, concitando operários à greve, nesta hora em que a polícia tem todas as suas vistas voltadas sobre eles é um indício seguro da trama urdida. (AVOLUMA-SE..., 1948, p.7).

O Brasil da segunda metade dos anos 1940, que passava por um processo de industrialização e urbanização, vê se multiplicarem as organizações dos trabalhadores “com manifestações e descontentamento em todo o Brasil”. (REZENDE, 2006, p.49). Mesmo que a maioria da sociedade daqueles anos não simpatizasse com a causa comunista, o PCB conseguiu uma grande vitória nas eleições de dezembro de 1945, logo após o golpe que depôs Getúlio Vargas e que elegeu, com o apoio das classes trabalhadoras, o novo presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra. Nesse ano, o PCB obteve 10% dos votos apurados, “quase 600 mil votos em pouco mais de cinco milhões”. “Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal” e o partido “elegeu ainda 14 deputados federais”. (SEGATTO, 1981, p.63-64 apud REZENDE, 2006, p. 60).

A vitória nas urnas dá ao PCB em 1946 a desenvoltura que ele não teve no ano anterior e o partido “passa a se aproximar dos movimentos sociais apoiando as greves já a partir de janeiro de 1946”, acelerando o desejo do governo de acabar com as suas atividades, o que aconteceria pouco tempo depois. (REZENDE, 2006, p. 60). Além do mais, acusavam o PCB de estar por trás das “mais de 70 grandes greves, envolvendo mais de 100 mil trabalhadores” que paralisaram o país nos primeiros meses do governo eleito. (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992, p. 57 apud REZENDE, 2006, p. 52).

Depois de assumir em janeiro de 1946, o general Dutra consegue aprovar uma nova Constituição, com pouco debate popular e muito descontentamento. A nova carta

trazia “algumas das leis repressivas do Estado Novo, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve e a Lei de Imprensa”. (REZENDE, 2006, p. 37).

Nas eleições de 1947, já com o processo de fechamento do PCB em curso, os comunistas elegem “46 assentos em 15 diferentes estados, conseguindo mais 2 lugares no Congresso Nacional”. Nesse ano os comunistas conseguem “eleger mais representantes na Câmara Municipal do Rio de Janeiro do que qualquer outro partido”. Essa vitória provocaria nas “classes dominantes” um verdadeiro pavor pelo PCB e o desejo de acabar com os comunistas se torna mais evidente, aliando os interesses de uma parte da sociedade e do próprio governo. (REZENDE, 2006, p. 62).

Em janeiro de 1948, o PCB, banido da vida política nacional e após amargar a cassação dos seus representantes democraticamente eleitos decidiu alterar “a sua conduta política e adotou uma postura mais agressiva com relação ao governo, criticando o regime capitalista e a frágil democracia brasileira”. (PANDOLFI, 1995, p. 170). Três meses e meio depois, os militantes comunistas viveriam o seu primeiro grande teste de resistência daquele final de década, acusados como os principais suspeitos dos acontecimentos no subúrbio da cidade.

Dois dias após as explosões, foram presos “vários elementos destacados do ex-partido comunista”. O Jornal do Brasil fala em “elevado número de pessoas presas”. A sede do Partido Comunista, localizada na rua Silva Jardim, foi invadida e 8 pessoas foram levadas pela Polícia. Na operação, um jovem de 24 anos, de nome Valdeci Lopes, caiu da janela em uma tentativa de fuga, segundo o jornal, e morreu no Pronto Socorro. (AVOLUMA-SE..., 1948, p. 7).

Dez dias depois das explosões, já com um IPM – Inquérito Policial Militar, presidido pelo General Agra de Lacerda –, em andamento, a edição do Jornal do Brasil de 25 de abril, traz em uma matéria na página 6, um desmentido do Diretor da Divisão de Ordem Política, Major Aduino Esmeraldo, sobre acusações de tortura aos presos encarcerados após os acontecimentos de Deodoro. A acusação era de que o preso Alexandre Varela teria passado por sessões de tortura. Segundo o major, o preso foi detido para “averiguações” porque a casa onde ele estava era uma “célula comunista” e onde teriam sido encontradas “armas de guerra”. O major informava também que outra detida, a sexagenária Rosa da Costa Bittencourt, também não teria sido torturada “apesar de inimiga declarada da nossa pátria”. (AINDA..., 1948, p.6).

Depois de passarem a noite acomodados improvisadamente no Campo dos Afonsos, que fica a uma distância de pouco mais de um quilômetro da Vila Militar, Victor

Bogo e os seus companheiros voltaram para o Regimento de Artilharia e receberam a ordem de que estava terminantemente proibido qualquer comentário sobre o que havia acontecido no dia anterior. Mesmo tendo consciência de que essa era uma ordem difícil de obedecer, ele, temendo algum tipo de punição, achou mais prudente buscar informações na primeira folga que teve após os eventos do dia 15. Longe das restrições impostas na Vila Militar, Victor Bogo e seus colegas se questionavam as causas das explosões e comentavam entre si as impressões que guardaram. Em uma dessas ocasiões, ele lembra ter ouvido de um dos soldados a informação de que mais de 200 pessoas tinham morrido vítimas das explosões. Uma informação que eles não puderam confrontar com aquelas dos jornais, pois não tinham autorização de levá-los para a Vila Militar. “A informação veio de pessoas que no outro dia de manhã, quando terminou o tiroteio, eles conseguiram ir lá [...] havia centenas de pedaços de corpos humanos esparramados em volta de onde houve a explosão”. (BOGO, 2014).

A equipe do Jornal O Globo do dia 16 conseguiu entrar na área sinistrada às 23:30 do mesmo dia das explosões e a descrição é a de um campo de morte e destruição após uma batalha: “o chão coberto de estilhaços de granadas e cápsulas de projéteis de todos os calibres e grande quantidade de pedaços de madeira, ferro, pedras, telhas e tijolos” [...] No lugar do galpão 16, que tinha 100 metros de comprimento e onde tudo começou, havia apenas um espaço vazio e nas imediações tudo estava destruído, como se o terreno tivesse sido “bombardeado durante algumas horas e entre a terra revolvida viam-se, aqui e ali, à luz dos *flashes*, corpos e pedaços de carne”. (SERIA..., 1948, p.3).

Victor Bogo lembra ter ouvido falar sobre a causa das explosões ter sido um atentado contra o Presidente da República que havia visitado a Vila Militar de Deodoro momentos antes dos paióis explodirem. De fato, a revista O Cruzeiro, na edição de 1º de maio de 1948, menciona a visita do Presidente, vinte minutos antes das explosões, quando “o general Dutra e seus companheiros deixaram o Depósito de Material Bélico, encurtando a cerimônia que ali se realizava. Se tivessem ficado, a esta hora o Brasil estaria de luto”. (NASSER, 1948, p. 12).

Esta versão é semelhante a do comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Augusto Imbassahy, que, ao ser questionado pelo jornal O Globo, disse acreditar em sabotagem porque momentos antes das explosões, o ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, havia visitado a Vila Militar e participado de um almoço com os oficiais de alta patente. “As primeiras explosões deram-se, apenas, se haviam retirado

os militares presentes ao referido almoço”. O jornal não menciona a presença do presidente. (OBRA..., 1948, p.2).

O Jornal do Brasil do dia seguinte também reforça a possibilidade de sabotagem, o que está no subtítulo da manchete principal: “Violenta explosão no Depósito de Material Bélico, em Deodoro” e logo abaixo o subtítulo: “Admitem os chefes militares tratar-se de um caso de sabotagem”. Além de transcrever uma nota do Ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, em que afirma a abertura de “um rigoroso inquérito policial-militar para apurar as causas determinantes do ocorrido, porque os chefes militares desconfiam que seja obra de sabotagem”, o jornal menciona apenas uma morte e ferimentos em 50 homens e 33 mulheres que receberam atendimento hospitalar. (VIOLENTA..., 1948, p. 6).

As explosões e suas possíveis causas e consequências repercutiram nos dias seguintes. A sessão do dia 17 do Senado Federal foi inteiramente dedicada aos pronunciamentos sobre a catástrofe, muitos deles, eivados de suposições. O senador Plínio Aleixo lamenta a morte de “inúmeros soldados” e o ferimento em “dezenas de outros”, mas não se refere aos civis mortos. Na Câmara dos Deputados, há pronunciamento de “solidariedade com o Exército e de aplauso aos bombeiros”. “Os líderes dos diversos partidos políticos atribuem aos comunistas a responsabilidade pelos acontecimentos que enlutam a nação”. (REPERCUSSÃO..., 1948, p. 6).

Victor Bogo ouviu, dentro do Regimento em que servia, comentários a esse respeito: “a gente escutou uma vez alguém falar dentro do quartel, um cara falou pra mim isso daí foi um atentado comunista, porque o comunismo foi proibido no Brasil porque teve muita briga, andaram prendendo, matando [...]”. (BOGO, 2014).

O coronel Renato Guimarães, que servia naquele ano na fronteira do Brasil com o Uruguai, recorda-se de ter ouvido falar das explosões no Depósito de Munição do Exército, no Rio de Janeiro e que, após esses eventos, houve uma ordem do Ministério da Guerra, para reforçar as instalações militares em todo o território nacional, “porque houve tentativas de explosões de paióis naquela época”. Segundo o coronel, havia um temor de que houvesse uma “tentativa de revolução comunista, como já tinha havido em 35” pois “sabia-se que a Rússia comunista incentivava”. (GUIMARÃES, 2013).

Na reportagem do dia 18 do Jornal do Brasil o texto reproduz, além das suposições de sabotagem, algumas histórias de heroísmo, como a do operário que morreu depois de ter levado para fora do pavilhão em chamas, seis colegas de trabalho. O jornal também publica os nomes de pessoas que seriam ligadas ao extinto Partido Comunista, dentre elas,

os ex-senadores Arlindo Antonio Pinho e Carlos Souza Fernandes, os ex-capitães, Antonio Rosemberg, Trifino Correa e Roberto Sisson e os jornalistas da Tribuna da Imprensa, Eugênio Álvaro Moreira, Bernardino Maia e Egídio Squaff. Todos foram presos e acusados de envolvimento nas explosões dos paióis. (AVOLUMA-SE..., 1948, p. 7).

Observamos que os jornais O Globo e o Jornal do Brasil, nesses primeiros dias após as explosões, quase nada mencionaram sobre as tragédias individuais das famílias que foram mais diretamente afetadas. Nas edições subsequentes do Jornal do Brasil, até o dia 2 de maio de 1948, a maioria das matérias relacionadas à catástrofe de Deodoro referia-se as investigações e as suspeitas de ligação dos comunistas às explosões. Não encontramos nenhum relato ou reportagem sobre a situação dos moradores que perderam parentes e bens materiais. A única menção feita pelo Jornal do Brasil às famílias está na edição do dia 20 de abril, com a informação de que o coronel Joaquim Henrique Coutinho, do Gabinete Civil da Presidência da República havia visitado as vítimas em nome do Presidente Henrique Gaspar Dutra. (AINDA..., 1948, p. 10).

Uma pequena menção às vítimas da tragédia está na edição do dia 27 de abril do Jornal do Brasil, que traz o título “Explicações do líder da maioria sobre a ação das autoridades no caso da agressão a um jornalista”, e no primeiro subtítulo “Pensão para as famílias dos mortos na explosão de Deodoro”. (EXPLICAÇÕES..., 1948, p. 6).

Procuramos os documentos desse período no SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional e encontramos o Fundo “Memórias Reveladas” e nele o Arquivo EMFA – Estado Maior das Forças Armadas, com vários documentos dos períodos de 1948 a 1999. Procuramos os documentos relacionados ao Ministério da Guerra e ao Exército e chegamos aos Boletins Reservados do Exército. Normalmente em número de 12, esses boletins trazem ocorrências administrativas e são publicados pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Localizamos os Boletins Reservados de 26 de abril e 25 de maio de 1948, e não encontramos nenhuma menção às explosões de 15 de abril daquele ano. Também não encontramos nenhum documento relacionado aos Inquéritos abertos para apurar as causas dessas explosões.

Buscando informações no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, encontramos no Diário Oficial do Município, o pronunciamento do vereador Benedito Mergulhão, do PTB, na seção de 20 de abril de 1948, cinco dias após os eventos de Deodoro, em que ele julgava precipitadas as conclusões que apontavam culpados pelas explosões em Deodoro. Para ele o mais importante naquele momento era “minorar as dores dos que sofrem nos

hospitais, abrigar os sobreviventes sem teto, assistir aos trabalhadores privados do ganha-pão, prantear os mortos”. O vereador lembrou também que “o luto e as dores de tantos infelizes” não deveriam “servir de pretexto e desrespeito à Constituição”.

Compreendemos que o dever da polícia seja o de procurar, controlar, inquirir suspeitos, uma vez que certa ou não, admite a possibilidade de crime. Não compreendemos, todavia, que usando e abusando do privilégio de encarcerar, exorbite-se, entregando-se a desatinos e brutalidades, à violências físicas, à repetição de atentados à liberdade individual, espancamentos nas ruas e nas enxovias, num desrespeito consciente, premeditado, de garantias constitucionais não revogadas. (DIÁRIO OFICIAL, 1948, p. 196).

Localizamos o Projeto de Lei 148/1948 da Câmara dos Deputados, que “concede pensão mensal de mil cruzeiros às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material bélico de Deodoro”, mas não encontramos nenhum documento sobre processos de indenização às vítimas civis, assim como não conseguimos localizar o Inquérito Policial Militar referente àquele acontecimento. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1948).

Em matéria do jornal O Globo, de 17 de abril, encontramos uma breve menção da ajuda do governo às vítimas civis: “os corpos das vítimas foram enterrados, às 17 horas, em Ricardo de Albuquerque, com as despesas custeadas pelo governo”. (FOI SABOTAGEM..., 1948, p.1).

Duas semanas após as explosões, o assunto desapareceu dos dois principais jornais pesquisados, mas na edição do dia 30 de abril de 1948, uma notinha de rodapé na página 5 do Jornal do Brasil traz uma crítica à perícia mal feita e a recusa dos médicos legistas em assinar os laudos. Na página 7 da mesma edição do jornal, no espaço destinado às notícias do Senado Federal, a seguinte manchete: “Condolências pelas famílias enlutadas pela Catástrofe de Deodoro e solidariedade ao Governo e ao Exército Nacional”. (CONDOLÊNCIAS..., 1948, p. 7). No dia 2 de maio, portanto 17 dias após as explosões, a edição traz uma nota assinada pelo Ministro da Guerra, lamentando os acontecimentos em Deodoro e afirmando “o estado disciplinar da tropa subordinada à esse comando”. (AINDA..., 1948, p. 9). A última referência às explosões de Deodoro do dia 15 de abril de 1948 que encontramos até o final desta pesquisa, está na edição do dia 4 de maio de 1948, quando o jornal informa rapidamente a “missa em ação de graças na Igreja Bom Jesus da Penha” pelas vítimas das explosões. (O SINISTRO..., 1948, p. 8).

Além das cenas dramáticas que testemunhou, Victor Bogo guarda uma em especial. No dia seguinte, por volta das oito horas da manhã, quando os soldados do seu

regimento receberam autorização para voltar aos alojamentos, ele se deparou com algo que ainda hoje o emociona. Um dos soldados, que tinha recebido a missão de ficar de guarda na noite em que tudo explodiu, permanecia impassível no seu posto. “Quando nós voltamos, ele estava lá, em pé, na posição de sentido para receber os fujões que éramos nós”. (BOGO, 2014). Mesmo incrédulos, os soldados seguiram em frente, porque não tinham autorização para parar e perguntar o que tinha acontecido. Dois dias depois Victor procurou o soldado para cumprimentá-lo.

Eu me emocionei pelo ato heroico dele e cheguei a ter inveja porque gostaria de ter sido eu que ficou lá esse tempo. Ele foi homenageado com uma porção de cerimônia que o Exército fez dentro do regimento e ele foi considerado um herói. Inclusive teve um tenente que disse: ai esta a prova do povo catarinense, se não fosse isso, estariam trabalhando na roça. (Pausa) Tá me descendo lágrimas dos olhos. (BOGO, 2014).

2.2 AS EXPLOSÕES DE 2 DE AGOSTO DE 1958

Os anos de 1950 começaram como havia terminado a década anterior, com muita insatisfação popular com os rumos da política econômica do governo, com a intensificação dos processos persecutórios que pretendiam expurgar da administração pública e do ambiente militar toda e qualquer ameaça “subversiva”, mais especificamente, a eliminação de qualquer “ameaça comunista”, além de um permanente estado de alerta contra um novo possível golpe militar. O Brasil tinha naquele período três grandes partidos: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional). O Partido Comunista Brasileiro estava na ilegalidade desde 1948, mas os seus militantes se reorganizaram na sigla PPP (Partido Popular Progressista) que “definiu-se como representante das massas”. (PANDOLFI, 1995, p. 168- 169).

Getúlio Vargas volta à Presidência da República, aclamado pelo voto popular nas eleições de 1951, mas enfrentando uma forte oposição, que tem o seu clímax no atentado da Rua Tonelero, em que morreu um oficial da Aeronáutica. (VIEIRA, 2009). Após o suicídio do presidente, em agosto de 1954, o vice-presidente, João Fernandes Café Filho assume o poder e afasta-se totalmente da política do seu antecessor. No ano seguinte, o lançamento pelo PSD, da candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, com João Goulart, do PTB, como vice, deixa em polvorosa as classes

dominantes, inclusive as Forças Armadas. Mas o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra do governo Vargas, conhecido pelas suas ideias legalistas, lidera um movimento que ficou mais conhecido como “contragolpe” e em 11 de novembro de 1955, assegura a posse de Juscelino e de João Goulart.

O governo de JK começa com um país conflagrado por paralisações grevistas e pela exacerbação dos ânimos entre as classes dominantes, dispostas a combater quem ameaçasse a sua hegemonia e os seus privilégios. A historiadora Ângela de Castro Gomes, ao estudar o período entre 1956 e 1961, considera que o governo de JK foi “politicamente estável, apesar de marcado por crises militares no começo e no fim desse período”. Além da intranquilidade nas Forças Armadas, havia também “uma intensa atividade sindical e partidária” e dois novos elementos chegariam para complicar ainda mais o cenário político e social do período, “a ascensão dos movimentos camponeses” e a “crescente intervenção da Igreja na área político-social, sobretudo no Nordeste”. (GOMES, 1991, p. 10).

É nesse ambiente de embates públicos entre governo e oposição e greves em quase todas as capitais e quando os acontecimentos de abril de 1948 pareciam totalmente esquecidos, uma sucessão de explosões transformaria Deodoro novamente, dez anos depois, em uma “praça de guerra”. (CARLONI, 2010).

Na edição matutina do Jornal O Globo, de 2 de agosto de 1958, a manchete “Explodiram os paióis de Deodoro!” mostra uma foto do incêndio que começou na madrugada e se estendeu por mais 72 horas. No subtítulo da manchete vem a informação de que o primeiro paiol explodiu a meia noite e quarenta e cinco minutos e duas horas depois, o segundo paiol. (EXPLODIRAM..., 1958, p. 1). Na mesma página do jornal, uma nota do 1º Exército informava a interrupção do tráfego ferroviário e rodoviário e afirmava a não existência de vítimas. As explosões foram ouvidas a mais de 26 quilômetros de distância e “os moradores saíram para as ruas, atordoados e sem saber exatamente o que ocorria”. Na fuga de uma dessas famílias para o município vizinho de Nova Iguaçu, a moradora Maria do Carmo morreu de ataque cardíaco. Todos os hospitais da cidade foram colocados em estado de emergência para receber os eventuais feridos. (EXPLODIRAM..., 1958, p. 7).

Os moradores do Méier, bairro distante 12 quilômetros do epicentro das explosões, também saíram às ruas em busca de proteção e ficaram assustados ao ver “desenhar-se no céu um imenso clarão”, que só aumentou o pânico entre a população. No Aeroporto Santos Dumont, os controladores de vôo conseguiam ver ao longe a forte

claridade que vinha da direção do subúrbio. O piloto do avião da Panair, comandante Vasconcelos, que seguia do Galeão em direção ao Santos Dumont, decidiu fazer “uma sondagem aérea sobrevoando o local das explosões e adjacências”. Depois de ouvir as notícias pelo rádio ele descreveu o que viu: “a impressão era a de que Deodoro e imediações estavam sendo destruídos sob o impacto das explosões”. O jornal acrescenta que naquela madrugada toda a cidade do Rio de Janeiro sentiu os efeitos dos estrondos que vinham de longe: “em nenhum ponto, do centro, dos bairros, nos subúrbios, se deixou de experimentar a sensação do sinistro. As explosões eram ouvidas em todos os recantos da cidade”. (EXPLODIRAM..., 1958, p. 10).

O Jornal O Globo noticiou que alguns bombeiros, ao tentar apagar as chamas no segundo paiol, onde estavam “os obuses de calibre 105” teriam morrido na ação, o que não consta nas edições do Jornal do Brasil. Segundo as informações oficiais reproduzidas nas edições seguintes, apenas uma pessoa teria morrido nas explosões. O Exército determinou a evacuação de Deodoro e todas as vias de comunicação com o bairro foram cortadas, deixando aquela região sem energia elétrica, iluminada apenas pelos clarões das sucessivas explosões. (EXPLODIRAM..., 1958, p. 7).

O coronel Renato Guimarães, que comandava na ocasião um esquadrão de 220 homens do Regimento de Cavalaria na Vila Militar de Deodoro, relembra que havia 1.200 cavalos no local, todos dentro das baias e que durante as explosões daquela madrugada ficaram muitos assustados. Para facilitar o controle dos animais e impedir que eles fugissem e provocassem a morte das famílias que também fugiam apavoradas, o coronel ordenou que todos fossem argolados dentro das baias. Nenhum dos cavalos morreu ou se feriu durante as explosões.

No momento em que o primeiro paiol explodiu, o coronel Guimarães, que morava com a família na Vila Militar, distante uns 600 metros dos paióis, acordou a mulher, os três filhos pequenos, a sogra e a empregada e os levou para o lado de fora da casa, no sentido contrário de onde vinham as explosões e longe das janelas, para evitar ferimentos pelos estilhaços de vidros. Chamou o primo da mulher, que servia na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para levá-los para bem longe da Vila Militar, para um local em que todos estivessem a salvo. Para entender o que estava acontecendo, o coronel tomou uma decisão arriscada.



Imagem 8: Jornal O Globo, 2 de agosto de 1958.
 Fonte: Acervo digital do O Globo

[...] eu fiz uma coisa que alguém diria hoje: que loucura! Tinha uma caixa d'água que tinha 30 metros de altura e eu subi até o alto pra ver o que era e de lá eu olhei e vi que eram os paióis que estavam explodindo. A cena foi terrível, porque nesta hora, lá em cima, eu vi quando um dos paióis explodiu e a onda de choque foi como se fosse uma onda do mar que viesse e eu quando vi aquilo disse: “bom, vai vir uma onda com uma eclosão muito grande. Então, se eu descer, vou ser arrastado da escada de ferro”. Então o que é que eu fiz? Me deitei em cima da tampa da caixa d'água [...] e me coloquei reto em direção contrária à onda de choque que foi violentíssima. Se eu não tivesse deitado assim, eu ia ser arrastado pela onda de choque. (GUIMARÃES, 2013).

Nascido em 1921, o coronel Renato Guimaráes foi tenente na fronteira do Brasil com o Uruguai, Capitão na Argentina e Coronel na fronteira do Paraguai. Em 1958, comandava um esquadrão que apoiava o Regimento de Cavalaria, além de ser o responsável por todas as viaturas e pelos 1200 cavalos. Casado e pai de três filhos, o Coronel, que hoje vive na cidade de São Paulo, sempre gostou de contar para os netos as histórias de luta e heroísmo e uma delas era a das explosões de Deodoro, na madrugada

de 2 de agosto de 1958, que segundo ele mesmo recorda, fez as imediações da Vila Militar, Deodoro e Camboatá transformarem-se em uma “praça de guerra”, que o fez associar aquelas imagens às da bomba de Hiroxima. (GUIMARAES, 2013).

O repórter do Jornal O Globo, Vargas Junior, que chegou ao local para cobrir os acontecimentos, “foi arremessado, sob o impacto das explosões, a uma grande distância”. O repórter descreveu a experiência como indescritível: “tínhamos a impressão do fim do mundo. De que as casas, pessoas, tudo se acabava numa tremenda hecatombe”. (EXPLODIRAM..., 1958, p. 10).

A edição do Jornal do Brasil de 2 de agosto, traz uma pequena manchete em que se lê “Pelos ares um paiol de pólvora em Deodoro”. A matéria informa que “todo o Estado Maior do Primeiro Exército se transportou para o local dos acontecimentos”. (PELOS..., 1958, p.1). Na edição do fim de semana, 3 e 4 de agosto, a manchete do jornal “Continuam as explosões: mais 72 horas de perigo” traz abaixo 3 fotografias: uma delas mostra um casal fugindo do local; a segunda é a vista área dos paióis destruídos e na terceira foto pode-se ver árvores desfolhadas pelo deslocamento de ar provocado pelas explosões. Na página 5 da mesma edição, a reportagem, cujo título “Ainda o perigo de novas explosões em 72 horas” faz uma retrospectiva dos acontecimentos e traz a informação de que o fogo teria começado por volta da meia noite, nos trilhos da Central do Brasil e teria se espalhado com o vento. O jornal também diz que o Presidente Juscelino Kubitschek foi ao local das explosões ainda de madrugada e acompanhou os acontecimentos do Quartel General da Primeira Divisão de Infantaria. Para chegar até o local, o Presidente seguiu pela Avenida das Bandeiras, atual Avenida Brasil, até próximo ao morro de Camboatá, entre Deodoro e Ricardo de Albuquerque. Os paióis que explodiram estavam localizados nas “dependências do Regimento de Artilharia Antiaérea, onde também funcionava o Depósito Central de Armamento e Munição do Exército e o 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista”. (BESPALHOK, 2006, p.149).



Imagem 9: Páginas do Jornal do Brasil, 3, 4 de agosto de 1958.
Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional

A edição dos dias 3 e 4 de agosto do Jornal do Brasil traz na página 6 o título “Explosão dispersou famílias em todo o subúrbio”. Nela, há relatos de moradores que saíram às ruas de pijama, deixando tudo para trás, uma mulher teria dado a luz na ponte de Deodoro, a mesma por onde fugiam milhares de pessoas procurando um lugar seguro para passar a noite, cerca de 300 crianças se perderam dos seus pais e, apesar das medidas tomadas pelo Exército para evitar saques nas casas abandonadas às pressas, muitos casos de roubos foram registrados. A reportagem, que continua na página 7, mostra algumas fotos no local das explosões, com gente ferida, outras fugindo e pessoas recebendo atendimento médico. Também informa que a força do deslocamento de ar das sucessivas explosões pode ser sentida em bairros tão distantes de Deodoro, como Leblon e Copacabana e algumas casas e apartamentos nos bairros do Grajaú e Vila Isabel, sofreram abalos em suas estruturas e até vidros de janelas foram quebrados. (CENTRAL..., 1958, p. 7).

Ao conversar com os recordadores deste trabalho de pesquisa, observamos que as lembranças mais fortes são justamente as das explosões da madrugada do dia 2 de agosto.

Na descrição dos acontecimentos existe uma similitude narrativa, mesmo que na ocasião, a maior parte das testemunhas tivesse entre 4 a 18 anos. Começamos, portanto, detalhando os acontecimentos dessa madrugada sob o ponto de vista dos entrevistados.

Normando José Vasconcelos Mendonça, hoje professor de tecnologia da informação, morava em Bento Ribeiro, na rua Upiara, 235, com os pais, a irmã mais velha, de 6 anos e um bebê de poucos meses. Visitavam a família, uma irmã e uma tia do pai. A lembrança das parentas ficou registrada por um aspecto curioso. Quando o pai de Normando, ao certificar-se da gravidade da situação, chamou a todos para que saíssem do local e fugissem em direção a Madureira, não houve tempo de trocar de roupa e a tia-avó, na pressa, colocou o vestido marrom pelo avesso e isso foi o suficiente para chamar a atenção da criança de 4 anos. Outra imagem que ficou impressa como uma fotografia em sua memória é a do espetáculo de fogo que eles deixaram para trás.

Quando eu cheguei em Madureira, nós subimos na ponte sobre a via férrea e aí nós olhamos pra trás, pro lado de Deodoro e o que eu vi parecia uma coisa fantástica [...] o que a gente via eram fagulhas, aquela abobada de fogo imensa e as fagulhas no céu. Isso eu guardo bem na memória. (MENDONÇA, 2014).

Iasodara Martins Guimarães, hoje professora aposentada do estado, era um pouco mais velha do que Normando. Nas explosões do dia 2 era uma garotinha assustada de 7 anos, a 11^a dos 14 irmãos do tenente Antonio Guimarães e Iracema Guimarães. Iasodara hoje mora na mesma casa, no bairro de Guadalupe, onde ela, seus irmãos, o pai e a mãe grávida, viveram o terror daquela noite e seguiram assombrados com as consequências das explosões e das prisões do pai, acusado de sabotagem, como veremos mais adiante. O sobrado de dois andares, na Rua Argos, 167, antiga Rua 17, não sofreu muitas modificações ao longo dos últimos 56 anos e está localizado ao lado das terras de Camboatá, motivo de preocupação constante dos pais pela proximidade com o perigo. Naquela madrugada, todos saíram às pressas e fugiram em direção a Madureira.

O céu ficou vermelho, azul, ficou de tudo quanto é cor. [...] dava medo, mas era bonito, porque era fogo, aquele quando você acende o gás, sai azul, vermelho, sai verde. [...] a gente sabia que tava correndo perigo, mas não sabia a dimensão do perigo. (GUIMARÃES, Iasodara, 2014).

A mesma percepção tem a irmã mais velha, Lindaura Guimarães Silva, que na ocasião tinha 12 anos. Ela recorda que as explosões do dia 2 de agosto foram traumatizantes, mas que o pai, um ex-militar de temperamento calmo e ponderado, que

tinha muitos receios de morar tão perto dos paióis, procurou acalmar a família numerosa, mas lembrando a todos do perigo que corriam. Por isso, não foi permitido a ninguém trocar de roupa e saíram todos de pijama. A mãe, dona Iracema, grávida de 7 meses, mal teve tempo de reunir todos os filhos.

Foi uma confusão danada, a gente querendo pegar as coisas e meu pai dizendo que não podia. Todos tontos depois daquela primeira explosão que continuou. Ah! Foi horrível, me arrepia só de lembrar. [...] fiquei com um pouco de medo, mas quando a gente olhou e viu, parecia com uns cogumelos subindo e os fogos, pareciam uns fogos de artifício subindo e vruuuuum e pá. [...] eu acho que era assim, primeiro subia e depois alguns estouravam, igual a fogos, vrmmmm e pá, pá, pá. [...] a gente olhava pra trás e parecia que o fogo tava acompanhando a gente. (SILVA, Lindaura, 2014).

Os jornais do dia seguinte conseguiram reproduzir um pouco a dramaticidade das explosões daquela madrugada. Na edição do dia 4 de agosto, o Jornal O Globo traz na primeira página, em destaque, uma foto do local das explosões com marcações dos trechos mais afetados e duas manchetes. A primeira “Ninguém crê em bola de fogo lançada de avião nos paióis” e a segunda “Não afeta a segurança do país o sinistro de Deodoro”. (NINGUÉM..., 1958, p. 1). Na página 3, o jornal esclarece os boatos que teriam surgido de uma conversa do guarda noturno, Antonio Pacheco, com alguns amigos, quando ele teria afirmado ter visto, na madrugada do dia 2 de agosto, um avião sobrevoando as instalações do Exército, em Deodoro. Ele também teria comentado que viu quando uma espécie de bola de fogo desceu atingindo a área dos paióis e que as explosões teriam começado cerca de 10 minutos depois. O jornal informa também que esse guarda teria sido preso e a gravação da sua história apreendida. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Francisco de Assis Melo, negou ter conhecimento da prisão do guarda e da história que considerou totalmente fantasiosa. (NINGUÉM..., 1958, p. 3). Mas na edição do dia 5 do Jornal do Brasil, a mulher do guarda-noturno confirma a versão do marido e denuncia o seu desaparecimento. O jornal informa nesse mesmo texto, que a família do guarda teria viajado para local desconhecido. Não localizamos nas edições seguintes, nenhuma outra informação sobre o guarda noturno e a sua família. (NINGUÉM..., 1958, p. 3).

O general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, visitou o local das explosões, ao lado do Presidente da República, Juscelino Kubistchek e anunciou um plano

para a retirada do local dos depósitos de munição, mas justificou a existência dos mesmos em um terreno cercado por bairros densamente povoados.

A área em que foram construídos os depósitos atuais era praticamente deserta. Não havia nas proximidades, nenhuma aglomeração residencial. Agora teremos que deslocar os paióis para um ponto mais distante e adaptável. [...]. (O SINISTRO..., 1958, p.3).

Na página 10 da edição do Jornal O Globo do dia 5 de agosto de 1958, a reportagem, cuja manchete “Removidas espoletas e pólvora para evitar novas explosões”, traz a informação de que os “1.362 apartamentos da Fundação da Casa Popular, de Deodoro, que haviam sido evacuados a toda pressa na madrugada de sábado voltaram a ser reocupados pelos seus moradores”. O jornal relata a experiência de alguns deles, como Valdemar Gomes da Silva, que afirmou que a parede do quarto de dormir tinha sido atingida por um petardo que “passou raspando por baixo da cama do casal e foi parar, sem explodir, de encontro a outra parede”. Nesse momento, a mulher e os 9 filhos já tinham abandonado o apartamento. A mesma reportagem traz o depoimento do cabo da polícia militar, Gabriel de Araújo Arcanjo que, ao fugir de madrugada carregando duas crianças no colo, foi projetado ao solo pelas explosões:

Caíam estilhaços como chuva de pedras. Eu estava carregando duas criancinhas no colo quando fui atirado ao chão [...] A labareda que se erguia lá no terreno dos paióis era uma coisa impressionante, era mais alta que a torre da Central do Brasil. (REMOVIDAS..., 1958, p.10).

O jornal diz também que a fábrica de tecidos da Companhia Industrial de Deodoro teve 70 por cento das suas instalações destruídas e apenas a chaminé, de 65 metros de altura, ficou intacta. As explosões destruíram completamente 18 paióis dos 85 existentes. O Exército informou que os prejuízos foram avaliados em 2 e meio a 3 bilhões de cruzeiros, mas não havia informações conclusivas sobre os prejuízos na área residencial. A edição do jornal traz também a foto de Carlos Fraga Barbosa, com a legenda “o débil mental acusado de haver incendiado os paióis”, mas o texto da reportagem explica que ele, embora tendo sido denunciado por um vizinho, não foi preso, mas encaminhado ao Hospital Pedro II.

A única menção feita no jornal à explosão de dez anos antes no mesmo local, traz uma informação errada e indica o ano de 1947, ao mostrar a avaliação do engenheiro e perito Carlos de Melo Éboli, do Instituto de Criminalística que participou em 1948 do

trabalho de perícia que esclareceu as explosões nos depósitos no dia 15 de abril daquele ano. (REMOVIDAS..., 1958, p.10).

O coronel Renato Guimarães, narra que ao descer da caixa d'água depois da primeira onda de choque, procurou os seus homens do esquadrão motorizado e tomou a iniciativa “de retirar todos os meus veículos de dentro do quartel [...] e coloquei tudo na rua, porque numa emergência podia transportar quem fosse necessário, até as famílias da Vila Militar”. (GUIMARÃES, 2013).

A família do próprio coronel tinha sido levada, em um carro militar, para um local longe da Vila e que Dulce Guimarães Sabbag, filha do coronel, que tinha pouco mais de 5 anos na ocasião, relembra as imagens de um amplo espaço, quase como um clube, em que muitas outras famílias se protegeram naquela madrugada. Abraçada à mãe e aos irmãos, com medo de perder-se, Dulce relata as imagens que ainda hoje ela diz estarem nítidas nas suas lembranças.

[...] o que me chamou a atenção foi o céu vermelho, o céu inteirinho vermelho [...] e eu tinha uma sensação que o Sol tinha crescido de tamanho, sabe, aquela coisa tomou conta do céu. Foi uma coisa aterradora [...]. Eu acho que passou um caminhão e nós subimos no caminhão e fomos. Uma coisa meio de guerra, parecia. Hoje analisando, parecia uma coisa de campo de concentração. Enche o caminhão e você vai para um lugar que eu não sabia onde era, mas era um lugar horrível. [...] Meu pai não tava junto, eu achava que ele estava na guerra. Eu falei: é uma guerra e meu pai está na guerra. Eu achava que nós estávamos sendo atacados [...] uma criança ver uma pessoa vestida de militar, você sabe que ele está usando arma [...] Então era muito claro na minha cabeça, que devia estar acontecendo algum ataque, alguma guerra, alguma coisa horrível, porque eram explosões sem parar e nos tínhamos que nos esconder, nos abaixar, não podíamos ficar perto de janela [...] (SABBAG, 2013).

Jair é um dos filhos mais velhos do tenente Antonio Guimarães e como os seus irmãos, vivenciou o horror daquela madrugada do dia 2 de agosto. Engenheiro de formação, hoje ele é aposentado do Estado do Rio de Janeiro, onde trabalhou durante muitos anos na parte administrativa da Secretaria de Segurança. Aos 74 anos, afirma com exatidão o desespero que se abateu sobre a sua família naquela noite e uma de suas lembranças mais vívidas, é a mãe grávida, tendo que se deslocar a pé durante quilômetros em busca de um lugar seguro.

[...] Meu pai achava que tinha sido uma explosão naquelas fábricas de fogos em Caxias. Mas logo depois começaram a sair as faíscas na direção de Deodoro [...] quando começou a clarear, nos preparamos pra

sair. Minha mãe estava grávida, já perto de nascer e nós andamos de Guadalupe até Rocha Miranda. [...] eu lembro do meu pai lá na frente andando com as crianças, uma parte das crianças e eu com a minha mãe lá atrás, fomos andando devagarzinho.[...] o único medo que eu tinha era de dar uma explosão mais forte e ela ter de correr. [...] se desse a gente ficava por ali mesmo. (GUIMARÃES, Jair, 2014).

Embora as versões oficiais deem conta da morte de uma única pessoa, alguns jornais mencionam a morte de um homem, uma menina de 12 anos e uma mulher de aproximadamente 40 anos, que morreram quando um jipe do Exército do Corpo de Paraquedistas se chocou com uma camioneta que seguia para o centro da cidade, levando os retirantes dos bairros do entorno de Camboatá. (NOMES..., 1958).

O Jornal do Brasil do dia 5 de agosto questiona, pela primeira vez, a localização dos paióis de munição nas terras de Camboatá e reproduz a insatisfação dos moradores do Conjunto Casa Popular que voltaram para suas residências e estavam contabilizando os prejuízos: “geladeiras arrombadas, móveis quebrados, cadeiras sem pernas e espelhos partidos eram colocados nos caminhões, que saíam o mais rápido possível do pátio interno do conjunto”. (JÁ QUE..., 1958, p.7).

A necessidade de mudança dos paióis em Deodoro para outro local voltaria à edição do dia 6 de agosto do Jornal do Brasil: “é voz geral nos meios militares a mudança dos paióis para uma região distante da cidade”. O Jornal O Globo de 6 de agosto de 1958, tem na página 2 uma entrevista com o subcomandante do Corpo de Bombeiros, coronel Rufino Coelho Barbosa que explica que nem sempre as medidas de segurança são suficientes para evitar explosões como as de Deodoro. (SÓ A DISTÂNCIA..., 1958, p. 2). Esta foi a última referência do Jornal O Globo às explosões de 2 de agosto que encontramos. Já o Jornal do Brasil, na edição do dia 10 informa que “o inquérito policial militar instaurado pelo Ministério da Guerra para apurar as causas da explosão”, deveria ficar pronto em 30 dias. (ESTARÁ..., 1958, p. 7).

O coronel Renato Guimarães, ao ser indagado sobre a possibilidade da explosão do dia 2 de agosto ter sido deliberadamente provocada, diz nunca ter acreditado em sabotagem. A versão mais crível era a de que alguém teria feito uma cerimônia religiosa do lado de fora da área onde estavam localizados os paióis e o fogo teria se espalhado. Mas como em todo acontecimento dessa magnitude, o coronel também guardou em sua memória histórias de heroísmo. Um dos grandes temores na ocasião eram os pavilhões onde estavam depositadas as munições mais pesadas, as terríveis 305 milímetros, que se acionadas provocariam a destruição de quase todo o subúrbio, levando a morte a mais de

dez mil pessoas. O coronel recorda que o capitão da Cavalaria, de nome Castelo Branco, pegou um tanque de guerra e adaptou a um canhão 75, uma mangueira do Corpo de Bombeiros:

[...] com esse carro de combate, com esse tanque à diesel, que não explodia, ele entrou nos paióis, no meio do fogo, inundando com aquele jato d'água. Ele estava com mais uns dois ou três voluntários. Era um tanque enorme, de trinta toneladas, o maior tanque naquela época. (GUIMARÃES, 2013).

O trabalho do capitão ajudou os bombeiros que tentavam resfriar as paredes dos pavilhões onde essas e outras bombas de menor poder letal se encontravam armazenadas. Eram artefatos extremamente perigosos, como as de 105 milímetros, que se explodissem, colocariam em risco não apenas os moradores das imediações, mas todo o subúrbio carioca.

2.3 AS EXPLOSÕES DE 2 DE OUTUBRO DE 1958 E AS ACUSAÇÕES DE SABOTAGEM

Na tarde de 2 de outubro de 1958, todos os moradores de Deodoro e dos subúrbios do entorno tinham voltado para suas casas e ocupavam-se dos reparos dos estragos provocados pelas explosões de agosto. O Brasil preparava-se para as eleições legislativas do dia seguinte quando uma segunda e violenta explosão nos paióis levou pânico aos bairros vizinhos às terras de Camboatá, mas os seus desdobramentos seriam tratados de maneira diferente pelas instituições de poder.

O repórter Saulo Gomes, que trabalhava na Rádio Continental na época, ao saber das explosões dessa tarde, seguiu para o local com mais dois repórteres da emissora, Celso Garcia e Valter Bruno, além do operador de áudio, Fausto Lembo. Ao chegarem ao bairro de Guadalupe, foram impedidos de aproximar-se do local das explosões por tropas do Exército e obrigados a estacionar o furgão onde havia todo o equipamento para transmissão direta com a rádio. Andaram cerca de 5 quilômetros até a entrada principal dos paióis, seguindo pela Estrada do Camboatá. No percurso, as explosões foram aumentando de intensidade e Saulo Gomes decidiu ligar o gravador para registrar tudo por onde passava.

[...] eu começo a minha transmissão e esses colegas juntos. De repente, um dos paíóis das balas de grosso calibre, que era o pavilhão das de 105 milímetros explode. Uma explosão muito maior, um deslocamento de ar muito maior, tanto que alguns soldados que estavam ali próximos, atrás da cerca, na qual nos encontrávamos, caíram no chão com o deslocamento de ar [...] Então a primeira cena que eu registrei e que guardo até hoje na memória e que me emocionou muito e a todos os colegas, lógico, além do susto que nós tomamos [...] vi alguns daqueles soldados caindo no chão. Não recordo se eu e os colegas balançamos e caímos ou não. De qualquer maneira, uma sensação meio estranha de tontura e, de repente, para surpresa minha, esses dois colegas, o Valter Bruno e o Celso Garcia saíram correndo e se empoleiraram, pularam no estribo de um caminhão do Exército que ia deixando aquela rua defronte ao portal principal. [...] e eu fiquei sozinho. [...] e eu continuei, que tinha o meu gravadorzinho, desse é que dependia pra gravar alguma coisa. Não tinha certeza se estava gravando, porque eu balançava muito, corria, me jogava no chão, instinto natural de defesa. A partir daí eu comecei a notar que muitos soldados e oficiais que estavam naquele terreno comumente se jogavam no chão, ficavam deitados alguns segundos, era o momento em que um daqueles paíóis explodiam em maior quantidade e faziam um ruído muito maior. (GOMES, 2014).

Saulo Gomes lembra ter visto ao longo do caminho, muitas árvores caindo sob o impacto das explosões e abrindo crateras enormes onde “soldados, oficiais, sargentos, que ainda estavam por ali, ou porque estavam ali obrigados ou porque não tiveram tempo de fugir, se jogavam dentro desses buracos”. Ele fez o mesmo e, com o gravador sempre ligado, entrevistou os jovens soldados assustados. Essa gravação, que também faz parte do material de pesquisa desta dissertação e que nos foi disponibilizada pelo entrevistado, foi transmitida pela rádio Continental nos dias seguintes às explosões de 2 de outubro de 1958. Nela, podemos acompanhar todo o desenrolar dos acontecimentos registrados no momento em que os paíóis explodiam, com maior ou menor intensidade, além do desespero dos soldados que procuravam se proteger nas trincheiras abertas com a queda das árvores. O repórter, ao ver-se sozinho, acompanhou os soldados e com eles empreendeu uma fuga desesperada em busca de um lugar bem longe dali.

Agora os soldados fazem comentários sobre as granadas que eles estão vendo passar pelo ar, barbaramente um tiroteio tremendo, uma branqueada incessante das bombas dos vários calibres, 75, 105, 175 e há soldados que me informam, o fogo atingiu infelizmente já os paíóis de pólvora, o que dá motivo a este tiroteio tremendo que esta sendo ouvido pelos nossos ouvintes [...]. (GOMES, 1958).



Imagem 10: Sarmiento, Saulo Gomes, Fausto Lembro e o fotógrafo do Jornal do Brasil em Camboatá no dia 02 de outubro de 1958.

Fonte: Acervo pessoal.

Com a manchete “Sessenta dias depois Deodoro explode de novo”, o Jornal do Brasil do dia 3 de outubro mostra, na primeira página, um cogumelo de fumaça que se desprende de um dos depósitos que ficou intacto na explosão anterior. A reportagem, que ocupa duas páginas da edição do jornal, relata a situação da população, que ainda se recuperava do trauma e dos prejuízos materiais. O susto foi tão forte para a moradora identificada pelo jornal apenas como Teresinha, que ela, grávida de 8 meses, entrou em trabalho de parto. Uma onda de boatos começou a circular entre a população do subúrbio de que haveria uma terceira explosão, o que levou muita gente a abandonar novamente as suas casas. (SESENTA..., 1958, p. 1). Os boatos persistiram até o dia 7 daquele mês, quando o Jornal O Globo informa na página 2, a existência de um carro preto que passou por todas as escolas próximas aos paióis, dizendo que uma nova explosão muito mais devastadora estava para acontecer, provocando um novo pânico nos moradores que, embora tendo voltado para suas casas, estavam desconfiados e inseguros. (HÁ SUSPEITA..., 1958, p.2).



Imagem 11: Jornal do Brasil, 3 de outubro de 1958.
Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional

A edição do Jornal O Globo, do dia seguinte às explosões, tem na primeira página, uma foto em que se vê altas labaredas, muita fumaça e a manchete: “Pânico e morte na trágica repetição das explosões nos paióis de Deodoro”. Na mesma página, a manchete: “O inquérito sobre a primeira explosão”, tem declarações do general Honorato Pradel sobre as explosões de agosto, mas não são conclusivas. Ele informa que as investigações sobre as explosões de 2 de agosto haviam sido entregues às autoridades, mas não localizamos nenhuma menção nos jornais subsequentes sobre essa informação. Na página 6, a reportagem descreve os acontecimentos, em que o jornal afirma que as explosões do dia 2 de outubro, que começaram ao meio dia e quinze, são mais graves do que as de agosto, e que o maior estrondo teria acontecido às 17 horas, quando “explodiu de uma só vez o paiol da artilharia pesada, espalhando estilhaços até distâncias superiores a mil metros”. (PÂNICO..., 1958, p. 6).

O fato da explosão de 2 de outubro ser considerada pela mídia como mais devastadora que a anterior não encontra respaldo entre os testemunhantes desta

dissertação e que estiveram no local dos acontecimentos. Para eles, a memória da explosão de 2 de agosto não se desfez com o tempo, enquanto que a das explosões de 2 de outubro quase nada restou. Uma das razões para que a memória da primeira se sobreponha à da segunda pode ser o fato de que a noite, quando as pessoas estão dormindo e a cidade às escuras, qualquer acontecimento acaba por provocar muito mais medo e trauma, o que não acontece durante o dia, com a cidade em movimento, o que acaba comprometendo a percepção das pessoas.

Na ocasião, o comandante da Vila Militar, general Jair Dantas, justificou as explosões de outubro de 1958 como uma fatalidade, mas admitiu a existência de granadas espalhadas pela explosão de agosto e que ainda não tinham sido recolhidas. A reportagem informa que por volta das 15h20, com o paiol 35 sendo atingido, o barulho das explosões em sequência lembrava rajadas de metralhadora. A explosão das 17 horas foi a mais violenta porque envolvia os obuses 52 e 54 e as temíveis bombas de 105 milímetros que explodiram ao mesmo tempo. Com o impacto, foram jogados ao chão soldados, oficiais, fotógrafos e repórteres. Alguns bombeiros e oficiais ficaram feridos, mas sem gravidade. “Como da vez anterior, milhares de famílias se deslocaram do local da explosão, rumaram para a cidade, agrupando-se na Praça da Bandeira, Lapa, Largo de São Francisco, Largo da Carioca e outros locais, inclusive na gare Dom Pedro II”. (PÂNICO..., 1958, p.6). Mas essa versão da fatalidade seria logo suplantada pela da sabotagem.

Localizamos no Arquivo Nacional, na documentação da Agência Nacional, de 4 de outubro, uma nota do gabinete do Ministro da Guerra lamentando a repetição da tragédia e tentando explicar as razões das novas explosões. O texto procura tranquilizar a população atingida. Nesta nota oficial, encontramos também a conclusão resumida das causas das explosões de 2 de agosto de 1958, mas, curiosamente, não a localizamos nas edições dos jornais pesquisados.

A nova e lamentável explosão ocorrida quinta-feira última no Depósito de Armamento e Munição em Deodoro, é, antes de mais nada, uma consequência da que se verificara na madrugada de 1º para 2 de agosto, a qual foi motivada, conforme as conclusões chegadas nos Inquéritos Técnicos e Policial Militar instaurados, pela combustão espontânea de pólvora e munição já armazenadas há algum tempo, existentes em alguns paióis. Desde então, vinha sendo retirada para locais distantes e seguros a munição armazenada nos locais atingidos pelos incêndios e explosões daquela madrugada. Entretanto, o vulto e a extrema delicadeza da operação, devido aos processos térmicos a que fora submetida a munição, não permitiram, infelizmente, que os trabalhos fossem ultimados em tempo, de maneira a evitar a repetição do sinistro, embora tivessem os já realizados, contribuído decisivamente para a

redução do vulto do novo acidente. Não cabem neste caso, de qualquer forma, certas distorções, que alguns jornais procuram fazer dos fatos administrativos, preocupados mais em explorações políticas do que em cooperar com o poder público. O Exército prossegue as providências que vem tomando e espera, dentro de pouco tempo, restabelecer a normalidade e completa segurança da área de Deodoro, cuja população, abalada emocionalmente e submetida a prejuízos materiais, vem, entretanto, revelando notável espírito de compreensão e solidariedade, atitude que muito nos sensibiliza. (ARQUIVO NACIONAL, Agência Nacional, Nota do gabinete do Ministério da Guerra, 1958, p. 158).

Em meio à confusão que se formou nos bairros do entorno de Deodoro, dois acidentes provocaram a morte de um adolescente e de um jovem, atropelados no momento em que fugiam do local das explosões. Mas não houve vítimas diretas dos incêndios, apenas ferimentos leves em moradores e militares que foram levados aos hospitais da região. (PÂNICO..., 1958, p.6).

Ao tentar relembrar os acontecimentos de 2 de outubro, os testemunhantes ficam confusos e os recordadores inseguros. Alguns sequer conseguem lembrar da segunda explosão, como é o caso de Normando José Vasconcelos Mendonça. “Ninguém comentou nada não, eu não lembro disso, mas essa de madrugada marcou muito a minha vida”. (MENDONÇA, 2014).

Lindauro Guimarães Silva acredita que a segunda explosão foi menos traumática porque aconteceu a tarde, quando todos estavam em seus afazeres e, principalmente, porque as pessoas não viam os incêndios, embora pudessem ouvir as explosões. O trauma que ficou desse período foi justamente o fato do pai ter sido preso alguns dias depois, acusado de envolvimento nas explosões.

[...] aquilo foi uma injustiça muito grande. Só uma pessoa maluca vai botar fogo em um lugar, como essas pessoas que querem morrer, como fala, tipo homem bomba. Mas o meu pai era uma pessoa espiritualista [...] ele era muito humano, não ia fazer uma coisa dessas e se ele fizesse, só se fosse pra se prejudicar, porque ele tinha preocupação de morrer e deixar a família. Ele não ia fazer isso. (SILVA, Lindauro, 2014).

As especulações sobre as razões desta segunda explosão nos paióis terem sido provocadas por um ato de sabotagem ou um atentado, passam a merecer destaque nos jornais dos dias seguintes, apesar da nota do Ministério da Guerra ter sido divulgada dia 4. O jornal O Globo, do dia 7 de outubro, publica na primeira página a manchete: “Há suspeita de sabotagem nas explosões de Deodoro”.

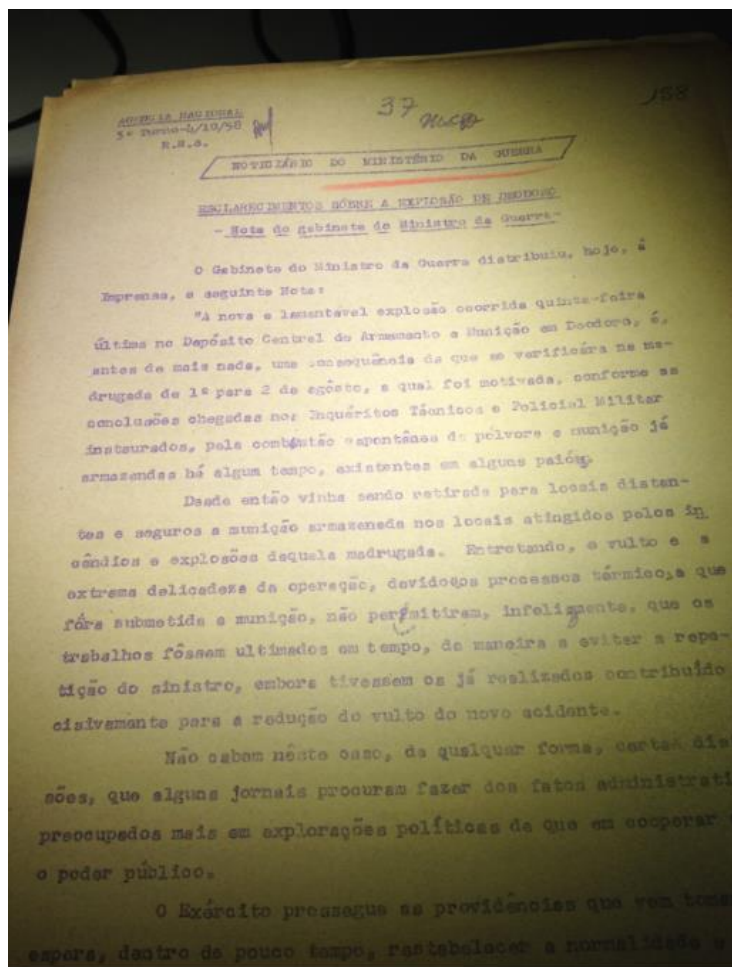


Imagem 12: Nota do gabinete do Ministro da Guerra, em 4 de outubro de 1958.

Fonte: Arquivo Nacional

O texto da matéria, na página 6 da mesma edição, afirma que esta seria a versão com a qual a Divisão de Polícia Política e o Serviço Secreto do Exército estavam trabalhando. A escolha pela linha de investigação havia sido tomada a partir do depoimento do padre Jofre, Vigário da Freguesia do Sagrado Coração de Maria, no bairro do Méier. Ele afirmou ter encontrado na sacola de coleta de esmolas da igreja, dias antes das explosões “uma cédula de dois cruzeiros em que estava escrito que, dentro de quatro dias, novos paióis explodiriam”. O jornal afirma que “a convicção geral é a de que se trata de obra de comunistas”. (HÁ SUSPEITA..., 1958, p.1). Logo em seguida os militantes do Partido Comunista foram acusados e presos.

Saulo Gomes concorda que houve exploração política dos acontecimentos, justamente porque era véspera das eleições e até mesmo na rádio Continental, cujo proprietário, Rubens Everardo da Cunha, era candidato a deputado federal pelo PTB carioca, houve pressões para que a reportagem saísse do ar. Segundo recorda Saulo Gomes, a solicitação havia partido do Serviço de Rádio do Exército, o que deixou a todos

inconformados. A justificativa utilizada era a de que, durante a reportagem, Saulo confortava um soldado, que muito nervoso, não parava de chorar. “Os militares superiores do Exército, acharam inconveniente [...] aquela gravação em que eu, sendo um civil, dizia para o soldado, não chore soldado, se Deus quiser, nós vamos sair daqui para rever nossa família. [...]”. (GOMES, 2014).

O Jornal Tribuna da Imprensa, de propriedade de Carlos Lacerda, que tentava insuflar as Forças Armadas contra o governo sob a tal “ameaça comunista”, traz na edição no dia 24 de outubro de 1958, em meio ao trabalho do IPM – Inquérito Policial Militar – , que investigava as causas desta segunda explosão em Deodoro, a acusação de que o bairro seria um centro de células comunistas. O jornal refere-se ao trabalho dos investigadores.

Os arquivos daquela Divisão especializada registram, ainda, a existência de numerosos núcleos comunistas em Deodoro, que funcionam como “organizações de base”. Estas, geralmente, são constituídas de três a cinco pessoas subordinadas aos “comitês de bairros”. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24 out. 1958 apud OLIVEIRA, 2011, p. 281, grifos do autor).

Foram presos e fichados na ocasião, segundo Oliveira (2011), um homem de nome Leitão, presidente da Associação Pró-Melhoramentos de Guadalupe, Antonio Albuquerque, presidente da Associação de Vendedores Ambulantes do Rio de Janeiro, “registrado na DPPS como elemento ativista-militante do Partido Comunista” além do tenente Guimarães, descrito em um relatório Reservado do DOPS do Rio de Janeiro como “elemento ligado aos outros dois”.

Os três, presos pela polícia política, são acusados de envolvimento nas explosões dos paióis em 2 de outubro daquele ano. O Relatório Reservado Dossiê DOPS, em que são encontradas informações dos investigadores, ao lado de recortes dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Notícias de Hoje*, desse mesmo período, são citados no artigo *O governo JK e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas 1956-1960*, de Nilo Dias de Oliveira, publicado na Revista *Antíteses* de 2011. O mesmo relatório menciona outro homem, cujo corpo, encontrado no interior de um dos paióis destruídos, mas não foi possível identificar. (OLIVEIRA, 2011, p. 281).

Esse evento trouxe para a minha família muitos transtornos. Alguém tinha que ser incriminado pelas explosões, que até hoje não se sabe se foi sabotagem ou não, pois é, foram acusar justamente o meu pai que dormia com a gente naquela noite, somente porque ele tinha convicções esquerdistas, apesar de ser oficial do Exército RRM. Achamos que foi denunciado por algum imbecil. Nós não sabemos, nem podemos imaginar o que ele deve ter passado nas prisões por onde esteve na época, mas sabemos as seqüelas, sem que nenhuma informação fosse prestada à família. (AMORIM, 2008).

No dia 21 de outubro de 1958, o jornal A Luta Democrática, de linha editorial mais popular, divulga na primeira página as fotos de dois suspeitos de terem provocado as explosões nos paióis do Exército, Antonio Soares Albuquerque e o tenente aposentado, Antonio Guimarães. Na página 2 do mesmo jornal, há ainda o nome de João Augusto Leitão, presos pela Polícia do Exército e encaminhados para a Divisão de Polícia Política, cujo diretor, coronel Danilo Nunes informou a reportagem era “ainda prematuro qualquer pronunciamento quanto ao ato de sabotagem praticado contra os paióis do Exército”. (SABOTAGEM EM DEODORO..., 1958, p.2).

O coronel Renato Guimarães estava no restaurante Pato Assado, no centro da cidade, comemorando 10 anos de casamento quando ouviu a notícia de que os paióis tinham explodido novamente. Ele e a esposa pegaram um taxi e voltaram para casa, preocupados com os filhos que lá se encontravam, mas o primo, general Carlos de Freitas Almeida, o mesmo que os havia resgatado na explosão da madrugada do dia 2 de agosto, já havia passado lá e levado as crianças para Copacabana. Incrédulo com o que estava acontecendo, o coronel deixou a esposa em casa e foi para o seu Regimento “cuidar do quartel e do pessoal” e “milagrosamente, como da outra vez”, não morreu ninguém.

O fato de ter acontecido no começo da tarde, dá uma percepção diferente do perigo, embora a violência desta segunda explosão tenha sido muito maior, como relataram os jornais. “A noite é muito mais assustador, porque durante o dia, a gente está vendo, durante a noite, você fica tateando e não sabe pra que direção você vai. Agora, em um dia claro, você tem uma noção muito maior de tudo o que você deve fazer”. (GUIMARÃES, 2013). O coronel minimiza as explosões, afirmando que elas não eram tão incomuns naquela época, até porque, os sistemas de segurança eram mais precários.



Imagem 14: A Luta Democrática, 21 de outubro de 1958.

Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional

Era uma coisa que acontecia e havia sempre alguém tentando fazer estrago [...] a segurança hoje é outra, os cuidados hoje são mais adequados [...] estamos vivendo um momento de paz, a política está tranquila, não temos mais a agitação que tínhamos naquela época [...] a Rússia comunista existia naquela época, hoje não existe mais [...] (GUIMARÃES, 2013).

Assunção, ao analisar o “imaginário anticomunista e o policiamento político” entre os anos de 1935 a 1964, explica que, quando foi tirado do PCB o direito de existência política e houve a cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas em 1948, todas as atenções se voltaram “mais pesadamente sobre o Partido Comunista”, justamente porque havia o entendimento de que “a desordem política e social está intrinsecamente atrelada às ações do Partido Comunista, considerado como o único partido merecedor de intensa vigilância e repressão por parte da polícia”. (ASSUNÇÃO, 2006, p. 27).

Nesse clima de açodamento dos ânimos daquele final de década, nem mesmo o marechal Lott, ministro da Guerra de Juscelino, ficou livre das acusações de ser simpatizante da ideologia comunista, como nos aponta Carloni no seu estudo sobre o *Marechal Henrique Teixeira Lott, a opção das esquerdas*.

O nome do ex Ministro da Guerra passou por um intenso processo de desmoralização no interior das Forças Armadas. Se alguns oficiais identificam a chamada Intentona Comunista de 1935 como o início da infiltração comunista nas Forças Armadas, é quase unanimidade identificar a década de 1950, com destaque para o governo de JK, como o momento em que houve proliferação, sob a proteção de Lott, de oficiais e de subalternos ligados à doutrina de esquerda. (CARLONI, 2010, p.37).

Mas a repressão dos dias seguintes às explosões de outubro de 1958, não se abateu apenas contra os militantes comunistas, como o tenente Antonio Guimarães. Em seus estudos sobre a ação do DOPS no Brasil, Vieira entende que “o intrincado sistema” repressivo do governo JK, que já vinha dos anos anteriores, foi aprofundando o seu poder por todo o território nacional e “não perseguiu apenas os comunistas e operários, mas estendeu-se a inúmeras pessoas, desde que tivessem visibilidade pública que fosse considerada ‘periculosa’ ao sistema”. Essas pessoas “passaram a ser vigiadas, fichadas e a terem sua vida controlada, sua casa invadida, sofrendo acareamentos constantes”. (VIEIRA, 2009, p. 11, grifo do autor).

Outra evidência de tal estado repressivo são os expurgos de militares acusados de simpatia ou conluio com ideias ou partidos de tendências comunistas que ocorrem no período, atingindo até a cúpula das Forças Armadas, como em um saneamento contra possíveis divergências em caso de novas tentativas de golpe de Estado, como os que ocorreram no início daquela década, frustradas pelas divergências internas e pela falta de apoio dos segmentos da burguesia dominante. (VEIRA, 2009, p. 11).

Lindaure Guimarães lembra que, ao ver o pai nos jornais, achou que ele estava tão mal na fotografia que “quem olhasse, dizia, é um bandido mesmo”. Depois vieram os olhares desconfiados dos vizinhos e dos colegas na escola.

[...] a pior coisa é ser humilhada na escola, porque eu me lembro dos meninos dizendo, ‘o pai dela botou fogo no paiol’. E eu tinha que dar explicações, ‘meu pai não ia fazer isso porque ele sabia que era uma coisa perigosa’. Ele não ia fazer isso sem primeiro tirar a gente de lá [...] vai botar o fogo e depois volta? (SILVA, Lindaure, 2013).

Em conversa posterior após a entrevista, Lindaura Guimarães Silva fez questão de mencionar que a militância política do pai era anterior a 1958 e que ele já havia sido preso outras vezes, confirmando as informações do irmão Jair Guimarães que lembra do pai comentando as prisões no período em que eles moraram em Salvador. Lindaura relata ter ouvido conversas entre os pais, em que o tenente Guimarães dizia que nunca tinha sofrido torturas físicas, mas que presenciou muitas pessoas sendo torturadas. Um desses relatos deixou Lindaura apavorada: “os torturadores costumavam amarrar pesos aos órgãos genitais dos presos que deviam permanecer em pé” e isso feito na frente do pai para intimidá-lo. A curiosidade por temas políticos que a Lindaura tinha por causa das conversas com o pai acabou logo após as prisões de 1958, quando ela “perdeu totalmente o interesse por esses assuntos”. (SILVA, Lindaura, 2014).

Depois das duas prisões em 1958, lembradas pelos três irmãos, Jair, Lindaura e Iasodara Guimarães, o tenente voltava com as suas convicções políticas mais fortalecidas. Jair lembra que o pai ficava “aborrecido”, mas “voltava com mais força” e costumava dizer: “vou encarar esses caras, estão pensando o quê?”. Sobre o fato de ter sido torturado ou não naquela época, os filhos acreditam que a tortura era mais “psicológica”, mas eles se lembram do pai voltando do DOPS – Departamento de Ordem Política e Social -, queixando-se de mal estar. “Ele dizia, ‘comi uma comida lá que não me fez bem’. A gente tinha noção de que se alguém fosse pra lá ia levar, no mínimo, um puxão de orelha, né? Porque o cuidado da tortura é não deixar marcas”. (GUIMARÃES, Jair, 2014). Lindaura prefere acreditar que a fé religiosa do pai o livrou das torturas físicas, mas não impediu as torturas psicológicas, o que para o tenente Guimarães era inadmissível, por causa de suas crenças humanistas.

Iasodara, a irmã mais nova, costumava observar Lindaura “quieta no canto chorando” e sabia que “ela estava chorando por causa do papai [...] ficava assim perdida [...] ele não estava mais com a gente, então era por isso e às vezes eu até chorava também”. (GUIMARÃES, Iasodara, 2014). O tenente Guimarães seria preso uma última vez, logo após o golpe militar de abril de 1964 e ao voltar para casa “chorava muito, muito, de ter crise de choro”. Lindaura diz que o pai ficou deprimido e desta vez a acusação era a de ter delatado seus companheiros de militância. “Soltaram ele e prenderam os outros e não precisava delatar porque todo mundo conhecia todo mundo”.

O tenente Guimarães morreu em junho de 1964 e os filhos acreditam que foi por puro desgosto. “Ele se decepcionou com a própria política que ele achava que era uma coisa e era outra”. (SILVA, Lindaura, 2014).



Imagem 15: Tenente Antonio Guimarães, com o uniforme do Exército.
Fonte: Acervo pessoal.

Em suas lembranças, além dos momentos de perigo que viveu, Saulo recorda emocionado, do êxodo das pessoas fugindo de suas casas pela segunda vez em tão pouco tempo, levando apenas o necessário. “Era um cenário realmente triste ver aquelas pessoas com travesseiro, ou alguma coberta embaixo do braço ou uma bolsa dentro da qual estavam levando o mínimo, documentos, roupas, etc., coisas necessárias, porque a ordem era a de abandonar as residências”. (GOMES, 2014). Dias depois, a equipe da rádio Continental voltou a Deodoro para acompanhar a volta dos moradores.

Voltamos para mostrar a emoção dessas pessoas no encontro com as suas casas, ainda não recuperadas, com telhados quebrados, vidros quebrados, alguns portões arrancados, muros de determinadas casas derrubados parcialmente, tudo isso consequência do impacto das explosões. [...] foi quando surgiu em parte dos jornais da época, os comentários de que era um absurdo o Exército manter aqueles paióis em um local de tão grande população. (GOMES, 2014).



Imagem 16: O casal Antonio Guimarães e Iracema Guimarães com os filhos: Edna, filha adotiva, Jaci, Jair, Jarbas, Jaques, Lindaura, Janete, Ubirajara, Teresinha e Ubiratan.

Fonte: Acervo pessoal.

Na edição do *Jornal do Brasil* do dia 9 de outubro, é desmentida a informação de que o corpo encontrado em um terreno baldio, próximo à estação de trem de Anchieta, era de um militar. O jornal afirma que esse corpo não tinha nenhuma ligação com as explosões do dia 2 de outubro, o que leva a conclusão, pelas notícias publicadas, que não houve mortes diretamente associadas às explosões desse dia. (NÃO era..., 1958).

A última notícia sobre as explosões do dia 2 de outubro de 1958 é a publicação no *Jornal do Brasil* do dia 10 de outubro, onde há uma pequena nota sobre a mudança dos paióis para um dos 9 locais escolhidos para abrigar os depósitos de munição. (PAIÓIS..., 1958).

Documentos encontrados no Arquivo Nacional mencionam a preocupação do Ministério da Guerra com a transferência dos paióis. No dia 9 de outubro, portanto, uma semana após a segunda explosão de 1958, o gabinete do ministro distribuiu uma nota admitindo que, enquanto era feita a limpeza em Camboatá para retirar os escombros, a munição restante era transferida para locais mais seguros. Além disso, “uma comissão, nomeada pelo ministro, procedia a reconhecimentos para escolha de uma área apropriada”. A nota menciona que a área já “esta definitivamente selecionada”, mas não diz qual a sua localização. (ARQUIVO NACIONAL, Agência Nacional..., 1958).

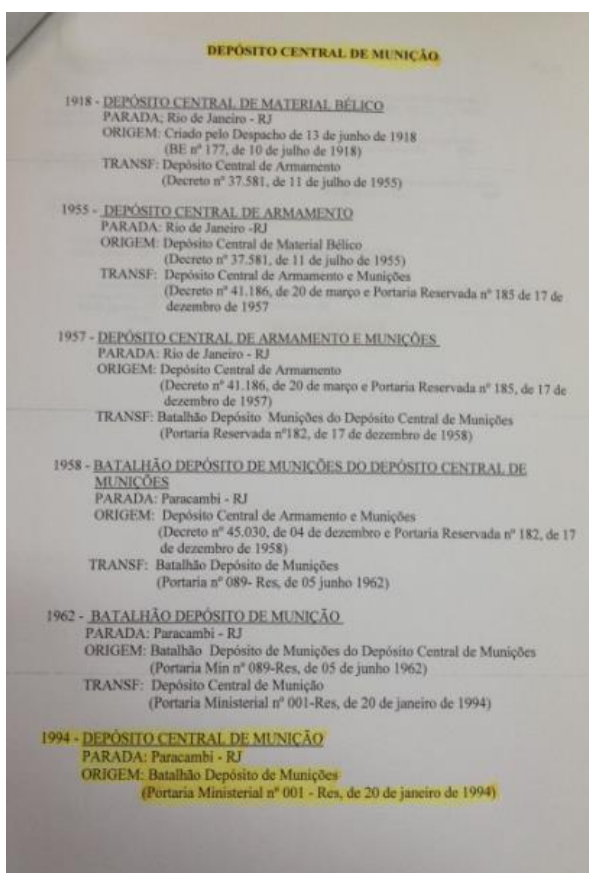


Imagem 17: Documento avulso do Depósito Central de Munição.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Encontramos na Divisão de História e Acesso a Informação do AHEx – Arquivo Histórico do Exército, documentos que fazem referência ao Decreto Federal no 45.030, de 4 de dezembro de 1958 transferindo os paióis do Depósito Central de Munição do Exército em Deodoro para o município de Paracambi, em uma área de montanha, conhecida, segundo o coronel Renato Guimarães, como Garganta Viúva da Graça. Após a transferência, passou a chamar-se Batalhão Depósito de Munições e, a partir de 1994, por Portaria Ministerial no 001, Depósito Central de Munição. (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 2014). Também encontramos um cronograma sobre o histórico do Depósito Central de Munição, desde a sua criação em 1918, quando ele se chamava Depósito Central de Material Bélico, até 1994, quando passa a se chamar Depósito Central de Munição, localizado em Paracambi. Certamente as duas explosões de 1958 e a pressão popular para que os depósitos mudassem de endereço, fizeram com que, naquele mesmo ano, os paióis mudassem de endereço, saíssem de Deodoro e de Camboatá.

3 PARA BEM LEMBRAR É PRECISO ESQUECER

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. (Walter Benjamin, 1987)

Nas sociedades modernas, “condenadas ao esquecimento”, como vaticinou Nora (1981), o medo que nos acompanha é o de que tudo desaparecerá em um instante e nada restará de “memorável”. E é justamente esse medo que criou uma espécie de imperativo da lembrança, uma quase obsessão com a memória, quando “cabe a mim me lembrar e sou eu que me lembro”. (NORA, 1981, p.17). Lembrar-se passou a ser um comportamento obrigatório, onde cada indivíduo torna-se narrador de si mesmo. Huyssen chama esse fenômeno de “emergência da memória” e questiona o “aumento explosivo de memória” com o também “explosivo esquecimento”, o que acabou por gerar todos os tipos de excessos, tanto da lembrança, quanto do esquecimento, porque neste mundo de tanta memória, não somos capazes de tudo lembrar. (HUYSSSEN, 2000, p. 18).

Ao analisar o fenômeno da lembrança e do esquecimento do ponto de vista da ciência, Rossi admite que os “apagamentos” não “dizem respeito apenas ao crescimento do saber”. (ROSSI, 2010, p. 31) e que eles são propositadamente criados em outras circunstâncias. Ele dá como exemplo, o caso de grupos políticos, nos remetendo a ex-URSS e ao regime comunista. Quando determinados personagens da revolução bolchevique caíam em desgraça, eram imediatamente eliminados dos documentos e das fotografias e, em muitos casos, também eliminados fisicamente. Rossi vê nesses episódios a ação de verdadeiros “assassinos da memória”.

Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretendeu impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido. (ROSSI, 2010, p.31-33).

Ao conhecermos os recordadores deste trabalho de pesquisa, observamos uma característica comum entre os mais idosos, como o repórter Saulo Gomes, de 86 anos, o coronel Renato Guimarães, de 92 anos e o soldado Victor Bogo de 85 anos: todos

possuem uma memória extraordinária. Para eles, a recordação é um exercício prazeroso. A evocação de suas lembranças, principalmente as mais significativas e traumáticas, sempre vem acompanhadas de muito sentimento, que para Rousseau (1952) “é o centro indestrutível da memória”.

Optamos por escolher os termos testemunhas, recordadores e narradores, por entendermos que eles são os mais adequados dentro do âmbito desta pesquisa e porque acreditamos que eles dão a exata dimensão daquilo que tentamos apresentar: pessoas que testemunharam acontecimentos dramáticos em um dado momento de suas vidas, cujas recordações, de tão marcantes, atravessaram o tempo e foram se transformando em narrativas compartilhadas com pessoas do seu grupo social.

Ao longo do trabalho de campo, encontramos muitas dificuldades para localizarmos os poucos documentos relacionados aos eventos das três explosões e essa dificuldade também foi mencionada pela família do tenente Guimarães que, em busca da documentação do pai que serviu ao Exército durante décadas, nada encontrou até este momento, o que deixou nos irmãos um sentimento de incompreensão, impotência e injustiça que, segundo Lindaura Guimarães Silva, só aumenta o sofrimento que eles, durante décadas, tentaram esquecer,

Primeiro não se procurou porque foi tão traumatizante que a gente quis apagar [...] esse esquecimento é uma espécie até de fuga, sabe? De não querer tocar em uma coisa que vai doer. Já dói mesmo [...] quando a gente conversa com alguém, isso é triste demais [...]. (SILVA, Lindaura, 2014).

Observamos que o esquecimento como fuga da família do tenente Guimarães não pode ser colocado no mesmo patamar da tentativa de apagamento da instituição do Exército. Ao dificultar o direito de acesso aos documentos, a instituição nega a família a possibilidade de localizá-los e a partir dessa localização, conhecer o que de fato se passou em determinados momentos do percurso da vida militar do pai, o que poderia de alguma maneira, indicar os caminhos por ele percorridos e que o levaram a prisões e torturas e, no caso da crença familiar, à sua morte prematura em julho de 1964.

A abordagem que tentaremos desenvolver neste capítulo começa com essas memórias e rastros de lembranças que, ao sair da esfera da literatura popular para os estudos acadêmicos, tornou-se material de análise, tanto para o historiador quanto para o pesquisador da memória social.

3.1 NARRADORES, RASTROS DE LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS.

Como cronista da sua própria existência, o narrador ou “historiador de si mesmo”, como se autodenominou o escritor e químico italiano Primo Levi, sabe que suas lembranças “não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos”. (LEVI, 1990, p.9). Como o nosso interesse é dar voz às testemunhas das explosões em Deodoro, partiremos do princípio de que os relatos ouvidos, registrados e transcritos trazem uma verdade individual de quem esteve no campo dos fatos acontecidos, mesmo que esses relatos, em alguns aspectos, apresentem a fragilidade da dúvida.

Ao analisar a forma como nos relacionamos com o passado, Lowenthal encontra “duas incertezas: de que algo semelhante ao passado geralmente aceito tenha existido; e, se existiu, o que ocorreu jamais pode ser verdadeiramente conhecido”. (LOWENTHAL, 1998, p. 67). E é essa incerteza que nos joga freneticamente em busca de comprovações, de documentos, de outros testemunhos que possam nos assegurar de que o que lembramos não é apenas aquilo que pensamos ter acontecido, mas o que de fato aconteceu. No entanto, as incertezas e dúvidas não podem desacreditar o testemunho, nem a testemunha. Em todo caso, podem servir para nos colocar em um exercício constante de rememoração, já que, uma vez despertos, nossas mentes estão permanentemente processando o que nos aconteceu, nos obrigando a recordar e lembrar, já que é ao exercitar a memória que ganhamos o sentido de pertencimento, de quem somos ou pensamos ser,

Relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves*, por mais diferentes que tenhamos nos tornado. (LOWENTHAL, 1998, p.83).

Lowenthal enfatiza a singularidade da memória individual e mesmo quando “há uma falsa recordação na qual se crê firmemente, torna-se um fato por si só”. Para ele, as “lembranças inspiram confiança”, porque “elas tem status de testemunha ocular” e por esta razão devem ser “dignas de crédito”. O pesquisador acredita que as “lembranças específicas frequentemente revelam-se enganosas ou até mesmo inventadas, porém permanecemos confiantes a respeito de quase todas elas porque são coerentes;

entrelaçam-se bem demais para serem descartadas como ilusões”. (LOWENTHAL, 1998, p.87).

As lembranças a que nos referimos, costumam chegar ao presente como rastros, articuladas na maneira que cada um tem de ressignificar o que viveu e que Benjamin, em seu famoso ensaio *Sobre o conceito da História*, de 1940, nos esclarece: “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo, tal como ele propriamente foi. Significa apodera-se de uma lembrança tal qual ela cintila num instante de perigo”. (BENJAMIN, 1987, p. 224).

É a lembrança de um “instante de perigo” que Victor Bogo nos traz em suas memórias. Aos 85 anos, ele é a única testemunha que localizamos e que estava no epicentro da explosão do dia 15 de abril de 1948, no Depósito Central de Material Bélico do Exército, na Vila Militar de Deodoro, subúrbio da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Quando eu olhei pela janela que ficava na direção da fábrica, eu vi uma coluna de fumaça preta, espessa, mas que subia reta, reta. Parecia que havia sido construído um monumento. A coluna de fumaça era de 350 a 400 metros de altura e ela era com um cogumelo em cima. (BOGO, 2014).

A descrição pode nos remeter a uma explosão atômica, ou a um ataque aéreo contra as instalações militares brasileiras, mas ela traduz as imagens memoradas de um senhor que as cultivou ao longo da vida e que ao compartilhá-las como fragmentos de um passado distante, busca, mais do que entender o que testemunhou, lembrar o que acha que não deve ser esquecido. Esta cena se repetiria dez anos depois, no mesmo local e de forma semelhante, na madrugada de 2 de agosto e depois em 2 de outubro de 1958. Na explosão dos paióis do Exército no ano de 1958, o primeiro incêndio durou 72 horas. Mas os jornais afirmam que as explosões de 2 de outubro, que começaram às duas e meia da tarde, foram mais violentas e devastadoras.

As lembranças dos acontecimentos de 1958 ficaram na memória das testemunhas que lá estavam, como o coronel Renato Guimarães, que na época comandava um pelotão de 220 homens no Regimento de Cavalaria na Vila Militar de Deodoro. Ele afirma que as explosões daquela madrugada o fizeram lembrar daquilo que havia lido no noticiário sobre a destruição da Segunda Guerra Mundial: “a onda de choque foi tão intensa que parecia que ia derrubar todos os prédios. Lembrei de Hiroxima” (GUIMARÃES, 2013).

Repórter da Rádio Continental, que tinha uma das maiores audiências na época, Saulo Gomes sempre teve orgulho da profissão, exercida até hoje, aos 86 anos completados em 2014. Nascido no subúrbio carioca, Saulo Gomes vive hoje em Ribeirão Preto com a esposa Edna e é o Presidente da Associação Brasileira de Anistiados Políticos. Meticuloso, ele guardou ao longo das quase seis décadas de trabalho no jornalismo, grande parte do material que o transformou em um dos mais antigos radialistas brasileiros ainda em atividade. Uma dessas gravações, cuja transcrição apresentamos anexa a este trabalho, contém os momentos de tensão e medo vividos pelo jornalista durante os eventos de 2 de outubro de 1958.

Segundo Saulo, a Continental era a primeira emissora solicitada para grandes coberturas de catástrofes como a de Deodoro, porque possuía os equipamentos mais sofisticados para transmissões ao vivo via FM. A equipe era composta, além de Saulo, por Cláudio Lembro, o operador de áudio e pelos repórteres Celso Garcia e Valter Bruno. Ao chegarem ao bairro de Guadalupe, eles foram impedidos por patrulhas do Exército de seguir adiante, o que os obrigou a caminhar cerca de cinco quilômetros até as proximidades dos depósitos em chamas. A partir desse ponto, ele ligou o gravador para registrar tudo o que se passava ao redor.

Nós estamos observando agora uma corrida muito grande, não sabemos o que está acontecendo, um homem está procurando, correndo e se escondendo atrás dos muros [...]. Estamos nós também correndo para nos proteger [...] Está aumentando a intensidade agora, já estamos procurando prosseguir, mas, [...] observem os ouvintes, que agora é realmente uma situação de bastante pânico. Walter Bruno e Celso Garcia deram uma carreira muito grande. Vamos aguardar aqui. (GOMES, 1958).

Passados quase cinquenta e sete anos, as lembranças de Saulo Gomes remetem a ação de um jovem repórter em busca de uma grande reportagem. A ênfase dada à gravação mostra o cuidado em não omitir nenhum detalhe, e nas suas memórias é possível identificar a mesma postura profissional de antes, além do orgulho pessoal do dever cumprido. Ao relembrar os acontecimentos passados, ele o faz quase como um relato jornalístico, o que dá a este testemunho uma característica peculiar. Saulo Gomes lembra que, uma vez dentro do epicentro dos acontecimentos, quando não era mais possível voltar atrás, só lhe restou a alternativa de tentar salvar-se,

Nesse momento nós paramos, estávamos diante do portão do quartel, todo policiado, todos os soldados atrás daquelas grades, do portão principal, metálico, gradeado, com as suas metralhadoras ou fuzis pra impedir a entrada, principalmente de civis que era o nosso caso. Então a primeira cena que eu registrei e que me emocionou e a todos os colegas, lógico [...] foi uma explosão muito forte e eu vi alguns daqueles soldados caindo no chão. Não recordo se eu e os colegas balançamos e caímos ou não. De qualquer maneira, uma sensação de tontura meio estranha e de repente, para surpresa minha, esses dois colegas, o Valter Bruno e o Celso Garcia saíram correndo e se empoleiraram no estribo de um caminhão do Exército que ia deixando aquela rua, defronte ao portal principal [...]. (GOMES, 2014).

Em suas descrições, Saulo Gomes afirma que militares de alta patente saíram pelos portões e entraram em caminhões, sem ao menos oferecer carona para os poucos civis, dentre eles, repórteres e moradores que se encontravam no local em busca de informações. Neste exato momento, as explosões se intensificaram, aumentando as dificuldades na busca por um lugar seguro.

Eu não tenho certeza, mas acho que eu faço uma referência disso na gravação. Eu me queixo, em um determinado momento, da dificuldade que eu comecei a ter de respirar, sentindo a boca e a garganta muito secas, porque era um calor [...] E agora já estou dentro dos terrenos, nas proximidades dos paióis que estão explodindo e se desprendia um calor naquele terreno que eu não sei de quantos graus, mas a sensação era de que estava queimando o braço, o rosto, era essa a sensação que eu tinha. Realmente era um calor insuportável, o que é natural [...] se desprendia de todo aquele fogo, de tudo aquilo que estava ocorrendo lá. (GOMES, 2014).

Por causa das condições adversas, a transmissão ao vivo não foi feita, mas, ao conseguir sair de Camboatá, a gravação foi levada à emissora Continental e transmitida sem cortes, como se fosse uma reportagem ao vivo. Em um determinado momento da fuga de Saulo Gomes e dos soldados que ele acompanhava, a situação ficou extremamente perigosa: “[...] agora nós estamos correndo [...] eu não posso mais falar [...] minha garganta está seca e cansada [...]”. (GOMES, 1958).

Nas lembranças do coronel Renato Guimarães a ênfase está no heroísmo de outros militares e dele próprio. Essas ações estão bem marcadas desde o momento em que ele, ao ouvir os estrondos dos paióis explodindo e ver os clarões no céu, na madrugada do dia 2 de agosto, sobe à caixa d’água para averiguar a gravidade dos acontecimentos, volta para providenciar o resgate da família e segue para o seu Regimento, onde, em uma decisão dramática, ordena que todos os cavalos sejam argolados em suas baias para evitar

a morte dos animais assustados com o fogo e o barulho, mas principalmente, para proteger os moradores que, apavorados, fugiam em todas as direções,

Eu era comandante de um esquadrão de serviço, era o que apoiava todo o regimento e tinha todas as viaturas [...] as vezes tínhamos trailer para levar os cavalos e os homens para os treinamentos, por isso tínhamos mais de 40 viaturas e elas ficaram à minha disposição se houvesse necessidade. Houve uma debandada geral, mas no meu regimento ficou todo mundo, não tivemos problemas de debandada. (GUIMARÃES, 2013).

Mas o heroísmo dos homens do seu regimento não se compara a ação do coronel Odilon Castelo Branco, aquele que adaptou um canhão 75 milímetros em um caminhão do corpo de bombeiros e saiu inundando os paióis para evitar que a explosão aumentasse, em uma tentativa de resfriar os depósitos onde estavam as munições mais pesadas, como as granadas de 305 milímetros que todos temiam. O coronel não lembra se o militar foi condecorado pela iniciativa, o que ele sabe é que a loucura deu certo e os paióis não explodiram.

Poderíamos descrever os senhores Victor Bogo, o coronel Renato Guimarães e o repórter Saulo Gomes como historiadores de si mesmos? Provavelmente sim. Mesmo que as suas descrições do passado tenham imprecisões e incompletudes, além de toda a carga de incompreensão dos acontecimentos no instante em que eles foram vivenciados.

Gagnebin nos traz uma sugestiva interpretação de Benjamin no seu texto *Sobre o conceito da história*, em que compara a função do historiador ao do “sucateiro”, alguém que trabalha recolhendo os restos, os descartes, o que não serve mais à sociedade. É o “historiador-sucateiro” que “apanha tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem mais significação, algo com que a história oficial não sabe o que fazer”. (GAGNEBIN, 2006, p. 54).

Esses narradores esquecidos, a exemplo do senhor Victor Bogo, do Coronel Renato Guimarães e do repórter Saulo Gomes, seriam de alguma maneira e informalmente historiadores-sucateiros ou, seriam esses testemunhantes a matéria prima por excelência dos historiadores e memorialistas que trabalham com os “restos” do passado? Mesmo que ela esteja se referindo a prática historiográfica, Gagnebin nos chama a atenção, citando Ricouer, para “não sermos vítimas de uma definição empobrecedora da verdade”. (GAGNEBIN, 2006, p. 42), ressaltando a importância da narrativa também para a história. Ela questiona o por quê de tanto embate e tensão entre “presença e a

ausência” quando se fala de memória e conclui que, embora possua uma grande riqueza, a memória também apresenta muita “fragilidade”. A autora chama a atenção para a tarefa do historiador, lembrando que “é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade”. (GAGNEBIN, 2006, p.44).

É justamente esse amalgama de riqueza e fragilidade de uma memória reconstruída que encontramos nos relatos dos nossos recordadores. O que o soldado Victor Bogo, o coronel Renato Guimarães e o repórter Saulo Gomes trazem hoje à tona ao rememorarem os acontecimentos de 1948 e de 1958 é o que Bosi (2012) define como uma “reaparição”. Ao descrevermos o passado, sempre puxamos para o presente as experiências do agora, pela simples razão de que passamos, ao longo do tempo, por várias transformações que impactam de forma definitiva a nossa maneira de percebermos o que vivemos anteriormente. Portanto, o trabalho de rememoração trará sempre um passado ressignificado,

Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição. (BOSI, 2012, p. 81).

Bosi refere-se aqui às lembranças dos velhos. É neste período da vida em que os nossos três narradores se encontram, que a autora define como “o momento de desempenhar a alta função da lembrança”. (BOSI, 2012, p. 81). E eles o fazem com segurança e vivacidade quase juvenil, capazes de reproduzir suas narrativas quantas vezes forem necessárias, sempre com o entusiasmo de quem acredita estar contribuindo para uma memória que não pode ser negligenciada e muito menos apagada.

Como forma de garantir a precisão dos seus relatos, e principalmente porque quem já viveu muitas décadas tem uma percepção particular do tempo, entendemos que o soldado Victor Bogo, o coronel Renato Guimarães e o repórter Saulo Gomes, buscam em suas rememorações, pequenos e significativos detalhes, que a uma primeira escuta, até podem parecer insignificantes, mas que para eles, fazem parte da sua própria verdade. Na tentativa de envolver na atmosfera do passado o interlocutor, eles tentaram reproduzir durante nossas conversas, até mesmo o som dos projéteis que eram lançados pelos ares. É o que Bosi chamaria da busca pela “nitidez” das imagens rememoradas. (BOSI, 2012, p.81).

Esta mesma preocupação é encontrada nos outros recordadores, como se os recursos sonoro e gestual os auxiliassem na busca a um passado que muitos até julgavam esquecido, principalmente os que eram crianças e adolescentes por ocasião dos acontecimentos. Em alguns casos, o esforço de rememoração traz à tona verdades individuais importantes que tinham passado despercebidas até então, como se a memória que emerge no presente, servisse também para curar feridas nunca cicatrizadas. Não é sem razão que temos uma memória associada a imagens. Lembrar de lugares e de pessoas nos aponta os caminhos que nos levam, mais facilmente, a rememorar pedaços da nossa vida que imaginávamos esquecidos.

A “reaparição” da lembrança de que nos fala Bosi (2012), só faz sentido quando o sujeito que lembra, busca nos quadros sociais em que vivenciou a experiência, aquilo que guardou como lembranças impregnadas da atmosfera do tempo vivido. Como resume a teoria halbwaquiana, a de que jamais estamos sozinhos, as lembranças traumáticas dos que presenciaram as explosões e, de alguma forma, foram impactados por elas, ganham uma dimensão ainda mais significativa quando, passado tanto tempo, alguém se interessa em ouvir esses relatos guardados e muito bem lembrados, porque a “obrigação social” do velho, segundo Bosi, é a “de lembrar e lembrar bem”.

Em 1979, o ano do lançamento de *Memória e Sociedade, lembrança de velhos*, Bosi já fazia uma análise bastante sombria da velhice na sociedade, que, na sua engrenagem impiedosa, sempre será “maléfica” para quem deixou de ser produtivo. É essa sociedade que desvaloriza o idoso, não lhe dando nenhuma margem de negociação para continuar tendo alguma relevância social. Ele simplesmente encontra-se alijado, sem uma função, só lhe restando a condição de “recordador”, o que vem se diluindo ainda mais ao longo das últimas décadas.

Hoje, o imperativo parece ser não mais o de recordar o passado e, de certa maneira, revivê-lo por meio de suas narrativas, mas tentar enquadrar-se nos modelos que negam a velhice e criam novos conceitos, como o da terceira idade ou feliz idade, pois o velho de hoje precisa, para sentir-se parte do seu grupo, apresentar-se e portar-se sempre de forma jovial e com uma agenda cheia de compromissos sociais. E só quando alguns, ao reconhecerem o fato de que são velhos, conseguem fazer com que o sentido de identidade aflore,

O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa traz para o ancião, alegria e uma ocasião de

mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (BOSI, 1994, p. 82).

Bosi insiste no fato de que, ao encontrar no outro uma escuta atenciosa, o velho sente-se estimulado a exercer aquilo que ela chama de “alta função social”, fazendo com que fatos esquecidos ressurgam com a força de relatos carregados de imagens emocionantes, humanizando o presente,

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual. (BOSI, 1994, p. 82-83).

Os encontros dos entrevistados com o seu interlocutor, no caso, o pesquisador, sempre vêm carregados de significados e mesmo de emoção. Em várias ocasiões, o senhor Victor Bogo emocionou-se às lágrimas ao saber que os seus relatos despertaram o interesse de alguém de muito longe, do Rio de Janeiro, que tinha uma escuta diferenciada para as suas experiências passadas. Na entrevista, sentiu-se especial e, em algumas ocasiões, nos contatos telefônicos mantidos, demonstrou o quanto isso o afetava, ficando até com a voz embargada. Uma vez em contato com o senhor Victor Bogo, no pequeno município de Cidade Gaúcha, interior do Paraná, para onde nos deslocamos em fevereiro de 2014, nos emocionamos com a sua fragilidade física, dependente dos filhos por causa de uma cegueira que o acompanha há quatro anos. Também ficamos sensibilizados com a sua gratidão, explicitada em demonstrações de afeto e na certeza de que ali, naquele processo de escuta, teria nascido uma amizade duradoura. No seu detalhado processo rememorativo, em que as imagens relatadas trazem sempre uma carga dramática, muitas vezes Victor Bogo se emocionou as lágrimas. Um desses momentos foi a lembrança do soldado que ele, infelizmente diz ter esquecido o nome e que manteve-se firme no seu posto de guarda na noite daquele 15 de abril de 1948, após as explosões que mataram e feriram tantas pessoas.

Outra recordadora que nos tocou profundamente durante a entrevista foi Iasodara Guimarães, que, mesmo duvidando das suas lembranças traumáticas da infância, nos

trouxe ricas descrições das experiências vividas e nunca esquecidas, como veremos no desenrolar deste capítulo.

Nos procedimentos metodológicos do trabalho de campo, procuramos estabelecer uma relação de absoluta confiança com os entrevistados, de maneira que eles pudessem se sentir à vontade para relembrar suas experiências passadas sem constrangimentos e contá-las com todas as interrupções narrativas, lapsos de memória e emoções. Observamos que em todos havia uma verdadeira vontade de relatar a sua experiência da melhor maneira, de forma clara e precisa, para dar a dimensão exata da importância daquilo que viveram. Recordar para o coronel Renato Guimarães traz sentido à sua vida. “Só falando e recordando que as coisas são mantidas sempre vivas”. Essa autoridade que uma vida longa lhe concedeu, o faz orgulhar-se. “Isso para mim é uma glória, porque mantém a minha memória perfeitamente ativa ainda”. (GUIMARÃES, 2013).

Dulce Guimarães Sabbag, uma das filhas do coronel e que tinha apenas cinco anos na explosão dos paióis em 2 de agosto de 1958, recorda o sentimento de medo e a certeza de que aquele era, realmente, o “fim do mundo”. “E eu falei: Ih! Jesus ta voltando hoje! Jesus ta voltando hoje! Então eu falava, mãe, será que nós vamos pro céu? Essa era a minha sensação”. (SABBAG, 2013).

Há também entre os pesquisados, o desejo de buscar explicações para eventos que não foram totalmente entendidos na época. O professor Normando Vasconcelos Mendonça, testemunha da explosão do dia 2 de agosto de 1958, tinha quatro anos na ocasião. Hoje ele questiona as razões pelas quais esses acontecimentos nunca mereceram nenhum destaque e caíram no esquecimento.

A explosão de Deodoro ter acontecido em uma área militar e mesmo sendo ela tão grandiosa e tão evidente, as pessoas não darem o devido valor, começa desconfiando dessa falta de iniciativa em elucidar esses fatos. Eu não posso ter juízo de valor, a minha percepção aponta para alguma coisa estranha. Por que colocaram essa coisa tão mascarada, sob um manto de desinformação, logo algo que foi tão evidente, tão marcante, tão traumatizante? (MENDONÇA, 2014).

Essa “estranheza” também é relatada por Victor Bogo, que viveu a experiência de fugir durante as explosões dos paióis de Deodoro dez anos antes. O jovem catarinense que serviu como soldado raso em 1948 no Regimento Escola de Artilharia, na Vila Militar em Deodoro, nunca entendeu porque ninguém podia comentar sobre os acontecimentos do dia 15 de abril, que provocaram a morte de civis e militares.

A gente não comentava nada a respeito do negócio, a gente tinha recebido ordens, era expressamente proibido falar sobre o que aconteceu. Ninguém viu nada, ninguém sabe nada. Lá a gente conversava normalmente, a única coisa que a gente fazia no refeitório, no almoço e na hora da janta era trocar alimento que um não gostava de tal coisa, e o outro não gostava de uma outra coisa [...] Dois tenentes com um quepe debaixo do braço, pra respeitar porque era hora de comer, um indo pra lá, pra uma fileira da mesa e o outro voltando pelo outro lado, pra ver se tinha alguém cochichando alguma coisa. (BOGO, 2014).

O repórter Saulo Gomes, durante a cobertura dos acontecimentos de 2 de outubro de 1958, tinha quase certeza de que morreria naquele local. “Eu tinha consciência, de 90 a 95 por cento eu estava sujeito a morrer. Eu tinha convicção absoluta disso. Quando eu sempre sentia que a minha vida estava em risco, a minha preocupação era gravar. Eu morri, mas o repórter deixa a sua marca”. (GOMES, 2014).

Perguntado durante a entrevista sobre a explosão anterior, a da madrugada de 2 de agosto, Saulo disse não recordar de ter estado no local da tragédia, mas confrontado posteriormente, a partir de uma reportagem no jornal Diário de Notícias, edição de 3 e 4 de agosto de 1958, que informa a prisão dele pela Polícia do Exército para averiguações por ter entrevistado o guarda noturno Antônio Pacheco, aquele que teria dito ter visto um avião sobrevoando o local poucos minutos antes das explosões, Saulo Gomes consegue finalmente lembrar que essa gravação em particular se perdeu e que ele, de fato, foi levado, mas apenas para prestar esclarecimentos e liberado logo em seguida,

O radialista Saulo Gomes contou que já sabia da história do avião que tinha jogado qualquer coisa sobre Gericinó. Não queria divulgar, porém, antes de ter um depoimento responsável. Ontem, pela manhã, quando munido de um pequeno aparelho de gravar telex, portátil, ouviu o guarda noturno Antonio Pacheco contar a sua história a um grupo de populares, não teve dúvida, recolheu o depoimento. Minutos depois foi convidado a comparecer ao Comando da Vila Militar [...]. Foi conduzido numa camioneta preta da Policia, placa 3-60, à presença do general Elias Americano Freire, que o ouviu, recebeu a fita com a gravação e mandou-o embora. (TREMENDA..., 1958, p.2).

Para que essa memória em particular viesse à tona, foi necessária a intervenção externa do pesquisador, o que corrobora o princípio halbwachiano de memória coletiva: “talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las” (HALBWACHS, 2006, p.41).

Para Halbwachs, ninguém é capaz de lembrar sozinho, mesmo que não exista a presença material de alguém nesse processo e em muitos casos, são os outros que corrigem e rearranjam a nossa lembrança. (HALBWACHS, 2006, p. 32). Embora admitisse que “a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e talvez não explique por si a evocação de qualquer lembrança”, Halbwachs afirma que os outros são fundamentais nesse processo:

[...] é porque podemos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de recordá-las a qualquer momento e quando o desejamos [...] das que não conseguimos recordar à vontade, de bom grado diremos que não pertencem aos outros, mas a nós, porque somente nós podemos reconhecê-las. Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós, constituem nosso bem mais exclusivo, como se só pudessem escapar aos outros na condição de escaparem também a nós. (HALBWACHS, 2006, p. 67).

Ao citar Proust no livro *Em busca do tempo perdido*, Lowenthal concorda que “a maior parte do que nos acontece é logo irremediavelmente perdida”. Esses pedaços e fragmentos, assim como podem nos auxiliar na rememoração, muitas vezes não são suficientes para nos fazer recordar um passado “progressivamente envolto em sombras, privado de sensações, apagado pelo esquecimento”. Por outro lado, o autor ressalta que “as cenas e acontecimentos mais vividamente lembrados são aqueles que permaneceram esquecidos por algum tempo”. (LOWENTHAL, 1998, p.74-95).

A dramaticidade das lembranças do coronel Renato Guimarães subindo na caixa d'água para identificar a gravidade das explosões nos paióis e o perigo de morte vivido naquele exato momento, são algumas das imagens mais fortes de todos os relatos. Semelhante a elas, temos a descrição do soldado Victor Bogo que, na madrugada seguinte às explosões de abril de 1948 foi fazer a vigília no local onde só havia destruição e morte. Até hoje ele recorda o medo que o acompanhou durante as horas solitárias, entre meia noite e duas horas da manhã. A sua narrativa lembra o enredo de um filme de ação, rica em detalhes de suspense e angústia, levando o ouvinte a acompanhar o jovem soldado naquela madrugada, como se lá estivesse,

[...] era o pior turno pra tirar guarda [...] era de mosquetão com um pente de bala dentro do mosquetão. Uma bala na agulha, mosquetão travado, era só destravar e puxar o gatilho e dava pra disparar seis tiros um atrás do outro; com um farolete desse farolete que alcançava 200 metros, um telefone de campanha que a gente levava quando ia pros treinamentos

fora [...] Nesse dia da sentinela eu levantei meia noite, fiz o sinal da cruz e comecei a rezar pelas almas dos que tinham morrido naquele trágico acidente e fui pra lá. [...] A ordem era a seguinte: qualquer coisa estranha, qualquer movimento, vá com o farolete, se for alguma pessoa, mesmo que esteja com uniforme militar, grita alto e o cara continua andando, grita mais uma vez, o cara continua andando, o cara não para, era pra meter fogo [...] Graças a Deus não houve necessidade, eu estava ali de orelha em pé, olhando assim, sempre pensando que de repente ia aparecer uma alma de uma pessoa que morreu ali pra pedir que rezasse pra alma dela [...] foi quando de repente desbarrancou um pedaço de muro bem a minha esquerda [...] Quando começou a cair o muro, eu bati o farolete, pulou de cima daqueles destroços, um gato preto, um baita de um gato. Quando passou por mim, eu bati o pé, me deu uma tremedeira, meu Deus do céu! Fiquei com as pernas moles que não conseguia nem ficar em pé na hora [...] Eu cheguei a ver perto do buraco, a primeira bomba que explodiu e que abriu uma cratera de uns 3 metros de fundura. E ali as coisas iam escorrendo pra dentro [...] eu tenho certeza que vi uma coisa que era um pedaço de um corpo que era assim daqui pra baixo [...] com uma mão bonitinha que não estava esvaçada pela explosão e mais lá do outro lado eu vi um pedaço que parecia ser de um corpo de pessoa humana. Mas era um pedaço todo esvaçado, não dava pra ver de que parte era. Teve gente que diz ter visto cabelo, perna [...] Eu passei uns quinze dias sem comer carne [...] (BOGO, 2014).

Quando Victor Bogo enfatiza “eu tenho certeza que vi” talvez esteja querendo assegurar-se de que essas imagens dramáticas são tão reais quanto o medo experimentado ao ver o gato preto que o deixou com as pernas tremendo. Ao entender que vivemos em uma época de obsessão pela ideia de perda e pela obrigação de recordar, Nora afirma que tudo isso gera “uma incerteza com relação à natureza dessa identidade e à veracidade de tal memória”. Para Nora, só conseguimos conhecer o passado “por meio de uma operação de reconstrução – documental, arquivística e monumental, o que transforma a ‘recordação’, uma recordação que é ela mesma construída, no nome atual daquilo a que se referia simplesmente como ‘História’”. Esse “elemento característico do nosso tempo” que é o “dever de lembrar” não deve nos levar a minimizar o dever com relação à História. Nora entende que “o reino da memória é, para a História, ao mesmo tempo uma negação e um desafio”. (NORA, 2009, p.7, grifos do autor).

Um dos principais questionamentos deste trabalho de dissertação era o de entendermos em que momento o relato da testemunha sai do passado circunscrito a determinados quadros sociais da história para se tornar uma simples narrativa e como essas narrativas transmitidas oralmente aos círculos mais íntimos dos testemunhantes são resignificadas. Procuramos as respostas em Benjamin e em um de seus mais conhecidos e estudados ensaios.

Ao escrever *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, Benjamin faz uma espécie de manifesto sobre o fim da experiência. Ao ressaltar as qualidades de Leskov, um funcionário público do governo russo, nascido em 1831 e que deixou uma importante obra sobre a vida e a cultura da Rússia profunda, Benjamin enxerga no começo do século XX e, principalmente, após a Primeira Guerra Mundial, o fenômeno do desaparecimento gradual da capacidade de troca de experiência, que ele via como “deixando de ser comunicável”. “No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”. (BENJAMIN, 1987, p. 198-200).

O choque dos soldados com as situações dramáticas da guerra criaram uma memória nunca antes imaginada, provocando um trauma de tamanha proporção nos sobreviventes dos campos de batalha, que eles se negavam a verbalizá-las o que, de certa maneira, torna válida a argumentação teórica de Benjamin, mas sob as condições e características daquela época.

No seu argumento sobre o fim da experiência, Benjamin (1987) buscou, não apenas exemplificar a qualidade de um verdadeiro narrador, como Nikolai Leskov, mas basear-se na forma narrativa que ficou imortalizada com a *Odisséia*, obra atribuída a Homero e que descreve as aventuras de Ulisses. Naquela época, as histórias conseguiam envolver igualmente no mesmo clima de suspense, aventura e mistério, o narrador e o seu ouvinte. É esta maneira de narrar que, no entendimento do autor, havia se perdido com a chegada da modernidade e é justamente essa perda que Benjamin lamenta mais do que critica.

Trazendo o narrador benjaminiano para o universo dos nossos recordadores, conseguimos encontrar em alguns deles, sobretudo nos mais velhos, essa capacidade extraordinária de narrar acontecimentos passados, com imagens tão fortes que são capazes de transportar o ouvinte para a cena descrita. E essa característica tão especial e cada vez mais rara, não pode se restringir apenas a forma literária, como induz o texto de Benjamin, mas pode facilmente ser transposta para outras situações,

A problemática da memória e da narração não pertence somente a uma reflexão de teoria literária, mas, fundamentalmente, remete a uma reflexão historiográfica crítica que adquire em Benjamin traços cada vez mais políticos, mesmo militantes [...] Trata-se de transmitir de geração em geração algo que merece ser narrado, isto é, algo que deve adquirir uma forma estética e linguística e que, graças a essa forma, pode ser apropriado e transmitido, isto é, preservado do esquecimento

e, nesse sentido, continuar vivo na memória dos homens mesmo que tenha morrido. (GAGNEBIN, 2014).

A partir deste entendimento, observamos que os relatos mais detalhados, dramáticos e envolventes deste trabalho de dissertação são justamente as histórias contadas pelo coronel Renato Guimarães, pelo soldado Victor Bogo e pelo repórter Saulo Gomes. Pressupomos que o processo de rememoração de eventos tão marcantes em suas vidas, transformou cada um deles em talentosos narradores, aqueles que Benjamin tão bem define como sendo homens que sabem “dar conselhos”, mas cujos relatos deixam aos seus interlocutores uma margem confortável para que eles consigam criar novas histórias a partir das suas próprias impressões. (BENJAMIN, 1987, p. 198).

[...] nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às suas sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. (BENJAMIN, 1987, p.204).

Vejamos o caso do coronel Renato Guimarães. Com uma família protestante, com três filhos, duas meninas e um menino que seguiu a profissão do pai, o coronel, que sempre relembra essas histórias das explosões à mesa de jantar, com a família reunida, encontrou verdadeira escuta no neto Maurício Guimarães Sabbag, engenheiro ambiental, nascido em 1982 e que cresceu ouvindo as histórias de heroísmo do avô, histórias que ele passou a reproduzir para os amigos como lições de vida e que o afetaram de tal forma a ponto de fazê-lo criar em 2011, a banda de *heavy metal* Armahda, cujo repertório fala da história do Brasil e dos heróis nacionais.

Normalmente as bandas de *heavy metal* possuem um repertório em inglês, exceção feita para a música “Paiol em Chamas”, que conta o que aconteceu no subúrbio carioca. “[...] com tal ironia o destino zombara de nós, a pólvora de nossas armas, o súbito algoz, relâmpagos e fogo, o céu a se manifestar, na explosão insana, mais um paiol em chamas! Seis dias a explodir! [...]”. Na página da Armahda no Facebook, é possível conhecer o trabalho e a agenda da banda. (ARMADHA..., 2015).

Eu imagino minha mãe correndo, todo mundo gritando, um barulho insuportável, as janelas quebrando, explodindo, voando caco de vidro e explosões repetidas, barulhos de morteiro e a correria, meu avô

tentando no regimento segurar os cavalos [...] se não conseguisse, os cavalos iam matar muita gente, então ele estava cumprindo o dever dele junto com os outros oficiais [...]. (SABBAG, Maurício, 2013).

De uma maneira inusitada as histórias das explosões em Deodoro foram ressignificadas em uma banda de *heavy metal* nacional, dando ao acontecimento de 2 de agosto de 1958 uma dimensão histórica, com imagens de destruição, mas também de coragem e heroísmo, mesmo que a memória desta tragédia nunca tenha ultrapassado as páginas dos jornais da época.

Paradoxalmente, Victor Bogo, que passou a vida inteira esperando encontrar outras testemunhas dos eventos de 1948 com quem pudesse compartilhar as suas lembranças, tornou-se um narrador de sua própria experiência e assim, no seu processo particular de rememoração, ele conseguiu preservar aquilo que viveu. E a preservação desta memória particular, em grande parte, está associada à repetição de suas histórias por pessoas do seu círculo de amizades, como o amigo Manoel Renato Balbe Moreira, falecido em outubro de 2014 e cujo interesse pessoal fez com que o testemunho do velho soldado ganhasse uma visibilidade exterior ao círculo restrito de uma amizade de tantos anos. Foi por intermédio dele que conseguimos localizar o senhor Victor Bogo.

Farmacêutico bioquímico, Manoel Renato Balbé Moreira conheceu Victor Bogo assim que fixou residência na pequena Cidade Gaúcha, no começo dos anos 1970. A amizade surgiu quando o primeiro era presidente do Gaúcha Country Club e o segundo, um exímio jogador de bolão, uma modalidade de boliche, só que “com uma bola bem maior e uma prancha única, com nove pinos no final”. Victor Bogo, com o incentivo do novo amigo, acabou ganhando o vice-campeonato paranaense de bolão. Entre um campeonato e outro, os dois amigos gostavam de jogar sinuca e durante as partidas, Victor Bogo contava as suas histórias da época em que serviu como soldado raso no Rio de Janeiro. “Conversando com ele eu perguntava: seu Victor, isso realmente existiu? Ele dizia: claro, sim, jamais vou mentir. De fato, ele é uma pessoa idônea, daquelas pessoas antigas que dizem sempre a verdade”. (MOREIRA, 2014). E as histórias de Victor Bogo passaram a ser reproduzidas,

[...] eu comentei com os amigos, com a Marli, minha esposa, com os meus filhos. Passei a encontrar seu Victor nas ruas, ele já um pouco trôpego por causa da cegueira, mas ele parava pra conversar com a gente, em qualquer lugar ele conversava sobre isso. Pra ele era uma alegria conversar, porque pouca gente o visitava e ele fica muito emocionado quando a gente vai lá [...] (MOREIRA, 2014).

O amigo lembra que Victor Bogo, com o seu jeito peculiar de contar histórias, ganhou o carinho e o respeito dos moradores de Gaúcha e se tornou uma pessoa popular na cidade, não só pelos relatos das explosões dos paióis e de outras histórias, mas pela mania que tinha de fazer pesquisa de preços. Ele costumava ir aos mercados para verificar o valor dos produtos e passava adiante a informação de onde determinado produto estava mais barato. “Todo mundo na cidade sabia que o seu Victor era um pesquisador de preços”. (MOREIRA, 2014).

Lowenthal, ao discorrer sobre a natureza e o valor do conhecimento da memória, cita Proust para quem “a função fundamental da memória não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente”. (LOWENTHAL, 1998, p. 103).

A incerteza fundamental acerca do passado nos deixa cada vez mais ansiosos para confirmar que tudo se deu conforme o relatado. Para nos assegurarmos de que ontem foi tão importante quanto hoje, saturamos-nos de fragmentos do passado, ratificando a memória e a história de forma tangível. Gostamos de imaginar que aqueles que então viveram, desejavam que soubéssemos o quanto tudo foi real. (LOWENTHAL, 1998, p. 73)

Sarlo, em suas análises sobre a forma como a memória se aproximou da história, ganhando projeção nas últimas décadas, reforça a necessidade de se problematizar essa espécie de hegemonia da memória. No caso específico do seu estudo, as questões relacionadas à ditadura militar na Argentina, ela chama a atenção para o que considera perigoso: que uns testemunhos tenham mais valor do que outros.

[...] se as narrações testemunhais são a fonte principal do saber sobre os crimes das ditaduras, os testemunhos dos militantes, intelectuais, políticos, religiosos ou sindicalistas das décadas anteriores, não são a única fonte de conhecimento; só por uma fetichização da verdade testemunhal poderia outorgar-lhes um peso superior ao de outros documentos, inclusive os testemunhos contemporâneos aos fatos dos anos 1960 e 1970. Só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretenderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal. E só uma caracterização ingênua da experiência exigiria para ela uma verdade mais alta. (SARLO, 2005, p. 48).

Ao lembrar-se da fotografia do pai estampada nos jornais, acusado de ter provocado as explosões em Deodoro, Iasodara Guimarães duvida, muitas vezes ao longo da entrevista, da veracidade delas. O fato de ter apenas sete anos na época, sempre lhe

traz a incerteza de que as suas lembranças podem não ser tão reais. “Eu tô falando uma coisa que eu não sei se é criação da minha mente ou se é verdade”. Ao mesmo tempo em que ela desacredita na sua memória, ela reafirma a sua veracidade a partir das imagens do jornal. “Eu tenho isso na minha cabeça, o retrato dele no jornal”. (GUIMARÃES, Iasodara 2014). De fato, as imagens guardadas e lembradas foram ratificadas pelos relatos dos irmãos Jair Guimarães e Lindaura Guimarães Silva e pela edição de 21 de outubro de 1958 do jornal Luta Democrática, que traz na primeira página, a foto do tenente Guimarães. No entanto, Iasodara Guimarães jamais poderá ter a comprovação de que as suas lembranças são de fato suas ou se são lembranças reproduzidas pelos irmãos mais velhos e que ela acabou por incorporar à sua própria memória.

Convém deixar registrado que a lembrança da foto do tenente Antonio Guimarães na edição do jornal Luta Democrática surgiu durante a entrevista com Jair Martins Guimarães, cuja esposa, Leda Feijó Guimarães, foi fundamental para que chegássemos a esta informação. Numa tentativa de ajudar o marido a recordar determinados aspectos da sua narrativa, ela intervém em alguns momentos da entrevista para pontuar alguns dos desdobramentos das explosões de 1958.

Estudante de Serviço Social na Faculdade da Prefeitura do Distrito Federal, hoje UERJ, Leda tinha 20 anos em 1958 e participava do diretório acadêmico, onde tinha acesso a todos os jornais. Na época ela conhecia Jarbas, irmão mais velho de Jair, com quem se casaria anos depois.

Eu vi a foto do seu Guimarães e me lembro que estava escrito que ele tinha incendiado os paióis [...] Me lembro do Jarbinha falando lá no clube “meu pai não fez isso, tenho certeza”. Mas não adianta você dizer isso, porque ninguém vai acreditar [...]. (GUIMARÃES, Leda, 2014, grifos do autor).

Contrariamente a este esforço memorativo dos nossos recordadores, Portelli, ao escrever sobre os acontecimentos que se passaram durante a Segunda Guerra Mundial, na cidade de Terni, a mais antiga cidade industrial da Itália Central, trabalha com o interessante conceito de “ucronia”, quando os fatos passados se misturam com histórias que nunca aconteceram. O autor refere-se a Alfredo Filippini, um operário comunista, secretário da resistência que lutou na clandestinidade contra o fascismo e, em suas memórias narradas em 1973 relata ter participado de acontecimentos que, na verdade, nunca existiram. O autor tem uma provável explicação para esses devaneios. Como os militantes do Partido Comunista se decepcionaram com os rumos da política local, eles

“se enterraram cada vez mais profundamente na imaginação e nas memórias dos ativistas e reemergiram em fantasia, sonho e folclore”. (PORTELLI, 1993, p.43-44).

No caso dos nossos recordadores, é natural que, passados tantos anos, algumas lembranças sejam confundidas com as lembranças dos outros, como é o caso de Iasodara Guimarães, o que não diminui em absoluto a veracidade das experiências vividas e compartilhadas, nem tira o peso dos acontecimentos.

As notícias dos jornais pesquisados, principalmente o Jornal do Brasil e O Globo, ressaltam as versões das autoridades que representavam as instituições diretamente envolvidas nos acontecimentos, dando pouco ou quase nenhum destaque aos dramas pessoais dos moradores e sobreviventes, inclusive a volta para casa e a retomada de suas vidas ao lado do perigo. Entendemos que essas notícias documentadas nos principais jornais do Rio de Janeiro refletiriam, portanto, dentro desta pesquisa, a versão oficial, aquela que se sobrepõe às outras versões das tantas histórias individuais que, no decorrer dos desdobramentos das três explosões, foram sendo esquecidas.

Utilizamos as reflexões de Pollak, (1989) para nos aproximarmos dos sentimentos de certezas e dúvidas que movem nossos recordares e entendermos como as lembranças dos moradores e de quem trabalhava dentro do complexo da Vila Militar de Deodoro foram caindo no esquecimento e, recentemente, ao vir à tona a questão da construção do Autódromo Internacional do Rio de Janeiro no campo minado das terras de Camboatá, emergiram desse lugar do passado trazendo um novo interesse de discussão e se contrapondo à memória oficial.

São essas memórias, sobretudo as “subterrâneas”, que ganharam o interesse dos pesquisadores entre os anos de 1970 e 1980. Pollak localiza a atração por essa história relativamente recente, no processo de desestalinização da ex-União Soviética, quando começaram a surgir vozes dissidentes dentro do Partido Comunista. O autor lembra que essas memórias até então oprimidas pelo regime comunista e que não tinham espaço para expressar-se, porque eram memórias proibidas, clandestinas, em um dado momento histórico, irrompem desse lugar de esquecimento e silêncio, “ocupando toda a cena cultural”, separando “a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um estado que pretende a dominação hegemônica”. (POLLAK, 1989, p.5).

Em *Memória e Identidade Social*, Pollak define os “elementos constitutivos” da memória individual ou coletiva, aqueles vividos individualmente e os vividos pelo grupo. “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário,

tomaram tamanho relevo que, no fim das contas é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Aqui acrescentamos ao conceito de “lembranças subterrâneas”, utilizado pelo autor, a ideia de lembranças inaudíveis, incompletas, mas significativas para o entendimento dos eventos que aconteceram no bairro de Deodoro e que chegam ao presente com a força de uma verdade particular daquilo que é narrado. É essa memória de restos, de rastros, de raspas, descrita por narradores anônimos que testemunharam acontecimentos pontuais no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, o centro de interesse deste trabalho de pesquisa.

Questionamos no início desta dissertação como essas experiências chegam ao presente guardando toda a intensidade do que foi vivido e como o despertar da lembrança traumática pode aquietar os sentimentos e, ao mesmo tempo, trazer um desejo latente de justiça, como se a necessidade de expressar dúvidas, questionamentos e testemunhos e não guardá-los mais para si e para o seu círculo restrito de amigos e familiares, mas verbalizá-los a uma escuta atenta, passassem a ser uma forma de apropriação de uma parte da história que se acredita suficientemente importante para ser conhecida por outras pessoas.

De todas as similitudes dos discursos dos entrevistados, uma merece um destaque especial: ao relembrar acontecimentos tão marcantes em suas vidas, todos os recordadores pensam que os seus testemunhos têm o poder de trazer à tona uma memória que faça justiça ao trauma que eles viveram. Este sentimento é encontrado com mais relevância nos testemunhos dos irmãos Guimarães, como veremos mais adiante.

Em seus estudos sobre a memória, Assmann (2011) faz uma reflexão pontual que nos ajuda a entendermos o que nos faz lembrar. Ela usa o argumento, muitas vezes utilizado por outros pensadores da memória social, de que a memória, em geral, é moldável, porque ela está permanentemente se ajustando ao presente. Embora seja crítica aos exageros desse conceito, Assmann localizou no que chamou de “estabilizadores da memória” as respostas que buscava para explicar porque algumas lembranças nunca são esquecidas, enquanto outras se diluem com o tempo.

A língua seria um dos nossos primeiros estabilizadores, porque ao verbalizarmos “não nos lembramos mais dos acontecimentos em si, mas da nossa verbalização deles” (ASSMANN, 2011, p.268); o segundo estabilizador da memória seria o símbolo, e aqui ela busca apoio em Halbwachs que entende que “toda personalidade e todo fato histórico, já por ocasião de sua entrada na memória social, é transposto a uma doutrina, a um

conceito, a um símbolo [...]” (HALBWACHS, 1985, p.389 apud ASSMANN, 2011, p. 273); e por último o trauma. Assmann encontra na psiquiatria o embasamento para a ideia de trauma como estabilizador das lembranças doloridas: “o trauma estabiliza uma experiência que não está acessível à consciência e se firma nas sombras dessa consciência como presença latente” (JANET, 1989, p.1.535 apud ASSMANN, 2011, p. 277).

Ao conversar com Iasodara Guimarães na mesma casa onde ela viveu em 1958 os acontecimentos traumáticos das duas explosões e das prisões do pai, o tenente Guimarães, um detalhe significativo nos chamou a atenção. Em um determinado momento da sua narrativa pontuada por muita emoção, choro e silêncios, ela, no seu processo de rememoração, descobre, juntando os cacos e fragmentos das suas lembranças, que um fato em particular a marcou indelevelmente e, naquele momento de conversa, ela era capaz de reconhecer a importância da descoberta,

[...] se eu estiver fechada aqui, com você ou qualquer pessoa, eu sozinha ou com uma multidão de pessoas, se alguém chegar ali e bater na porta, bater, pam, pam, pam, me vem um negócio aqui assim, uma coisa, eu tenho pavor, eu tenho medo [...] Ficou gravado aqui em mim, porque eu me lembro que eles batiam, pam, pam, pam, com ignorância na porta e a casa cheia de criança, então hoje em dia eu tenho pavor [...] Meu coração dispara. [...] Eu nem ligava disso, a partir do momento em que você começou a entrar em contato com a gente é que eu comecei a me analisar, comecei a lembrar que batiam na porta com muita força, então eu falei, então esse negócio que eu tenho é relacionado às coisas que aconteceram na infância. (GUIMARÃES, Iasodara, 2014).

Mas qual é o sentido de guardar lembranças traumatizantes e rememorar-las ao longo da vida? Existirá um desejo interior em cada testemunhante de marcar a sua existência e reforçar a sua identidade pelo relato transmitido? Iasodara Guimarães busca no fundo das suas lembranças, o trauma que a marcou justamente para expurgar esses fantasmas que ela preferiria não encontrar nunca mais. Ela assegura que passou a vida inteira tentando não lembrar aquilo que a fazia sofrer, mas ao saber que havia um movimento externo que buscava esses acontecimentos passados, decidiu falar: “Eu tô fazendo isso aqui porque sei que é uma coisa que pode aliviar mais a nossa vida, esclarecer mais as coisas, da gente ter certeza de tudo o que aconteceu, mas dizer a você que eu quero saber, eu não quero saber”. (GUIMARÃES, Iasodara, 2014).

Victor Bogo transformou o trauma vivido em abril de 1948 em relatos emocionantes que o ajudaram socialmente na pequena Cidade Gaúcha, no interior do Paraná, que escolheu para viver. Esta talvez tenha sido a sua forma particular de fazer

justiça ao que ele tinha experimentado, principalmente para alguém religioso que costumava rezar pelas almas dos que tinham morrido nas explosões. Ao descrever as sensações posteriores aos fatos de 1948, ele se questionava se tudo havia acontecido de fato. A experiência tinha sido tão traumática que lhe provocava dúvidas e perguntas que ele nunca conseguiu esclarecer totalmente,

Quando eu voltei, eu ficava só lembrando: será que tudo isso aconteceu ou eu é que estou sonhando uma hora dessas? Eu sentava na cama e olhava o buraco na parede por onde a granada tinha passado e eu falei: eu não tô sonhando, isso aí aconteceu e eu estava lá, passei um susto danado. Então eu ficava ligado, porque o pensamento da gente é a coisa que vai mais rápida no mundo [...] então eu pensava: mas pra que vieram detonar uma bomba? pra atacar o Brasil? pra matar quem, pra se vingar do quê? [...] mas ninguém comentava uma palavra, era como se nada tivesse acontecido, nada [...]. (BOGO, 2014).

Assmann (2011), ao lembrar a experiência de Ruth Klüger, na sua autobiografia de 1992, *Seguir Vivendo*, em que a autora analisa a forma como no pós-guerra as pessoas se referiam a ela, sempre como a sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, quando o certo seria associá-la à cidade de Viena, onde ela tinha nascido, traz essa experiência para os dias atuais. Auschwitz sempre foi para Ruth um lugar “esquisito” e “a lembrança disso permanece como um corpo estranho na alma, algo como uma bala de chumbo no corpo, que não se pode operar”. (KLÜGER, 1992, p. 138 apud ASSMANN, 2011, p. 279). Assmann se apropria da analogia da bala de chumbo para dizer que ela é como a memória traumática: “embora uma parte inalienável do homem, o trauma não é assimilável na estrutura identitária da pessoa, é um corpo estranho que estoura as categorias de lógica tradicional, ao mesmo tempo interna e externamente”. (ASSMANN, 2011, p. 279).

Ao trazer essas observações para o centro desta pesquisa, verificamos que as lembranças mais dolorosas são justamente aquelas dos recordadores que eram crianças por ocasião das explosões de 1958, como é o caso de Dulce Sabbag Guimarães, filha do coronel Renato Guimarães. Embora o pai tenha a consciência de que cumpriu com o seu dever de proteger a família e, principalmente, evitar que ficasse algum trauma, porque “filho de soldado esta acostumado com muita coisa, criado à sombra dos quartéis” (GUIMARÃES, 2013), Dulce tem uma percepção diferente ao rememorar o período em que eles viveram na Vila Militar de Deodoro, até o dia das explosões nos Depósitos de Munição do Exército,

Filho de militar você não sabe o que sofre. Filho de militar, ele tá na sombra. [Silêncio]. Sofre. [Choro] Perde amigos. [Silêncio]. A mãe sofre. Não sei nem porque eu tô emocionada [Choro]. Meu pai é um homem muito presente, né. [...] Ele colocava a vida dele em risco. Eu sabia que nesse dia da explosão ele tava colocando [...] ele morreria pra defender o quartel, entendeu? Ele morreria [...] Eu falei: é uma guerra e meu pai está na guerra. [...] Ele falava: você vai ter segurança que o próprio quartel vai dar, mas eu vou cumprir minha obrigação como soldado. Então a gente se sente meio abandonado, né, abandonado pelo pai. [...] Estava tendo um ataque, estava tendo. Então você não pega nada, é a sua vida. Pegamos e fomos sem nada. Minha mãe não teve tempo de nada e a sensação era muito ruim mesmo. Hoje analisando, parecia uma coisa de campo de concentração. Enche o caminhão, e você vai pra um lugar que eu não sabia onde era [...]. Era um salão enorme e nós ficamos no chão, naquele chão gelado. Todos nós, minha mãe, meu irmão, minha irmã, assim abraçadas, e todos nós em grupinhos de família. (SABAGG, 2014).

Das lembranças traumatizantes que Iasodara Guimarães prefere esquecer, uma recordação traumática em particular a enche de vergonha e indignação. Embora seja uma lembrança assumidamente incorporada porque foi passada pela irmã mais velha, a quem era muito afeiçoada desde menina, ela sente como se tivesse presenciado a cena. Quando os militares da Polícia do Exército invadiram a casa do tenente Guimarães em outubro de 1958, provocando medo e insegurança em toda família, a dona Iracema tinha acabado de dar a luz,

[...] a minha irmã mais nova nasceu dia 13 de outubro de 1958 [...] antigamente não tinha absorvente, essas coisas, as mulheres usavam toalhinha, esses panos assim [...] então quando eles chegaram aqui, eles foram lá na cama e mexeram até nos panos de mamãe. Mexeram pra ver se tinha alguma coisa escondida nos panos [...] Muita humilhação, muita humilhação, constrangimento, a minha mãe estava de resguardo, aquele sangue saindo [...]. (GUIMARÃES, Iasodara 2014).

Como era muito pequena na época dos acontecimentos, Iasodara Guimarães acredita que não sofreu como os irmãos mais velhos, que, segundo ela, tinham um melhor entendimento da situação. Mas hoje, olhando em perspectiva tudo o que aconteceu, ela não consegue evitar as lágrimas porque fica com pena “do meu pai, da minha mãe. [choro]. [...] na hora eu não tive todo esse sofrimento. Esse sentimento todo eu não tive, mas hoje eu tenho [...]”. (GUIMARÃES, Iasodara 2014).

Lindaura Guimarães Silva lembra que, depois de cercar a casa, os militares entraram armados, reviraram tudo, jogando ao chão os livros, as roupas e os objetos pessoais e não respeitaram nem a dona Iracema. Nas suas lembranças estão as imagens

descritas pela irmã mais nova. E tudo se passou na segunda vez em que o pai foi preso pela Polícia do Exército e a mãe ainda estava de resguardo. “Ela tinha nove dias parece, ela ainda sangrava, então sujava os lençóis”. O trauma foi tão grande, que o bebê deixou de ser amamentado. “Ela amamentou todos os filhos mais de um ano, foi a única que não teve leite, não conseguiu. Minha mãe parecia que ia enlouquecer”. (SILVA, Lindaura, 2014). Sobre o desejo de tudo esquecer, Lindaura Guimarães Silva tem uma postura diferente. Ela acredita que lembrar fatos tão traumáticos e, por isso mesmo, tão marcantes, faz parte daquilo que nunca será possível esquecer,

Esse trauma não se apagou [...] não marcou mais do que poderia ter marcado, mas não apagou não, não apagou nada. Ele só não foi pior. Sabe que uma coisa que vai criando outras? Acontece uma coisa e vai tendo consequências e mais outras. Então essa consequência de depois a gente ter problema com amizade, não tivemos. Porque o pessoal gostava muito da gente e o meu pai era muito estimado. (SILVA, Lindaura, 2014).

O irmão mais velho, Jair Guimarães, que tinha 18 anos em 1958, garante não ter ficado traumatizado com a ação da Polícia do Exército em sua casa, apesar de ter se sentido ameaçado e constrangido, afinal “aquilo podia resvalar no restante da família” e segundo ele, isso só não aconteceu porque a casa estava cheia de crianças. Os militares tinham recebido uma denúncia de que haveria armas de guerra escondidas, mas só encontraram uma espada enferrujada que o tenente Guimarães tinha ganhado em uma solenidade quando ainda estava no Exército. A relíquia estava guardada no forro da residência e no dia seguinte “foi noticiado que tinha arma de guerra lá em casa”. Jair Guimarães lembra que após as duas explosões e as prisões do pai, a vida voltou ao normal, mas de vez em quando, vinha à lembrança as imagens e o desespero, “vamos nos preparar pra correr novamente”. (GUIMARÃES, Jair, 2014). Mesmo sem associar a morte do pai em julho de 1964 aos acontecimentos de 1958, Jair Guimarães sempre teve a certeza, assim como os outros irmãos, de que o pai ficou com sérias sequelas psíquicas que o afetariam anos mais tarde.

Também não se apagaram da memória as experiências de Victor Bogo que não tem relação direta com os episódios nos Depósitos de Munição do Exército, em Deodoro, mas que o marcaram igualmente. A primeira aconteceu durante o percurso de trem de Santa Catarina para o Rio de Janeiro, quando, em um determinado trecho da ferrovia, todos tiveram de descer para “empurrar o trem”. Mas foi a viagem de volta que o deixaria

marcado, física e emocionalmente. Em dezembro de 1948, Victor Bogo decidiu voltar para casa e depois de cumprir as formalidades do Exército embarcou em um trem, ao lado de outros companheiros de Santa Catarina. Após uma hora e meia de viagem, ainda no estado do Rio de Janeiro, em uma localidade que ele não sabe precisar ao certo, quando o trem diminuiu a velocidade porque se aproximava de uma estação, Victor Bogo sentiu algo o atingir do lado direito da cabeça, como se fosse um tiro, o fazendo cair ao chão desacordado.

[...] os caras aproveitaram e meteram pedra, que entrou pelo lado direito do trem, passou pelos catarinas que vinham tocando violão e cantando, eu sentado da janela do lado esquerdo do trem e a pedra veio e pan no olho direito [...] quando eu voltei e tomei sentido eu levantei e vi que tava aquele fogo queimando, passei a mão e era puro sangue. Eu levantei fui no corredor do trem pra poder me lavar na pia. O tenente tinha mandando descer todo mundo pra procurar quem jogou as pedras. Não ficou ninguém. Ninguém sabia que eu estava ali caído estendido no chão. Cheguei na pia, desmaiei e cai no corredor, um sargento passou, me viu e me levaram ali em uma farmácia pra fazer curativo. A viagem de ir e de voltar ficou marcada pra sempre. Uma de ter empurrado o trem e a outra que quase morri dentro do trem por uma pedrada. (BOGO, 2014).

De todas as situações de perigo que viveu durante as explosões de 2 de outubro de 1958, as mais dramáticas e emocionantes para Saulo Gomes foram as conversas que gravou com os jovens soldados apavorados e “as pessoas desesperadas chorando” com “aqueles olhares assim desolados vendo os telhados quebrados, os vidros quebrados, paredes rachadas, tudo isso me impressionou muito”. Essas lembranças do passado hoje voltam tão nítidas ao presente como “se fossem um *video-tape*”. (GOMES, 2014).

3.2 AS NARRATIVAS E OS DOCUMENTOS

A grande questão desde o começo do trabalho de campo era encontrar a documentação dos três eventos, capaz de referendar tudo aquilo que procurávamos na memória dos entrevistados. Mesmo que o foco da pesquisa estivesse centrado nos depoimentos e nos jornais impressos, tornou-se fundamental buscarmos esta espécie de validação histórica para as narrativas gravadas, porque intuíamos que o testemunho não poderia, ele sozinho, dar a dimensão dos acontecimentos.

Ruosso (2006) conseguiu traduzir no seu ensaio *O arquivo ou o indício de uma falta* essa imperiosa necessidade do documento e do arquivo. Ele questiona se o que está contido nos arquivos é realmente capaz de nos dar as certezas que procuramos quando investigamos acontecimentos passados e se seriam eles os únicos a nos ofertar “a chave” desse tempo que não mais existe. Ruosso nunca pretendeu dar respostas para questões dessa complexidade, ao contrário, sua intenção sempre foi a de provocar a reflexão, uma vez que ele também se questiona se “a ausência de documentos ou a impossibilidade de acesso a eles nos privam realmente de toda forma de conhecimento sobre este ou aquele aspecto da História?” (RUOSSO, 2006, p. 1).

Na metodologia empregada no processo de entrevista com os recordadores foi utilizado o registro dos relatos por meio de gravação em meio digital. Em seguida, esses relatos foram transcritos, tornando-se, portanto, documentos catalogados em pastas dentro de arquivos de um computador e que podem ser impressos com facilidade, ganhando desta forma a materialidade de um documento como outro qualquer. De todos os nossos personagens, apenas o repórter Saulo Gomes, talvez imbuído do dever de ofício, solicitou, para compor o seu arquivo pessoal, as gravações feitas por *skype* e as transcrições das nossas conversas.

Depois do trabalho de transcrição, era natural que uma dúvida se apresentasse. No momento em que esses relatos tinham se transformado em gravações em meio digital e posteriormente em material escrito, poderíamos considerá-los como documentos? Seriam por sua vez documentos, as gravações das explosões do dia 2 de outubro de 1958 e as fotografias disponibilizadas por alguns testemunhantes dos acontecimentos pesquisados?

Para responder a estas indagações, buscamos em Dodebei (1997) a definição de documento, sob o ponto de vista da Memória Social. Ela parte do conceito tradicional, mas trazendo um novo entendimento a partir de uma abordagem interdisciplinar. Neste sentido, a autora encontra, na segunda metade dos anos 1990, “dois conjuntos de discussões emergentes no campo da conceituação de documento para a Memória Social”. O primeiro deles seria a divisão de documentos “tangíveis e não tangíveis”, significando que a tangibilidade não tem a ver apenas com “a visibilidade, mas, sobretudo, a ação de registro material”. (DODEBEI, 1997, p.19). O segundo seria o resultado do relatório de reformulação do Mestrado em Memória Social e Documento,

A memória de uma sociedade não é somente uma herança acabada, marcas tangíveis e ilações que delas a ciência pode derivar acerca de

sua relação com o passado: é, em nosso entendimento, o próprio movimento de constituição identitária que permeia, viabilizando e atribuindo significação, as produções e as relações dos membros da sociedade entre si [...] esta tensão entre a necessidade de enraizamento e o caráter dinâmico da memória social parece ser o terreno mais propício para que situemos a acepção que pretendemos atribuir ao conceito de documento. “Documento” que aparece, agora, não apenas como dado material, como objeto a ser manipulado segundo certas técnicas específicas, mas como operador que nos permite acesso à problematização da memória social. (DODEBEI, 1997, p. 20-21, grifo da autora).

Na sua pesquisa acadêmica sobre *O sentido e o significado de documento para a Memória Social*, Dodebei conclui que “não existe memória sem documentos”, mas a seleção e organização dos mesmos sempre será o resultado de uma ação determinada “que pinça do tecido social um nó, arbitrariamente escolhido, para representar um aspecto do conhecimento”. Não podemos, de forma precipitada, “dizer que tudo é documento”, no entanto, “dizer que documento não existe, é anular a possibilidade de memória”. (DODEBEI, 1997, p. 175-176).

Ruosso (1996) por sua vez, também nos traz uma interpretação instigante para o resultado do processo que transforma o relato em documento, já que “o testemunho colhido ou um documento conservado só deixam de ser vestígios do passado para se tornarem ‘fontes históricas’, no momento em que um observador decide erigi-los como tais”. Aqui ele recorre a Max Weber, para quem o “indivíduo histórico” será sempre “uma construção inventada”. (RUOSSO, 1996, p 2).

[...] o ‘arquivo’, no sentido comum do termo, isto é, o documento conservado e depois exumado para fins de comprovação, para estabelecer a materialidade de um ‘fato histórico’ ou de uma ação, não passa de um elemento de informação entre outros. A dificuldade consiste então em distinguir as fontes – os vestígios – umas das outras, a fim de determinar aquelas que permitem uma abordagem racional do passado. Isso implica uma escolha das fontes mais pertinentes, não por elas mesmas, mas em função das perguntas que o observador se faz previamente. Se tomarmos duas fontes mais comuns da história do tempo presente – o testemunho oral e o documento escrito, obtidos nos fundos de arquivos públicos ou privados, – poderemos ilustrar a natureza dos problemas encontrados pelos historiadores diante de seu material usual. (RUOSSO, 1996, p. 2, grifos do autor).

A experiência de Ruosso como um dos fundadores do Instituto do Tempo Presente, atesta a sua preocupação com a forma como os documentos são produzidos a partir de investigações com pessoas que testemunharam acontecimentos relativamente

recentes. No caso dele, especificamente, as pesquisas principais nos anos 1980 foram sobre o nazismo, Vichy e a Segunda Guerra Mundial. Os resultados nem sempre eram aqueles esperados pelos pesquisadores. Sobre a resistência francesa, por exemplo, eles descobriram que havia de fato heróis, “mas existiam também os que não o eram”. Um dos objetivos do Instituto sempre foi o de “utilizar essas testemunhas e transformar os seus depoimentos em fontes documentais para o historiador”. (RUOSSO, 2009, p.212-213).

Na busca pelos documentos que pudessem estabelecer um diálogo com os narradores entrevistados, chegamos às edições dos jornais, que acabaram por se tornar os arquivos mais importantes, pelo menos na primeira etapa deste trabalho. Encontrar na mídia do passado amparo histórico para os acontecimentos relatados, sobretudo os eventos de 1948, do qual só tínhamos localizado uma testemunha, tornou-se essencial. No entanto, uma questão precisava ser esclarecida: as edições dos jornais impressos seriam material suficiente para trabalharmos essa espécie de validação dos relatos? Poderíamos considerá-los documentos desse passado que emergia a partir do que havíamos registrado durante as entrevistas?

Seguindo as observações de Ribeiro (2000), temos um panorama mais claro da definição do fato histórico e de como ele pode se relacionar com o relato jornalístico e, portanto, com os jornais impressos. Se partirmos do pressuposto de que qualquer acontecimento pode, na sua essência, ser considerado um acontecimento histórico, convém nos fazermos a seguinte pergunta: as três explosões nos paióis do Exército, em Deodoro, se constituem de fato, acontecimentos históricos? Afinal, o que insere um determinado acontecimento na história, no sentido mais literal do termo? “Nenhum fato é em essência histórico, porque nenhum traz consigo um sentido já dado”. (RIBEIRO, 2000, p. 26).

Não existe fato histórico ‘bruto’. Ele é sempre produto de algum tipo de elaboração teórica, que o promove à categoria de histórico. Pressupõe um sistema de referência e uma teoria, nos quadros dos quais operam-se a seleção e a valorização dos acontecimentos e processos. Selecionar, relacionar e valorizar são operações de construção de sentido, impossíveis sem a intervenção dos sujeitos – caso da ciência histórica, os historiadores. (RIBEIRO, 2000, p. 26, grifos da autora).

Deste ponto de vista, as edições dos jornais pesquisados seriam suficientes para estabelecer esses “fatos históricos”? Ribeiro entende que “o jornalismo é, em uma

primeira instância, a negação do passado e da memória”. A função dos jornais seria, portanto, mais “comunicar” o que aconteceu de forma pontual e temporal, do que “registrá-los para as gerações futuras”. No entanto, convém ressaltar, o jornalismo se utiliza constantemente da história, “tanto na sua dimensão discursiva (enquanto modelo explicativo e ordenador do real), quanto no que diz respeito aos seus mecanismos de funcionamento”. (RIBEIRO, 1999, p.3). Para Ribeiro, fica evidente que, mesmo que os jornais não estejam preocupados no momento exato dos acontecimentos, com a sua perpetuação, eles acabam por contribuir, em certa medida, para o registro histórico. Talvez porque, uma vez passado aquele fato específico que foi registrado com as técnicas do jornalismo vigente, ele poderá ser localizado no futuro como um objeto a ser estudando, um documento validado, mesmo que as informações nele contidas, em algum momento do trabalho historiográfico e neste caso específico, no trabalho memorialista, possam ser contestadas e confrontadas com outras informações e outros documentos, como fizemos em capítulos anteriores.

Os meios de comunicação têm um papel crucial na produção de uma ideia de história. Primeiro porque, ao mediar a relação dos sujeitos com as transformações do seu cotidiano, produz, no âmbito do senso comum, sentidos para os processos historiográficos nos quais esses sujeitos estão inseridos. E segundo, porque aponta, entre todos os fatos da atualidade, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância. (RIBEIRO, 2000, p. 3).

Ao pesquisarmos os arquivos dos jornais, priorizamos o Jornal do Brasil e o jornal O Globo, por representarem em 1948 e 1958, o que hoje chamamos de grande mídia. Mesmo assim, também buscamos informações em edições da revista O Cruzeiro e nos jornais Notícias de Hoje, A Luta Democrática, Diário de Notícias e Correio da Manhã. Com exceção do O Globo, todos os outros arquivos fazem parte da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Para acessar as edições antigas do jornal O Globo, foi necessário fazer uma assinatura, o que, no nosso entendimento, transforma a informação arquivada em uma mercadoria.

À proporção em que a pesquisa se aprofundava, foi surgindo a necessidade de também buscarmos os documentos relativos a determinados acontecimentos, ou porque eles tinham sido mencionados pelos recordadores ou porque diziam respeito a pessoas envolvidas diretamente neles, como é o caso dos irmãos Guimarães, cujo pai havia sido preso e torturado pela Polícia do Exército, de acordo com os relatos registrados. Assim,

empreendemos uma busca pelo Arquivo Nacional, onde encontramos a maior parte dos documentos que nos auxiliaram a entender certos aspectos do que estávamos pesquisando. Nas primeiras incursões chegamos ao arquivo da Agência Nacional onde foram localizados os noticiários do Ministério da Guerra e notas de esclarecimentos, mas apenas sobre as duas explosões de 1958. Referências a 1948 foram encontradas na Sala Virtual do Arquivo Nacional, no Fundo Memórias Reveladas, mas cujos arquivos só podem ser abertos em terminais dentro do próprio AN.

Também tornou-se premente a necessidade de localizarmos os documentos militares, como os IPMs – Inquéritos Policiais Militares, instaurados para apurar as responsabilidades pelas três explosões, além dos documentos referentes às prisões do tenente Antonio Guimarães. Para isso, nos deslocamos ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde deixamos os nomes, não apenas do tenente Guimarães, mas de outras pessoas, entre militantes comunistas e jornalistas que tinham sido presos por ocasião das explosões de 1948 e de 1958, e cujos nomes estavam registrados em algumas edições dos jornais pesquisados. Mas para nossa decepção, nada encontramos que estivesse diretamente relacionado aos três eventos. A mesma dificuldade enfrentada pelos irmãos Guimarães que empreenderam nos últimos anos, uma busca pelos documentos do pai e até a conclusão deste trabalho, nada encontraram.

Lindaurea Guimarães Silva é a irmã que se dispôs a percorrer as instituições militares em busca da documentação do tenente Guimarães. Foi encaminhada a vários departamentos do Ministério do Exército. “Aonde eu fui não tinha nada que ele tinha sido preso. Eu falei: ‘como pode, é histórico’, mas não tinha e ai me mandaram ir em outro lugar [...]”. (SILVA, Lindaurea, 2014).

Na base de dados do Fundo Memórias Reveladas, cujo acervo está disponível para consulta, tanto no Arquivo Nacional, quanto no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, chegamos aos Boletins Reservados do Exército, já mencionados anteriormente. Publicados todos os meses pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra, eles trazem, dentre outras informações, as punições disciplinares de militares, ou por atos de indisciplina ou por ligações com a ideologia comunista; autorizações para aquisição ou construção de moradias para militares de baixa patente; decisões dos Conselhos de Justificação, dentre outros atos.

De todos os Boletins Reservados dos anos de 1948 e 1958 a que tivemos acesso, não foram encontradas referências aos IPMs instaurados por ocasião das três explosões. No entanto, foi localizado um único documento em papel no Arquivo Nacional,

relacionado à explosão de 2 de agosto de 1958, como já mencionado no capítulo anterior, que dá conta, resumidamente, do resultado do IPM instaurado para apurar as responsabilidades pela explosão.

No Boletim Reservado de 20 de outubro de 1958 encontramos referência ao documento “Concessão de quantia”, assinado pelo brigadeiro Francisco de Assis Correa de Melo, que resolve conceder à Diretoria Geral de Material Bélico, “a quantia de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil cruzeiros), à fim de atender especificamente às despesas com o deslocamento da munição transportada para fora de Deodoro”. (BOLETIM..., 1958). Este documento foi publicado no Boletim Reservado, 18 dias após a segunda explosão nos depósitos.

Também estivemos no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde foram pesquisados os Atos do Poder Executivo, e só encontrados serviços de expediente, decretos, atos e nenhuma menção às duas explosões de 1958. Com relação ao ano de 1948, pesquisamos o Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, dentro do Serviço de Documentação da Secretaria Geral de Administração no período de 15 de abril a 31 de dezembro e não encontramos até a conclusão deste trabalho nenhum decreto referente a algum tipo de indenização às vítimas das explosões.

No Diário Oficial encontramos o pronunciamento do dia 20 de abril de 1948, na Câmara Municipal dos Vereadores, de Benedito Mergulhão e Osório Borba. O primeiro pedia cautela à polícia nas investigações das causas das explosões em Deodoro e o segundo criticava a violência crescente da polícia contra os militantes de esquerda, sobretudo contra as senhoras que faziam panfletagem em Copacabana no momento em que os paióis do Exército explodiam. Todas foram presas como suspeitas. O vereador Osório Borba também denunciava o “bando de policiais” que dissolveu uma passeata no Largo do Machado a golpes de cassetetes quando as pessoas se manifestavam a favor do petróleo. Segundo Osório Borba, o ex-deputado Nicanor do Nascimento, de 80 anos, da União Democrática Nacional foi atingido na ocasião. (ARQUIVO DA CIDADE..., 1948).

Por tratar-se de eventos acontecidos em um ambiente militar, era necessário buscarmos informações no Arquivo Histórico do Exército-AHEX, mas lá fomos informados de que esses fatos específicos não faziam parte do acervo, uma vez que ainda não tinham completado 100 anos, o período necessário para que o AHEX considere um acontecimento como histórico. A orientação era a de procurar o DCMUN – Depósito Central de Munição do Exército, localizado no município de Paracambi desde 1958, onde

fomos informados de que, para acessar os arquivos, precisaríamos de uma autorização do Comando da Base de Apoio Logístico do Exército, para onde encaminhamos uma solicitação assinada pelo Coordenador do PPGMS e pela orientadora da dissertação. A resposta chegou 30 dias depois por e-mail e pelo correio, gerando assim, o primeiro documento oficial no âmbito desta pesquisa.

[...] não foi localizado nos arquivos do Depósito Central de Munição /Paracambi-RJ, conforme informado por seu comandante, quaisquer documentos referentes às explosões ocorridas nos paióis do Depósito Central de Material Bélico/Rio de Janeiro/RJ, referentes as datas de 15 de abril de 1948, 2 de agosto de 1958 e 2 de outubro de 1958. (MINISTÉRIO DA DEFESA..., 2014).

Voltamos ao AHEX em busca de novas pistas dos Inquéritos Policiais Militares e, em contato com o capitão Ferreira Junior, da Divisão de História e Acesso à Informação, fomos informados de que as unidades militares são descentralizadas, o que significa dizer, que todos os documentos permanecem nas próprias unidades onde foram produzidos. Quanto ao IPM instaurado, ele nos informou que, se a questão da investigação ficar restrita a uma sindicância interna existe uma grande chance dos documentos estarem em Paracambi. O IPM só sai dessa esfera e vai para a Justiça Militar, que é uma instituição civil, quando ele se transforma em um processo para investigar um crime gravíssimo. Ele admite, no entanto, que a documentação pode ter sido perdida, destruída ou estar em péssimas condições que impedem o seu manuseio, “por falta de meios, falta de técnicos”. Mas insistiu em que o DCMUN, como qualquer instituição militar, também deve cumprir as determinações da Lei de Acesso a Informação e para chegar aos seus arquivos, não há necessidade de pedir autorização: “isso não é permitido, não é legal, o legal é ter esse acesso permitido”. (FERREIRA JUNIOR, 2014).

Embora este trabalho não tenha o objetivo, muito menos a pretensão de fazer História, mas, limitadamente, inscrever uma memória de fatos passados a partir do ponto de vista de quem viveu a experiência, nunca foi a nossa intenção nos exirmos do dever de buscar na documentação existente nos arquivos, um amparo para o que aqui relatamos. O historiador francês Henry Ruosso, desconfortável com a definição e os resultados das pesquisas sobre a história contemporânea, criou em Paris, entre 1979 e 1980, o Instituto de História do Tempo Presente, para trabalhar, justamente, com o passado próximo, aquele em que “o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo, com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”. (RUOSSO, 2009).

O testemunho colhido *a posteriori*, por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente. Ele leva à criação de uma fonte singular, na medida em que destinada desde o início, seja a formar um arquivo, no sentido de conservar – eis aqui a memória de tal indivíduo ou de tal grupo –, seja a alimentar uma pesquisa específica. Nos dois casos, essa fonte está intrinsecamente ligada ao questionamento preciso do arquivista ou do historiador, voltada para um acontecimento, um indivíduo, um determinado processo histórico, e entra em sinergia ou em oposição com o discurso do ator assim erigido em ‘testemunha’. (RUOSSO, 2009, p. 1996, p.2, grifos do autor).

Quando recebemos a autorização para manusearmos os documentos físicos no Arquivo Nacional e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, era quase impossível não sermos assaltados por uma dose absurda de ansiedade. Talvez porque ali poderíamos encontrar, não apenas o que confirmaria nossas suposições, mas, principalmente, informações sobre homens e mulheres que poderiam nos trazer revelações importantes e nos levar a novos desdobramentos. A leitura dos arquivos não é algo fácil e a dificuldade não está apenas no seu manuseio, mas como as informações ali encontradas serão utilizadas posteriormente.

Para a pesquisadora francesa Arlette Farge, especializada em arquivos, sobretudo os da Biblioteca do Arsenal, setor da Biblioteca Nacional da França, que abriga os Arquivos da Bastilha, “ler o arquivo é uma coisa; encontrar o meio de retê-lo é outra”. Farge consegue ter um olhar ao mesmo tempo romântico e pragmático sobre esse universo que jamais conseguiremos desvendar por inteiro,

Fragments de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte. O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo, sua pontuação [...] Como se a mão, ao fazê-lo, permitisse ao espírito ser simultaneamente cúmplice e estranho ao tempo e a essas mulheres e homens que vão se revelando. (FARGE, 2009, p.15-23).

De fato, a grande dificuldade de quem pesquisa em arquivos não acontece ali, no contato com os documentos. Ela apresenta-se quando empreendemos a leitura desses documentos. “Depois do prazer físico da descoberta, do vestígio, vem a dúvida mesclada à impotência de não saber o que fazer dele”. (FARGE, 2009, p.18-22).

3.3 UMA COLEÇÃO DE TESTEMUNHOS: O BLOG HOJE NA HISTÓRIA

As primeiras incursões desta pesquisa de campo começaram, um pouco por acaso, depois de despertado o interesse pelas terras de Camboatá, que estava desde 2012, no centro de uma disputa judicial envolvendo os governos Federal e Estadual em um embate com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ambientalistas e moradores. A questão era saber quem ganharia esse cabo de guerra de interesses políticos e econômicos para a construção, naquele espaço, no coração do subúrbio carioca, do Autódromo Internacional do Rio de Janeiro. Conseguimos vislumbrar aí a possibilidade de uma boa história a ser destrinchada. E foi justamente nessa busca que nos deparamos com os comentários no blog Hoje na História, do Jornal do Brasil online. A partir da postagem do dia 8 de agosto de 2008, que relembra as explosões de 1958 nos depósitos de munição do Exército, justamente nessa área em disputa, uma profusão de comentários dava conta da dimensão desse acontecimento em particular. O blog reproduz a primeira página do Jornal do Brasil da edição de 3 e 4 de agosto de 1958 e traz um texto cujo título é “1958: explosão em Deodoro”, com o subtítulo “Um campo de batalha sem inimigo”¹.

A partir do contato com essa coleção de relatos, a primeira questão colocada passou a ser: como poderiam construir um Autódromo em um campo minado? Além disso, as instituições de poder pareciam desconhecer os acontecimentos passados naquele lugar de história.

Como já explanado em capítulo anterior, a partir desse momento estava estabelecido o objeto de estudo e o campo a ser trabalhado. Mas a questão que se pretende colocar neste ponto da dissertação, depois de percorridos um longo trajeto de pesquisa, viagens e entrevistas, é saber como esses comentários podem ser vistos do ponto de vista de uma coleção. E quem seria, neste caso, o colecionador.

Pomian (1984), ao inventariar os tipos de coleções existentes, começa definindo a coleção como um conjunto de “objetos naturais ou artificiais”. Para integrar uma coleção, eles devem estar “fora do circuito das atividades econômicas, submetidos a uma proteção especial e expostos ao olhar”. Neste sentido, ele próprio cria uma lista das primeiras coleções que estavam protegidas nas igrejas e nas famílias que detinham algum tipo de poder político e econômico. Assim, Pomian estabelece uma espécie de coleção

¹ Ver Imagem 1: Blog Hoje na História. Postagem de 2 de agosto de 2008.

de coleções, como o “mobiliário funerário”, “as oferendas”, “os presentes e os despojos”, “as relíquias e os objetos sagrados” e “os tesouros principescos”. (POMIAN, 1984, p.55).

O autor identifica o visível e o invisível das coleções compostas pelo mobiliário funerário e pelas oferendas, numa espécie de representação da linha que separa os mortos dos vivos. Nesta divisão, o conceito de coleção, como um conjunto de objetos para serem expostos ao olhar, se confunde, porque tudo aquilo que é oferecido aos deuses como algo sagrado, em um lugar sagrado, sai da esfera do público, daquilo que está exposto ao olhar para “se tornar propriedade dos deuses”. Pomian responde a sua própria indagação sobre o que acontece quando as oferendas feitas aos deuses pelos homens são expostas. “É evidente que a sua principal função, fazer de intermediários entre os homens e os deuses, uma outra se acrescenta. Eles representam aos olhos dos visitantes a fama dos deuses, que chega longe, até aos confins do mundo [...]”. (POMIAN, 1984, p.64).

Se observarmos que a coleção de relatos sobre as explosões em Deodoro foi se formando a partir da postagem no blog Hoje na História e, considerando que esses relatos expostos ao olhar em um ambiente virtual, funcionariam como uma espécie de “oferendas” aos que já não mais podem lembrar e testemunhar, porque já não estão mais entre os vivos, podemos especular que essas lembranças que ficaram guardadas durante décadas, como uma espécie de objetos sagrados, renascem como relíquias ou corpos escondidos nos mausoléus das igrejas seculares que voltam ao presente para reconfirmar a existência do vivido.

Os objetos oferecidos aos deuses tinham por objetivo evocar a memória daquilo que não mais existia, ou seja, por meio dessas oferendas expostas ao olhar, era possível pensar naquilo que estava invisível, mas que um dia teve uma materialidade, como as pessoas que trabalharam na confecção dos objetos sagrados e todas as histórias que cercaram a sua fabricação. Esses objetos sacros funcionariam como uma intermediação entre “o mundo cá de baixo e o do além, entre o profano e o sagrado”. Para Pomian, eles “são intermediários entre o espectador que os olha e o invisível de onde vêm”. (POMIAN, 1984, p. 64).

Apesar da imaterialidade dos fatos rememorados, as narrativas individuais sobre as explosões em Deodoro foram naturalmente se juntando a outros relatos igualmente dramáticos, carregados de lembranças e imagens “sagradas”, criando-se, a partir de 2 de agosto de 2008, uma coleção de impressões pessoais sobre os mesmos acontecimentos de cinquenta anos atrás. Neste caso, não existem objetos representativos, mas imagens que evocam sentimentos e que representam experiências compartilhadas em um ambiente

virtual. A sacralidade das narrativas pode ser encontrada na maneira como as pessoas relatam o que viveram ou o que ouviram. Em muitos comentários, observa-se a mesma percepção, o medo de um bombardeio aéreo sobre a cidade ou pior, o fim do mundo. A similitude desses relatos está associada ao fato de que muitos sobreviventes eram crianças na época das explosões e as imagens que se perpetuaram nas lembranças, ficaram guardadas e misturadas a sentimentos de terror, desamparo, medo e incompreensão.

Essas lembranças, uma vez evocadas, funcionariam como dispositivos que acionam o movimento contínuo de outras lembranças semelhantes que vão se somando e formando uma coleção de relatos e, como os objetos de Pomian que estão em “lugares dedicados ao culto”, como imagens “pintadas ou esculpidas dos deuses ou dos santos”, esses relatos testemunhais podem desempenhar quase o mesmo papel, mesmo que essas imagens estejam apenas na memória de quem viveu a experiência. (POMIAN, 1984, p.64).

Na rememoração, quem lembra traz ao presente imagens dos ambientes em que se encontrava no momento dos acontecimentos, pensa nas pessoas que viveram com ela a experiência e nesse processo de evocar os seus nomes, os seus gestos, os detalhes das suas vidas, sofre uma vez mais pelo que se passou. Podemos supor que, ao relembrar, a pessoa reconfigura o seu passado, catalogando as impressões que ficaram na memória, as organizando para dar-lhes um novo sentido, a partir das experiências do presente. Isso não se assemelharia, de alguma forma, ao colecionador de objetos?

Walter Benjamin, em *Passagens*, cujo projeto iniciado nos anos 1920, abandonado e retomado várias vezes, acabou por ficar incompleto com a sua morte nos anos 1940, traz no capítulo *O colecionador*, algumas considerações importantes sobre o ato de colecionar. Embora seja um texto fragmentado, quase um caleidoscópio do pensamento do autor sobre o colecionismo, ele é precioso na sua definição sobre coleção. Colecionar para Benjamin é “uma forma de recordação prática” onde o colecionador tem um “olhar incomparável sobre o objeto, um olhar que vê mais e enxerga diferentes coisas do que o olhar do proprietário profano”. (BENJAMIN, 2006, p.238).

É decisivo na arte de colecionar que o objeto seja desligado de todas as suas funções primitivas, a fim de travar a relação mais íntima que se pode imaginar com aquilo que lhe é semelhante. Esta relação é diametralmente oposta à utilidade e situa-se sob a categoria singular da completude. (BENJAMIN, 2006, p.239).

Para Benjamin, “tudo que é lembrado, pensado, consciente, torna-se suporte, pedestal, moldura, fecho de sua posse”. Esse processo estaria dentro de um “sistema”,

criado justamente para dar sentido à coleção. “E para o verdadeiro colecionador, cada uma das coisas torna-se nesse sistema uma enciclopédia de toda a ciência da época, da paisagem, da indústria, do proprietário do qual provém”. (BENJAMIN, 2006, p.239)

A partir do século XV, com a intensificação das viagens marítimas e a descoberta de mundos e civilizações distantes e culturalmente diferentes, os navegadores europeus voltavam das longas expedições com as embarcações abarrotadas de mercadorias e objetos e muitos passaram a integrar todo tipo de coleção. Além dos objetos colecionáveis, as expedições traziam também novos saberes sobre costumes e formas de vida em sociedade. Tudo era transmitido por meio de diários de viagem que inventariavam o que havia sido descoberto e, dependendo do olhar de quem o escrevia ou de quem o lia, passava a integrar coleções no futuro, como de fato aconteceu em muitos casos. Pomian acredita, no entanto, que o hábito do colecionismo teria surgido na pré-história, quando a Terra passou por um longo período de aquecimento climático, entre 40 e 60 mil anos. Os fragmentos de objetos desse período que os arqueólogos tentam hoje decifrar, são na verdade, uma representação do “invisível” e só podiam ser mantidos por meio da linguagem. “As duas esferas, a do visível e a do invisível, permaneciam assim lado a lado, não se interpenetravam”. (POMIAN, 1984, p.71)

O blog Hoje na História, nada mais faz do que inventariar datas consideradas importantes, a partir de critérios estabelecidos pela editoria do jornal. Ao retirar esses acontecimentos do passado congelado, catalogado e armazenado, trazendo-os ao presente, acaba por atrair o olhar externo, sensibilizando quem se interessa pelo passado. Os acontecimentos de 1958 em Deodoro atestam, a partir das lembranças registradas dos internautas, que ali descobriram uma grande identificação com o passado, várias verdades esquecidas e que, até aquele momento de 2008, tinham sido jogadas para baixo do tapete da história. A simples reprodução da página da edição do Jornal do Brasil de 3 e 4 de agosto de 1958 foi capaz de provocar uma espécie de catarse nos seus leitores, muitos deles, testemunhas do que ali estava sendo lembrado, outros que cresceram ouvindo as histórias contadas pelos pais ou familiares. Esse passado antes tão real e, até aquele momento esquecido, emerge de uma página reproduzida em um meio digital, provocando uma avalanche de “narrativas colecionáveis”, termo usado por Marshall (2005).

O autor vai buscar a etimologia da palavra, cuja origem esta vinculada a “coletar” e “falar”. Estudando o colecionismo como um processo civilizacional, Marshall associa essas duas palavras a “dons” fundamentais para a existência da organização do homem em sociedade, pois é a partir deles que o mundo se aculturou progressivamente,

organizando os espaços e classificando as funções de cada um dos seus integrantes. Marshall lembra que a invenção da escrita pelos sumérios aos 3 mil anos antes de Cristo, facilitou o processo organizacional da sociedade, porque permitiu a criação de arquivos domésticos sobre a vida privada. Tudo era descrito, os pequenos hábitos, as compras, as vendas, os casamentos, os nascimentos, as mortes. Alguns desses fragmentos estão hoje nas coleções dos grandes museus do mundo. Esses registros nada mais são do que “narrativas colecionáveis” cujo objetivo era “pôr em ordem” o que precisava ser organizado e que Marshall tão bem define: “a fala é coleção”,

Nesta família linguística, aparece o núcleo semântico e significativo do colecionismo: uma relação entre pôr em ordem – raciocinar – (*logeín*) e discursar (*legeín*), onde o sentido de falar é derivado do de coletar: a razão se faz como discurso. O discurso, morada da razão. Ordenar, colecionar, narrar. Nesta complementariedade semântica, podemos ver um traço claríssimo da semiologia originária: a fala é coleção. Coleção de quê, cumpre inquirir? De sinais sonoros? De gestos e expressões? De palavras e sentenças? De fórmulas e símbolos? De memórias e poderes mágicos? De números e espécimes? (MARSHALL, 2005, p.15).

Marshall acaba por criar uma coleção de coleções, ao enumerar alguns tipos colecionistas, dos mais comuns aos mais pitorescos, dos vistos dentro da normalidade até os patológicos. Assim sendo, ele descreve desde o próprio avô, que colecionava “barbantes e arames de atar”, passando por colecionadores de histórias sobrenaturais a colecionadores de obras de arte que alimentam o mercado negro com quadros roubados. Nessa listagem, ele cita Aristóteles como sendo o primeiro “colecionador sistemático da História”. Depois de colecionar 158 constituições de cidades-Estado, ele escreveu o seu famoso tratado *A Política*. Marshall termina o seu ensaio questionando-se se toda coleção não acaba por gerar um comportamento obsessivo.

Do ponto de vista benjaminiano, existe de fato em todo colecionador um pouco de obsessão, mas existe também sonho, desejo de aprisionar o tempo e de congelá-lo. “No fundo pode-se dizer que o colecionador vive um pedaço de vida onírica”. O colecionador é, para Benjamin, um grande alegorista,

[...] para o colecionador, o mundo está presente em cada um de seus objetos e, ademais, de modo organizado. Organizado, porém, segundo um arranjo surpreendente, incompreensível para uma mente profana. Este arranjo esta para o ordenamento e a esquematização comum das coisas mais ou menos como a ordem em um dicionário está para uma

ordem natural. Basta que nos lembremos quão importante é para cada colecionador não só o seu objeto, mas também todo o passado deste, tanto aquele que faz parte de sua gênese e qualificação objetiva, quanto os detalhes de sua história aparentemente exterior: proprietários anteriores, preço de aquisição, valor, etc. Tudo isso, os dados “objetivos”, assim como os outros, forma para o autêntico colecionador em relação a cada uma de suas possessões uma completa enciclopédia mágica, uma ordem do mundo, cujo esboço é o destino do seu objeto. (BENJAMIN, 2006, p.241).

No artigo *Uma vida iluminada: coleções e imagens narrativas*, Ribeiro (2006) enxerga a memória como um fenômeno complexo que possui várias “formas de representação construídas coletivamente”. Esse processo de construção pode acontecer “a partir de objetos materiais e invisíveis, referenciando as diversas narrativas pelas quais indivíduos e grupos organizam suas coleções”. (RIBEIRO, 2006, p. 1). Desta maneira, poderíamos catalogar esses relatos no blog como uma “coleção invisível”, uma vez que não existe materialidade naquilo que está contido em cada comentário, cabendo à imaginação de cada leitor a construção dessas imagens trágicas. Mas deduzimos que, a ação individual de escrever sobre a própria experiência no blog, implica que cada relato traz em si mesmo uma coleção de lembranças individuais que, a um contato com a imagem da página do jornal, sai da esfera do esquecimento e emerge em forma de lembranças materializadas nos comentários.

A partir do entendimento de Benjamin, Pomiam e Mashall, somos todos colecionadores de imagens do passado. Os comentários no blog, e as descrições detalhadas de quem testemunhou os acontecimentos em 1958, saíram da esfera de um quadro social particular para invadir o espaço público da web e se transformaram em uma verdadeira coleção virtual de narrativas sobre a experiência individual e coletiva.

A partir da leitura do blog entre o período de 28 de julho de 2008 a novembro de 2013, dividimos os comentários por categoria: as testemunhas das explosões de 2 de agosto de 1958; quem apenas ouviu os comentários e os que afirmavam que naquele local havia acontecido explosões anteriores, além dos comentários que não tinham relação direta com os acontecimentos. O primeiro comentário encontrado é de Nélio Soares de Oliveira e Sá e foi postado dia 28 de julho de 2009. Não localizamos outros comentários desse personagem, o que nos faz supor que ele não mais acessou o blog ou, se acessou, não quis participar,

Vai fazer 51 anos desde a explosão de Deodoro e muito pouca gente comenta o fato nos atuais dias. Pena que a grande maioria de pessoas

que assistiram o episódio já pereceram, mas os que ainda estão vivos tem na lembrança as horas de terror vivido naquele dia fatídico. (AMORIM, 2008).

Uma curiosidade nos chamou a atenção assim que nos debruçamos sobre os relatos. A postagem de 2 de agosto de 2008 só começou a ter comentários a partir de 28 de julho de 2009. A razão deste *gap* era simples e, ao mesmo tempo, trágica. Fomos informados pela jornalista responsável pelo blog, que o site do Jornal do Brasil havia sido invadido meses antes por *hackers* e o blog, cuja finalidade era justamente a de relembrar acontecimentos marcantes na história do Rio de Janeiro e do Brasil, perdeu todos os seus arquivos. O primeiro comentário exposto, não era na verdade, o primeiro postado no site, o que nos faz supor que um número não quantificável de outros relatos desapareceu sem deixar rastros.

O último comentário do blog é o do dia 18 de novembro de 2013 e foi postado por Wagner José Vicente. “Até aqui, após ler os relatos ora publicados, todos importantes por sinal, cheguei à conclusão de que foram três e não duas as explosões nos paióis militares de Deodoro”. (AMORIM, 2008). O mesmo Wagner José Vicente já tinha postado em 3 de agosto de 2011 a informação de que teria, aos seis anos, presenciado as explosões de 1948 e pedia que alguém confirmasse a informação. Em 18 de agosto daquele ano, Manoel Renato Balbé Moreira, não só confirmou, como disse conhecer um soldado que estava no centro das explosões. Buscamos contato com Wagner José Vicente, mas não obtivemos sucesso, porque a editoria do blog não conseguiu localizar o seu e-mail.

Blog Hoje na História do Jornal do Brasil online (período:28/07/2008 a 18/11/2013)

51 pessoas	34 pessoas	6 pessoas	14 pessoas
Comentam as explosões de 2/08/1958	Ouviram falar das explosões de 2/08/1958	Mencionam as explosões de 2/10/1958	Comentam outros assuntos

Quadro 1: Comentários no blog Hoje na História do Jornal do Brasil online

Ao identificarmos na leitura dos relatos do blog a informação de outras duas explosões no mesmo local, colocamos uma postagem no dia 27 de setembro de 2013 em

que pedíamos para que as pessoas entrassem em contato. A iniciativa partiu justamente de Manoel Renato Balbé Moreira e, por intermédio dele, chegamos ao soldado Victor Bogo. O mesmo aconteceu com o coronel Renato Guimarães e com os irmãos do tenente Guimarães. Conseguimos chegar a essas famílias por intermédio de terceiros que postaram comentários no blog.

No ciberespaço, onde o indivíduo tem a liberdade quase infinita de compartilhar as suas opiniões e experiências, onde cada pessoa pode ter algo a dizer, mesmo a mais irrelevante das opiniões, em um excesso de narrativas desimportantes, vemos por toda parte um enorme universo de relatos colecionáveis, mesmo que ninguém se disponha a confrontá-los com a realidade passada e presente. No caso do blog Hoje na História, não deixa de ser surpreendente que um passado bem recente venha à tona por meio de pessoas que nunca tinham tido a oportunidade de compartilhar as suas experiências traumáticas.

Embora os comentários não tenham a materialidade de objetos que podemos tocar e sentir a superfície, eles apresentam outro tipo de concretude, podem ser acessados por meio de um computador que está conectado em rede ao ciberespaço. Além disso, os comentários nos remetem a imagens que cada um produz no momento da leitura, criando novas imagens e novos significados para a experiência ali compartilhada,

Especulamos que, subjacente a uma coleção concreta ou não, existe uma coleção imaginária que forneceria os elementos de ligação e legitimaria essa vontade de organizar algo que, por vezes, não é possível reter. No âmbito do desejo de classificar objetos imaginários com relações construídas internamente é que, às vezes, se materializam as narrativas do colecionador ao descrever aquilo que está suposto ou submerso aos objetos visíveis ou invisíveis. (RIBEIRO, 2006, p.3).

A partir desta compreensão, entendemos que os autores dos comentários no blog são indivíduos se comunicando em rede e utilizando o espaço virtual para compartilhar uma experiência passada. Ribeiro nos lembra que, ao fazermos esta relação entre coleção e imagem estaríamos compondo, ou pelo menos, tentando compor, “lugares de memória, os quais podem abarcar o visível e o invisível”. (RIBEIRO, 2006, p 2-3).

[...] o suporte, no que tange à sua escolha e à sua própria sustentação social, situa-se no âmbito da sua eficiência técnica e no espaço de manutenção de seus elementos discursivos que necessitam ser respaldados ideologicamente. Tais escolhas também pressupõem que a mediação entre o discurso narrado e o suporte escolhido enfrente, por vezes, a renúncia a uma mediação direta, em que o narrador – pelo

menos no sentido clássico – deixe de vivificar o circuito da comunicação. (RIBEIRO, 2006, p.2).

Buscamos em Recuero (2009) uma definição para rede social na internet, um conceito ainda tão elástico, embora os pesquisadores do ciberespaço afirmem que redes sociais são aquelas mediadas por computador. As redes sociais, das quais o blog faz parte, deixam “rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros”. (RECUERO, 2009, p. 24). O fato de vivermos em uma sociedade interconectada é natural que estar visível tornou-se uma das necessidades mais exigidas para quem quer viver integrado ao seu meio. E é como rastros de uma história quase esquecida que o blog mantém uma coleção de relatos de experiências passadas por um grupo de pessoas que, afetadas pela memória de acontecimentos dramáticos, colocam as suas impressões pessoais que, ao lado de outras experiências semelhantes, redimensionam a importância que eles tiveram no passado de cada um desses colecionadores individuais de lembranças.

Se quem determina o valor da coleção é o colecionador, podemos pensar em coleção de lembranças, de relatos, de histórias, de percepções, de sentimentos, de imagens cristalizadas na memória de quem viveu a experiência. Alguns passam a vida inteira em busca do último item da sua coleção e são capazes de pagar fortunas por objetos que, na verdade, não valeriam tanto. Mas o valor do objeto colecionado não está na sua utilidade, mas no que ele significa para o colecionador. Philipp Blom faz uma radiografia sobre as motivações do colecionador com os objetos colecionados e a relação entre eles. “Não é o que eles são, mas o que eles representam, a promessa que contém”. (BLOM, 2002, p.192)

Nesse sentido, todo objeto colecionado é não apenas relíquia de um mundo no qual teve serventia prática, mas relíquia sagrada, da mesma forma que o braço de Tereza de Ávila não é disputado pelo seu tecido muscular e conteúdo ósseo, ou sua capacidade, agora perdida, de carregar coisas e ser metade de um par de mãos cruzadas; não é um braço venerado como braço, mas como objeto imbuído de santidade, de estranheza, como chave do céu, de um mundo infinitamente mais rico do que a nossa existência diária. Os objetos de uma coleção nos ligam a alguma coisa de muito distante. (BLOM, 2002, p.192).

Benjamin, ele próprio um colecionador de fragmentos da vida, entende que o colecionador nada mais é do que aquele que busca um sentido para o mundo, o seu mundo. Ele quer, por meio da sua coleção, organizar o que considera fora de ordem, tudo

aquilo que está disperso. “Talvez o motivo mais recôndito do colecionador possa ser circunscrito da seguinte forma: ele empreende a luta contra a dispersão”. (BENJAMIN, 2006, p.241).

Se toda coleção tem uma aura de sacralidade, todo colecionador é um devoto daquilo que coleciona e não importa se são obras de arte, pedaços de lembranças, restos que não tem mais serventia, ou aquilo que foi retirado da sua utilidade e colocado em uma posição sagrada. Philipp Blom fala das “coleções imaginárias” como “tão importantes quanto as coleções reais: ambas apresentam em seus palcos memórias contidas em objetos: ambas procuram afastar a morte construindo fortalezas de lembrança e permanência”. (BLOM, 2002, p.211)

Tem gente que coleciona embalagens vazias, tem gente que coleciona lembranças. Alguns preferem objetos raros, cujo valor monetário nem pode ser medido, outros colecionam, muitas vezes mesmo sem sentir-se um verdadeiro colecionador, histórias de vida, relatos da própria experiência ou da experiência de outras pessoas, cujas histórias são compartilhadas, transmitidas, reinterpretadas e que, ao serem reproduzidas, estão simplesmente organizando o mundo em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o começo desta pesquisa duas preocupações estavam muito presentes: o tempo e a morte, o que gerou uma certa ansiedade ao longo do trabalho de campo. O grande receio era o de que não houvesse tempo suficiente para empreender a busca pelos documentos e registrar as lembranças das dez testemunhas, sobretudo das mais idosas, o coronel Renato Guimarães, o soldado Victor Bogo e o repórter Saulo Gomes, nenhum residente no Rio de Janeiro, o que exigiu viagens aos estados de São Paulo e Paraná. Uma solução para vencer a distância e a agenda apertada de um dos testemunhantes, foi a entrevista por *Skype*. Estávamos trabalhando com uma memória recente e, portanto, viva nas lembranças dos nossos recordadores e era necessário nos assegurarmos de que teríamos o tempo necessário para registrá-las. Lamentavelmente perdemos em outubro de 2014 Manuel Renato Balbé Moreira e em maio de 2015 Victor Bogo.

Acreditamos que, a partir dos relatos dos nossos recordadores conseguimos nos aproximar de uma das indagações feitas no começo da pesquisa: a experiência do sujeito que testemunha fatos do passado e que é consequência de um esforço consciente de rememoração, consegue chegar ao presente de forma integral ou, ao contrário, ela se dissolve com o tempo até não restar nada além do que uma simples narrativa, com novos elementos incorporados?

Observamos que as lembranças de quem era criança por ocasião dos acontecimentos em Deodoro carregam uma intensidade emocional e uma nitidez narrativa que as diferenciam das lembranças dos adultos, mesmo que algumas cheguem ao presente, confundidas com as lembranças de outras pessoas do seu grupo social. Os jovens adultos da época, hoje com mais de 70, 80 e 90 anos, transformaram suas experiências em narrativas mais organizadas e compreensíveis, embora tragam igualmente a dramaticidade dos acontecimentos. Em ambos os casos, essas lembranças individuais foram incorporando os aspectos biográficos de cada um dos testemunhantes, mudando com as experiências do presente.

Como explica Halbwachs, as novas imagens das nossas lembranças vão recobrando as antigas, mesmo que os grupos sociais a que pertencemos, mudem ao longo do tempo. No momento em que os nossos recordadores exercitam a memória, eles também esquecem ou acrescentam outros detalhes ao que é lembrado. Isto porque, estamos sempre na perspectiva de um olhar do presente sobre fatos passados, portanto, a nossa leitura sempre será diferente, embora possamos guardar aspectos irremovíveis

daquilo que vivemos. Halbwachs toma como base da sua argumentação teórica, a ideia de que “é impossível que duas pessoas que presenciaram um mesmo fato o reproduzam com traços idênticos quando o descrevem algum tempo depois”. (HALBWACHS, 2006, p. 96).

No processo organizacional desta pesquisa, entendemos que era importante localizarmos inicialmente o lugar de memória dos acontecimentos, a partir de uma abordagem atual para encontrarmos o nosso objeto, ou seja, as testemunhas. Partimos de um *fait divers*, uma notícia sobre a disputa por uma área considerada de interesse ambiental no subúrbio carioca, onde os governos Federal e Estadual tinham e ainda tem interesse em construir o Autódromo Internacional do Rio de Janeiro, passando por uma tragédia familiar em que um jovem soldado do Exército morreu vitimado por uma granada em um exercício militar em junho de 2012, até chegarmos ao primeiro questionamento que nos moveu no início do trabalho de campo: as instituições de poder desconheciam o histórico de acontecimentos trágicos daquela área em disputa? Com esta questão dada, fomos buscar as testemunhas que localizamos a partir dos comentários do blog Hoje na História, do Jornal do Brasil. Interessante percebermos que quase todos os entrevistados desta pesquisa não tinham postagens no blog e chegamos a eles por intermédio de comentários de amigos ou parentes, exceção a Normando Vasconcelos Mendonça, o único dos recordadores que colocou suas impressões no blog.

Ao entendermos o que estava acontecendo no presente com uma área que tinha um passado tão trágico, era fundamental descobrirmos como aquelas terras e todos os bairros que a circundam, foram transformadas de área rural em ambiente quase que exclusivamente militar e como os bairros do entorno foram crescendo e a população se adensando, estreitando o perímetro de segurança que separa as áreas militares das áreas civis.

À proporção em que nós nos aprofundávamos na pesquisa de campo, íamos descobrindo indícios, rastros e entrelaçamentos de outras questões com as quais não esperávamos nos deparar e todas elas, descobrimos depois, tinham uma relação direta com os acontecimentos em Deodoro. Neste ponto da pesquisa, já havíamos identificado três grandes explosões, com um espaço de dez anos entre a primeira e a segunda e dois meses apenas entre a segunda e a terceira. Ficamos surpresos com a descoberta de que, das três explosões, duas tiveram sérios desdobramentos políticos que refletiam os momentos pelos quais o Brasil passava no final dos anos 1940 e 1950.

As informações encontradas nos jornais dos períodos pesquisados foram confrontadas com os relatos dos nossos recordadores e identificamos que, em alguns dos testemunhantes, havia uma descrença com as notícias publicadas. Isto ficou mais evidenciado na família do tenente Antônio Guimarães, acusado de ter sido o responsável pelas explosões de 1958 e cujos filhos entrevistados nunca acreditaram no noticiário, como bem explicou Jair Martins Guimarães: “nada foi verdadeiro, porque se você parte de uma coisa que não é verdadeira, o restante também deixa de ser”. No caso da acusação do pai, cuja foto foi publicada nos jornais, ele não vê como apenas um exagero, mas “uma mentira total”. (GUIMARÃES, Jair, 2014).

Quando chegamos a este universo de histórias dramáticas, o contato com os nossos narradores, de certa maneira, fez emergir uma avalanche de recordações traumáticas, que mexeram com sentimentos profundos de medo, dor, vergonha e incompreensão dos fatos, mas também de orgulho pessoal e do dever cumprido. Era necessário, portanto, buscarmos embasamento teórico para as questões da lembrança e do esquecimento nos pensadores da memória social, e à proporção que avançávamos, fomos acrescentando aos autores clássicos como Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Walter Benjamin, Pierre Nora e Michael Pollak, outros igualmente importantes, como Jeanne-Marie Gagnebin, David Lowenthal, Henry Ruosso, Alessandro Portelli, Beatriz Sarlo e Aleida Assmann.

Para alguns recordadores desta pesquisa, trabalhar com a experiência traumática revelou verdades nunca antes imaginadas, como é o caso de Iasodara Guimarães que passou toda a vida tentando esquecer o que tinha vivido e, ao deparar-se com as lembranças que sempre procurou esquecer, descobre um pouco das suas angústias do presente. Para outros testemunhantes, as rememorações transformaram-se em narrativas compartilhadas, reproduzidas e ressignificadas, como é o caso do coronel Renato Guimarães, do soldado Victor Bogo e do repórter Saulo Gomes.

Como sabíamos tratar-se de acontecimentos em área militar, tínhamos a certeza das dificuldades que encontraríamos na busca pela documentação, principalmente a relacionada aos Inquéritos Policiais Militares que não foram ainda localizados, nem os documentos relativos às prisões do tenente Guimarães. Mesmo assim, conseguimos encontrar alguns poucos documentos com informações que não estavam nas edições dos jornais pesquisados. No final do trabalho de campo, conseguimos produzir um único documento oficial, uma resposta negativa a uma tentativa de acesso aos arquivos do Depósito Central de Munição do Exército.

Se os processos de rememoração são construções coletivas, os relatos analisados no blog Hoje na História do Jornal do Brasil, sob o ponto de vista de uma coleção, são parte importante da biografia desses homens e mulheres que jamais esqueceram seus dramas particulares. É, portanto, neste espaço virtual que eles encontraram a possibilidade de compartilhar experiências significativas, criando uma identificação que os aproximam uns dos outros e de um passado do qual nunca mais tinham ouvido falar.

Consideramos estes relatos colecionáveis do blog, fundamentais para a localização dos nossos recordadores e para o entendimento, embora limitado, dos acontecimentos e das consequências decorrentes das três explosões nas terras de Camboatá. A força da evocação contida em cada um dos relatos, tanto no blog, quanto nas lembranças dos nossos recordadores fez emergir a memória de um lugar, trazendo à tona dramas pessoais e coletivos e reafirmando a vontade de cada um que viveu a experiência das explosões, a de que os acontecimentos nas terras de Camboatá, subúrbio do Rio de Janeiro, não sejam esquecidos.

REFERÊNCIAS

LIVROS, ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP – Instituto Municipal Pereira Passos, 2008.

_____. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Vol. XIV. Porto, 1988, pp.77-97.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALBERTI, Verena. Obras coletivas de história oral. **Tempo – Revista do Depto. de História da UFF**, Rio de Janeiro, v.2, no 3, p.206-219, jun. 1997.

_____. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. 1996. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6767/869.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

ALMEIDA, Felipe Peçanha de. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. **Cadernos MAPA n. 6**. Memória da Administração Pública Brasileira, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2013.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS-MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2006. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-6YCH3R/disserta__o_de_ros_ngela_pereira_de_abreu_assun__o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 fev. 2014.

AZEVEDO NETO, Joaquim Melo. Lima Barreto e os suburbanos: o cotidiano traçado em linhas afetivas. **Revista de Literatura, História e Memória**, vol. 7, no 10. 2011. Disponível em:
<<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/5152-22693-4-PB.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BASTOS, Romeu Costa Ribeiro; ROCHA Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. Os militares e a ordem constitucional republicana: de 1898 a 1964. **Revista do Programa de Mestrado de Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 31-53, jul./dez. 2004.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Rio de Janeiro: Todos os Santos, 1922. Disponível em:<http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/claradosanjos.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BATISTA, Eraldo Leme; LIMA, Marcos Roberto. Trabalho, educação e hegemonia nos anos 1930 e 1940 no Brasil: análise a partir do IDORT. **Revista HISTDBR on-line**. Campinas, número especial. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art08_38e.pdf. Acesso em: 22 abr. 2014.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann Tropical**: a renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Secretaria Municipal de Cultura e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Rio de Janeiro, 1990.

BELCHIOR, Pedro. **Tristes subúrbios**: literatura, cidade e memória em Lima Barreto. Programa de Pós-Graduação em História, 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1444.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O colecionador. In: _____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 237-246

_____. Obras escolhidas II. **Rua de mão única**. 6ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2011.

_____. Obras escolhidas III. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. 4ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2011.

_____. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Memória e Vida**: textos escolhidos por Gilles Deleuze. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BLOM, Philipp. **Ter e manter**: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BESPALHOK, Flávia Lúcia Bazan. **A prática da reportagem radiofônica na Emissora Continental do Rio de Janeiro**. 2006. Dissertação (Mestrado)–Programa de

Pós Graduação em Comunicação Midiática, Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2006. Disponível em:

<http://www4.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos_Comunicacao/pdfs/fla_bespalhok.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Saulo Gomes, o repórter que queria gravar a própria morte**. 2008.

Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/Saulo%20Gomes.pdf>>. Acesso em 5 jan. 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 17ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** (A era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas**. 2010. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1236.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

CARTA de Pero Vaz Caminha, 1500. Disponível em:

<<http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

CASADAI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico** n.108 – maio de 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CIVALI, Leonardo. **O Rio de Janeiro de 1860 a 1930: a construção do discurso sobre o progresso, civilização e modernidade e o controle do território**. 2012. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Leonardo-Civale.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

COIMBRA, Carlos Alberto. A arte da memória e o método científico: da memória artificial à inteligência artificial. **Estudos Históricos**. 1989. Rio de Janeiro. 1989.

Disponível em:

<[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/2271-3750-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/2271-3750-1-PB%20(4).pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DICIONARIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. 1984. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/como.>> Acesso em: 16 mar. 2014.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. Tese (Doutorado)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. Disponível em:
<http://teses.ufrj.br/ECO_D/VeraLuciaDoyleDodebei.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2014.

_____. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Teresa; MORAES, Nilson (Orgs.). **Memória e construção de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59-66.

_____; REGINA Abreu (Orgs.). **E o patrimônio?** Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2008.

ECKERT, Cornélia. **Memória e Trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão**. (La Grand-Combe, França). Curitiba: Appris, 2012.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

_____; Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço urbano do Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**. Barcelona, ago 2006. Disponível em:
<<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-27.htm>> Acesso em: 20 out. 2014.

FERREIRA JÚNIOR, Alcemar. **A Fênix Imperial, o Exército Brasileiro nas décadas de 1850 e 1860**. 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0033.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

FERREIRA, Raquel França dos Santos. **Uma história da campanha nacional da aviação (1940-1949): o Brasil em busca do seu Brevê**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a5.pdf>>.
Acesso em: 22 abr. 2014.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/5853/4204>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

FREITAG, Vanessa. **Memórias de infância: possibilidades e vivências no processo criativo docente**. 2008. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43335>>. Acesso em: 7 jun. 2013.

FRIDMAN, Fania. As propriedades públicas no Rio de Janeiro. **America Latina en la Historia Económica**. Mexico, v. 7, p. 49-71, jan./jun. 1998. Disponível em: <<http://nc->

moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/as_propriedades_publicas_rio_janeiro.pdf>.
Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Os donos do Rio em nome do Rei.** 2008. Disponível em:
<<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/348/324>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII.** 2008. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_8/fania_st8.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar, Escrever, Esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. **História e Narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **O trabalho de rememoração de Penélope: memória e esquecimento em Walter Benjamin.** 2014. Palestra realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 21 mar. 2014.

GOMES, Ângela de Castro Gomes (Org.). **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol I, no 2. 1999. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf> Acesso em: 20 fev. 2014.

GOMES, Fabrício Augusto Souza. **Conspirações em Botafogo sob a sombra das palmeiras: O ISEB, os militares e a imprensa.** 2011. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/fabriciosgomes/dissertao-de-mestrado-em-histria-unirio-fabricio-gomes>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social.** Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. **Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil.** 2006. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17025/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20Adriana%20Holl%C3%B3s.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JONCEW, Consuelo Chaves. A participação das fontes formais na qualificação da notícia. Escola de Ciência da Informação. 2005. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-6KHHF9/doutorado___consuelo_chaves_joncow.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 mar. 2014.

KLEIMAN, Mauro. **De Getúlio a Lacerda:** um rio de obras transforma a cidade do Rio de Janeiro. As obras públicas de infraestrutura urbana na construção do novo Rio no período 1938-65. 1994. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/354/330>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Unicamp, 1992.

_____. Documento/Monumento. In: _____. **Memória e História.** Campinas: Unicamp, 1994.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. **Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro:** clientelismo ou o coronel e o caso das bicas d'água no Mendanha. 2007. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <<http://www.lppbuenosaires.net/ppfh/documentos/teses/nelsonricardocoronelismo.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto de História.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo: 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda:** formação, participação e engajamento na luta armada (1961-1974). 2009. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/WILMA_ANTUNES_MACIEL%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/WILMA_ANTUNES_MACIEL%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. **Entre terra e mar:** história e política na narrativa oficial das forças armadas: os casos do Exército e da Marinha. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1753>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. Internacional: Espírito do colecionismo: ciência, cultura e arte. **Episteme,** Porto Alegre, 2005.

MARROU, Henri-Irénée. De la connaissance historique. Paris, Éditions du Seuil, 1954. **Revue d'histoire de l'Amérique française**, vol. 8, n° 3, 1954, p. 435-441. Disponível em: <<http://nelson.cen.umontreal.ca/revue/haf/1954/v8/n3/301669ar.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

MARTINS, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio, vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo**. São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. Hucitec, 1992. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=HU_tuDNSvccC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 7 jan. 2014.

MATTOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte**: problemas e métodos. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395/1286>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, n. 47, 2004. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 jan. 2014.

MEDEIROS, Maristela Turl. **Do sertão à zona rural**: que sertão? 2009. Dissertação (Mestrado)–Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <<http://www.lpp-buenosaires.net/ppfh/documentos/teses/maristelaturlmedeiros.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MESQUITA, Zilá; SILVA, Valéria Pereira. **Lugar e imagem**: desvelando significados. 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2226/1365>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1670/167013390013.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

NAMER, Gérard. **Mémoire et Société**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

NIESTZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. 2ª ed. São Paulo: Escala, 2007.

_____. Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003. Disponível em: <<https://revistasofosunirio.files.wordpress.com/2012/03/segunda-consideracao-intempestiva.pdf>> Acesso em: 22 jan 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, SP, 1981.

_____. Memória: da liberdade à tirania. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Instituto Brasileiro de Museus. Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Alecsandra Matias de. **Poética da memória**: Maria Bonomi e Epopéia Paulista. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Artes Visuais da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo – ECA-USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/602634.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

OLIVEIRA, Denílson d. [et al]. **A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial**: estudos e pesquisas. Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/livro_final.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2014.

OLIVEIRA, Marcus Ribeiro de. A ideologia anticomunista no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, p. 185-188. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200019>. Acesso em: 10 jan. 2014.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A vigilância do DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil década de 50) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Nilo%20Dias%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. O governo de Juscelino Kubitschek e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas 1956-1960. **Antíteses**, v. 4, n. 7, p. 267-289. São Paulo, jan. /jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/4750/8846>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEDROZA, Fernando Velôzo Gomes; CODEÇO, Vanessa Ferreira Sá; SILVA, Márcio Felipe Almeida. I Seminário de História da Guerra da Tríplice Aliança. 2011. Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Rio de Janeiro, **Anais...** 2011.

Disponível em <<http://www.dac.ensino.eb.br/cephimex/docs/Anais-ISEminariodaHistoriadaGuerradaTripliceAlianca.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. **A evolução habitacional urbana na cidade do Rio de Janeiro**. 2001. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/14415/14415.PDF>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

PEREIRA, Valter Pires; MARVILLA, Miguel. (Orgs.). **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo**. Espírito Santo: Flor&Cultura. 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/eternas.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica. **Revista História em Reflexão**: Vol. 5 n. 10. UFGD, Dourados, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300671784_ARQUIVO_OanticomunismoeaesquerdamilitarnoBrasilumaanalisehistoriografica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PIMENTEL, Márcia. Deodoro, bairro de militares e modernismo monumental. **Multirio**. 6 ago. 2013. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=886&Itemid=115>. Acesso em: 15 dez. 2013.

PIMENTEL, Nilo Dias de. A animosidade dentro das Forças Armadas: vigilância e expurgo na caserna. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/1794-3706-2-PB.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000. Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2014.

PINTO, Thales. Primeira guerra árabe-israelense, 1948-1949. **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/primeira-guerra-Arabe-israelense-1948-1949.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, p. 220-212.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: GIL, Fernando. **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p.51-86

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**. Revista do Programa Pós-Graduados de História. São Paulo, 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103/8765>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Usos & Abusos da História Oral**. In: _____. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito e política, luto e senso comum. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PROUST, Marcel. **No caminho de Swann**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet**. São Paulo; Meridional, 2009.

RENDEIRO, Márcia Elisa Lipes Silveira; RIBEIRO, Leila Beatriz. As teias da memória em meio às redes sociais: Orkut e facebook, identidades e narrativas. **XXV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, 2011 Disponível em < file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/sbs2011_GT11_Marcia_Elisa_Rendeiro.pdf>. Acesso em: 25 jan 2015.

REZENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Campinas, SP: Unicamp, 1993.

REZENDE, Renato Arruda. **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados. Campo Grande. Dourados. 2006. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11>. Acesso em: 22 abr. 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Mídia e Historia: ambiguidades e paradoxos. **Revista ECO-Pós**. Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 5-10, 1999. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b2da7d98bc2eaf68a3608f5b0a1f4a2a.PDF>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. A mídia e seu lugar na história. **Lugar Comum**. Estudos de Mídia, Cultura e Democracia. Rio de Janeiro: CNPq/NEPCOM-ECO/URFJ, 2000. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113010121113A%20midia%20e%20o%20lugar%20na%20historia%20-%20Ana%20Paula%20Goulart%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro, a formação e o sentido de Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Leila Beatriz. **Narrativas informacionais: cinema e informação como invenções modernas**. 2005. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Uma vida iluminada: coleções e imagens narrativas. XII Encontro Regional de História. **Anpuh**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

<http://rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Leila%20Beatriz%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 8 dez.2014.

_____. RIBEIRO, Leila Beatriz; MACIEL, Fabio Osmar de Oliveira; COSTA, Sílvia Ramos Gomes. **Coleção e Memória**: a trajetória dos objetos a partir da análise fílmica. Intercom. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, 2010.

_____. RIBEIRO, Leila Beatriz; DODEBEI, Vera; ORRICO, Evelyn Goyannes. O tempo na narrativa fílmica: descrição de um processo memo-inoformacional. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Discriminação e intolerância**: os indesejáveis na seleção dos oficiais do Exército Brasileiro (1937-1946). 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1864/1641>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **As Confissões**. Vol 2. São Paulo: Atena Editora, 1952.

RUOSSO, Henry. O arquivo ou o indicio de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no 17, 1996.

_____. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v.1, n.1, 2009.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A cidade esta chegando: expansão urbana da Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). **Revista Critica Histórica**. Ano II, No 3. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/93/a_cidade_esta_chegando.pdf >. Acesso em: 17 abr. 2014.

_____. **A desrularização da cidade do Rio de Janeiro de fins do século XIX**: artigo científico. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN14Leonardosantos.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. **A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX**: um passeio pela literatura: 2000. Disponível em: <<http://chaourbano.com.br/adm/revistas/arquivosArtigos/artigo50.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: Editora UFMG: Companhia das Letras, 2007.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SILVA, Heber Ricardo da. A democracia ameaçada: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). **Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, no 39. 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia06/txto06.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2014.

SILVA, Lúcia. **Os reformadores sociais na década de 20**: alguns aspectos da atuação da engenharia na cidade do Rio de Janeiro. 1994. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/350/326>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SOUSA, Márcia Cristina da Silva (Marcia Bessa). **Entre achados e perdidos**: colecionando memórias dos palácios cinematográficos da cidade do Rio de Janeiro. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

SVARTAMN, Eduardo Munhoz. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. **Revista Brasileira de História**. Vol 32, no 63. São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882012000100013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TAVARES, Tânia dos Santos. Populismo e Trabalhismo, uma breve reflexão. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338517495_ARQUIVO_ULTIMAVERSAODOTEXTOANPUH.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da pátria, homens pelo progresso**: o Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902). 2009. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/Rosane%20dos%20Santos%20Torres%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/Rosane%20dos%20Santos%20Torres%20(1).pdf). Acesso em: 15 jan. 2014.

VARGAS, Emiliana. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89631/262173.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

VIANA, Claudios Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar de Realengo**. 2010. Dissertação (Mestrado)–Centro de Pesquisa e

Documentação de História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6661/CPDOC2010ClaudiusGomesde%20AViana.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 6 set. 2013.

VIANA, Rafael. O Congresso Anarquista de 1948 e o Anarquismo no Rio de Janeiro após a ditadura do Estado Novo. **Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa**. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em:
<http://marquesdacosta.files.wordpress.com/2011/12/emece_9.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2014.

VIEIRA, Vera Lúcia. **O intricado universo dos sistemas de segurança nacional a partir da segunda metade do século XX no Brasil**. 2009. Disponível em:
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia01/txto01.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

VIEIRA, Willian de Souza. Memória, identidade, cultura e movimentos sociais na zona oeste carioca. 2011. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Disponível em:
<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308245880_ARQUIVO_TextoCONLAB.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2014.

WEID, Elisabeth Von der. **O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro**. 2001. Disponível em:
<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_ElisabethvonderWeid_Bonde_elemento_expansao_RiodeJaneiro.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

YATES, Francis. **A arte da memória**. São Paulo: Unicamp, 2007.

MATÉRIAS DE JORNAIS E REVISTAS

ABDALA, Vitor. Obras do Complexo Esportivo de Deodoro custarão R\$ 804 milhões. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 17 abr. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/obras-do-complexo-esportivo-de-deodoro-custarao-r-804-milhoes>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

O AFASTAMENTO dos militares comunistas: vai ser apressado na câmara o andamento do projeto, em consequência da explosão em Deodoro. **Correio da Manhã**. Edição 16894. 16 abr. 1948. p. 3. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=correio%20da%20manh%C3%A3>. Acesso em: 30 out. 2013.

AINDA desconhecidas as causas da catástrofe em Deodoro. O valioso depoimento do encarregado da seção de desmontagem dos projéteis. Testemunha ocular dos acontecimentos. **Jornal do Brasil**. Edição 91. Rio de Janeiro, 20 abr. 1948, p. 10. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=>>. Acesso em: 30 out. 2013.

AINDA o sinistro de Deodoro. Prossegue o inquérito em torno da catástrofe. O diretor de Material Bélico dirige-se aos subordinados em Ordem do Dia. Missa por alma dos que pereceram na Vila Militar. Condolências do Tribunal de Contas. **Jornal do Brasil**. Edição 94. Rio de Janeiro, 25 abr. 1948, p. 6. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=%3E>. Acesso em: 30 out. 2013.

AINDA a catástrofe de Deodoro. Elogiada pelo Ministro da Guerra a tropa da 1ª Região na pessoa do seu comandante. **Jornal do Brasil**. Edição 101. Rio de Janeiro, 1 maio 1948, p. 9. Disponível em: Acesso em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=%3E>. Acesso em: 30 out. 2013.

AINDA há muito perigo em Deodoro: estão retirando granadas não explodidas. **Jornal do Brasil**. Edição 184. 1º Caderno. Rio de Janeiro, 6 ago. 1958, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&pasta=ano%20195&pesq=%3E>. Acesso em: 30 out. 2013.

ALCANTARA, Norma S; CHAPARRO, Manuel Carlos; GARCIA, Wilson. Fonte e jornalistas, razões de ser e agir. **Observatório da Imprensa**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/fontes_e_jornalistas_razoes_de_ser_e_agir>. Acesso em: 30 mar. 2014.

ALMEIDA, Henrique. Autódromo só será construído após garantia de segurança. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 2 maio 2013. Disponível em:

<<http://www.jb.com.br/esportes/noticias/2013/05/02/autodromo-so-sera-construido-apos-garantia-de-seguranca/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

AMORIM, Ana Paula. 1958: explosão em Deodoro. **Jornal do Brasil**. Blog Hoje na História. 2 ago. 2008. Disponível em:

<<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=949>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

AUTÓDROMO: Eduardo Paes considera a ação do MP desnecessária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 out. 2012. Disponível em:

<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/10/29/autodromo-eduardo-paes-considera-acao-do-mp-desnecessaria/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

AVOLUMA-SE a crença de que teve origem criminoso a explosão de Deodoro. Bombeiros e soldados do Exército ainda empenhados na tarefa de procurar corpos de pessoas desaparecidas. **Jornal do Brasil**. Edição 90. Rio de Janeiro. 18 abr. 1948, p. 7. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=>>. Acesso em: 10 out. 2013.

BASTOS, Isabela. Autódromo de Deodoro é alvo de polêmica. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 18 abr. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/autodromo-de-deodoro-alvo-de-polemica-4684384>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CANDIDA, Simone. Terreno do novo autódromo não é minado, diz Ministro do Esporte. **O GLOBO**. 20 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/terreno-do-novo-autodromo-nao-minado-diz-ministerio-do-esporte-5534491?service=print>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CASTELLAR, Michel. Terreno do novo autódromo ainda tem artefatos explosivos. Lancenet. Rio de Janeiro, 12 nov 2014. Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/minuto/Terreno-autodromo-bombas_0_1246675511.html>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CENTRAL às escuras e trens parados: cabo caiu. **Jornal do Brasil**. Edição 179, 2º Caderno. Rio de Janeiro, 3 e 4 ago. 1958, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&pasta=ano%20195&pesq=%3E>. Acesso em: 30 out. 2013.

CONDOLÊNCIAS às famílias enlutadas pela catástrofe de Deodoro e solidariedade ao governo e ao Exército nacional. **Jornal do Brasil**. Edição 100. Rio de Janeiro, 30 abr. 1948, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&PagFis=52614&Pesq=>>>. Acesso em: 30 out. 2013.

CONTINUAM as explosões: mais 72 horas de perigo. **Jornal do Brasil**. Edição 179. Rio de Janeiro, 3-4 ago. 1958. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&pasta=ano%20195&pesq=>>. Acesso em: 10 out. 2013.

CONSTRUÇÃO do novo autódromo do Rio é cancelada. Governo suspendeu a confecção dos projetos e de todas as obras relativas à nova pista carioca. **Diário Catarinense**. 11 nov 2014. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/esportes/noticia/2014/11/construcao-do-novo-autodromo-internacional-do-rio-e-cancelada-4640311.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

COSTA, Ana Cláudia; RABELO, Paulo. Três dos dez feridos em explosão em Deodoro estão em estado grave. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 21 jan. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/tres-de-dez-feridos-em-explosao-em-deodoro-estao-em-estado-grave-5273366>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

ELIZARDO Marcelo. Exército diz que falha em cálculo de explosão causou danos em casas. **G1. O GLOBO**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/02/exercito-diz-que-falha-em-calculo-de-explosao-causou-danos-em-casas.html>>. Acesso em: 12 fev 2015.

ESTADO só licitará autódromo de Deodoro após garantia de descontaminação do terreno. **O GLOBO**. 2 maio 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/estado-so-licitara-autodromo-de-deodoro-apos-garantia-de-descontaminacao-do-terreno-8265984?service=print>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

ESTARÁ concluído até o fim do mês o inquérito sobre explosões: general Pradel. **Jornal do Brasil**, Edição 178. 1º caderno. Rio de Janeiro, 10 ago. 1958, p.7. Disponível

em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&PagFis=90806&Pesq=>. Acesso em: 10 out. 2013.

EXPLICAÇÕES do líder da maioria sobre a ação as autoridades no caso da agressão a um jornalista. Pensão para as famílias dos mortos na explosão de Deodoro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 abr. 1948, p. 6. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2013.

EXPLODIRAM os paióis de Deodoro. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 2 ago. 1958. Edição Matutina, Geral, p. 1-7-10. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019580802>>. Acesso em: 15 out. 2013.

EXPLODIU um depósito de granadas em Deodoro. **Correio da Manhã**. Edição 16894. Rio de Janeiro, 16 abr. 1948, p. 5. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 12 out. 2013.

EXPLOSÃO em área militar assusta moradores da Zona Oeste. Acidente aconteceu durante trabalho de programa de detonação de explosivos falhos. **Notícias r7**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/explosao-em-area-militar-assusta-moradores-na-zona-oeste-do-rio-12022015.>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

A EXPLOSÃO de Deodoro e as atividades de elementos do extinto PCB. **Correio da Manhã**. Edição 16902. Rio de Janeiro, 25 abr. 1948, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&PagFis=52614&Pesq=>. Acesso em: 30 out. 2013.

EXPLOSÃO dispersou famílias em todo o subúrbio. **Jornal do Brasil**. Edição 179. 2º Caderno. Rio de Janeiro, 3 e 4 ago. 1958, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&pasta=ano%20195&pesq=%3E.>. Acesso em: 30 out. 2013.

EXPLOSIVOS no caminho do novo autódromo do Rio. **Rádio CBN**. Rio de Janeiro. 30 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ptxygnku2mM>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FERNANDES, Leticia. Autódromo em Deodoro ameaça a floresta local. **O GLOBO**. <<http://oglobo.globo.com/rio/autodromo-em-deodoro-ameaca-floresta-local-8660772?service=print>>. Acesso em: 25 abril 2014.

FIGUEIREDO, Diana. Moradores relatam explosões em área militar no Rio de Janeiro. **Jornal Extra**. Disponível em: ><http://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-relatam-explosoes-em-area-militar-no-rio-de-janeiro-15318704.html><. Acesso em: 06 abr. 2015..

FOI SABOTAGEM? **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 17 abr. 1948. p. 8. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019480417>>. Acesso em: 10 set. 2013.

FOI pelos ares o paiol de pólvora de Deodoro. **Diário de Notícias**. 3 ago 1958.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=>. Acesso em: 8 ago. 2014.

FÓRUM Esporte, 2013. Disponível em: <http://forum.esporte.uol.com.br/risco-toxico-e-dano-ambiental-podem-atrasar-descontaminacao-de-deodoro_t_2525169.>. Acesso em: 25 set. 2013.

GERBASE, Fabíola. Palco dos jogos, Deodoro ganha atenção após anos de abandono. **O GLOBO**. 5 maio 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/palco-dos-jogos-deodoro-ganha-atencao-apos-anos-de-abandono-8294725?service=print>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

_____; MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Novo autódromo só sai se exército retirar explosivos, garante governo. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 2 maio 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/novo-autodromo-so-sai-se-exercito-retirar-explosivos-garante-governo-8266143.>>. Acesso em: 25 set. 2013.

HÁ suspeita de sabotagem nas explosões de Deodoro. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 7 out. 1958. p. 1-2. Disponível em:

<<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019581007>>. Acesso: 15 out. 2013.

INICIADO o inquérito militar em torno da explosão de Deodoro. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 19 abr. 1948, p. Disponível em:

<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019480419C&edicao=Matutina>>. Acesso em: 15 out. 2013.

JÁ que o paiol continua em Deodoro, mudam-se os que moravam em casas populares.

Jornal do Brasil, Edição 180. 1º caderno. Rio de Janeiro, 5 ago. 1958, p. 7. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&PagFis=90806&Pesq=>. Acesso em: 8 out. 2013.

JUSTIÇA manda suspender licenciamento ambiental e obras para criar autódromo.

Jornal do Brasil. 11 jan. 2013. Disponível em:

<<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/01/11/justica-manda-suspender-licenciamento-ambiental-e-obras-para-criar-autodromo/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

JUSTIÇA mantém suspensão das obras do autódromo de Deodoro. **O GLOBO**. 28 ago. 2013<<http://oglobo.globo.com/rio/justica-mantem-suspensao-das-obras-do-autodromo-de-deodoro-9710691>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

LEAL, Luciana Nunes; WERNECK, Felipe; LIMA, Daniel. Zona oeste do Rio cresce e zona sul perde moradores. **O Estado de São Paulo**. 1 julho 2012. Disponível em:<<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,zona-oeste-do-rio-cresce-e-zona-sul-perde-moradores-revela-censo,739327>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

LEITE, Renata. Obras para as Olimpíadas sequer começaram em Deodoro. **O GLOBO**. 4 dez. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/obras-para-as-olimpiadas-sequer-comecaram-em-deodoro-10961457?service=print>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

LEONI, Fabíola. Alunos do Exército suspeitam que fogueira causou explosão em Deodoro. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/alunos-do-exercito-suspeitam-que-fogueira-causou-explosao-em-deodoro-5326768>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Inauguração do Autódromo de Deodoro ainda é uma incógnita. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 2 set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/inauguracao-do-autodromo-de-deodoro-ainda-uma-incognita-9781220>>. Acesso em: 23 jan. de 2014.

_____. Autódromo poderá ficar ao lado de área minada. **O GLOBO**. 2 maio 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/autodromo-podera-ficar-ao-lado-de-area-minada-8263017>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

_____; CANDIDA, Simone. Terreno escolhido para novo autódromo era campo de instrução até como minas. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 19 jul. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/terreno-escolhido-para-novo-autodromo-era-campo-de-instrucao-ate-com-minas-5518300>>. Acesso em: 24 set. 2013.

MANIFESTAÇÕES em torno da explosão em Deodoro. **Correio da Manhã**. Edição 16895. 17 abr. 1948, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=>>. Acesso em: 12 out. 2013.

MOTA, Cláudia; BREVES, Livia. MP apura risco ambiental do novo autódromo. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 28 maio 2012. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=autodromo+de+deodoro>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

NÃO AFETA a segurança do país o sinistro de Deodoro. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 4 ago. 1958. p. 1. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019580804C&edicao=Matutina>> Acesso em: 15 out. 2013.

NÃO era militar o homem que morreu perto do paiol da Vila Militar em Deodoro. **Jornal do Brasil**, Edição 236. 1º Caderno. Rio de Janeiro, 9 out. 1958, p.11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&PagFis=90806&Pesq=>>. Acesso em: 10 out. 2013.

NASSER, David. A catástrofe de Deodoro. Sabotagem? **Revista O Cruzeiro**. Edição de 1º de maio de 1948.

NECESSITA o governo dos instrumentos legais para a severa punição dos atos de natureza subversiva. Em mensagem ao congresso, o presidente da República encarece a

urgência de exame e deliberação sobre a matéria. **Correio da Manhã**. Edição 16.901. 24 abr. 1948. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 12 out. 2013.

NEVES, Ernesto. Terreno minado. **Revista Veja**. Rio de Janeiro. 6 mar. 2013 Disponível em: <<http://vejario.abril.com.br/edicao-da-semana/deodoro-briga-735073.shtml>> Acesso em: 01 set. 2014.

MP entra na Justiça contra novo autódromo em Deodoro. **O GLOBO**. 27 ago. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mp-entra-na-justica-contra-novo-autodromo-em-deodoro-6550417?service=print>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

NINGUÉM crê em bola de fogo lançada de avião nos paióis. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 4 ago. 1958. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019580804C&edicao=Matutina>> Acesso em: 15 out. 2013.

NOMES das vítimas das explosões. **Diário de Notícias**. 4 ago 1958. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=>. Acesso em: 8 ago. 2014.

O NÚMERO exato das vítimas. **O GLOBO**. Edição Vespertina, Geral. Rio de Janeiro, 16 abr. 1948. p. 1. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019480416C&edicao=Vespertina>> Acesso em: 15 out. 2013.

OBRA de sabotadores, admite o ministro da Guerra: seria arrasada a Vila Militar. Num rápido encontro, às primeiras horas de hoje, com o ministro da Guerra, S. Ex., abordado pelo O Globo, declarou admitir, de fato, que a catástrofe de Deodoro haja sido o resultado de uma monstruosa sabotagem. **O GLOBO**. Edição Vespertina, Geral. 16 abr. 1948. p. 5. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019480416C&edicao=Vespertina>>. Acesso em: 15. out. 2013.

PAIÓIS de Deodoro: mudança. **Jornal do Brasil**, 1º Caderno. Edição 237. Rio de Janeiro, 10 out. 1958, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&PagFis=0&Pesq=7>. Acesso em 10 out. 2013.

PÂNICO e morte na trágica repetição de explosões nos paióis de Deodoro... **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 3 out. 1958. p. 6. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019581003>>. Acesso em: 15 out. 2013.

PELOS ares um paiol de pólvora em Deodoro. **Jornal do Brasil**. Edição 178. Rio de Janeiro, 2 ago. 1958, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&PagFis=0&Pesq=7>. Acesso em: 10 out. 2013.

A POLÍCIA tem em mãos elementos que robustecem as suspeitas de ato criminoso: desespero no local da catástrofe. Prossegue entre cenas lancinantes a procura dos corpos entre os escombros. Peritos do Exército e do Departamento de Segurança colhem material para o laudo. **Correio da Manhã**. Edição 16.895. Rio de Janeiro, 17 abr. 1948, p. 12. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2013.

PROSSEGUE no Exército a apuração das causas do sinistro nos paióis. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. 8 out. 1958, p. 6. Disponível em:

<<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019581008>>. Acesso em: 15 out. 2013.

REMOVIDAS espoletas e pólvoras para evitar novas explosões. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 5 ago. 1958, p.1. Disponível em:

<<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019580805>>. Acesso em 15. out. 2013.

REPERCUSSÃO da catástrofe ocorrida em Deodoro. Líderes dos diversos partidos políticos atribuem aos comunistas a responsabilidade pelos acontecimentos que enlutam a nação. **Jornal do Brasil**. Edição 89. Rio de Janeiro. 17 abr. 1948, p. 6.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2013.

RIO apresenta projeto de autódromo e já pensa em roubar F1. **Jornal do Brasil**. 9 nov. 2012. <http://www.jb.com.br/esportes/noticias/2012/11/09/rio-apresenta-projeto-de-autodromo-e-ja-pensa-em-roubar-f1/>. Acesso em: 20 abr. 2014.

SABOTAGEM a explosão em Deodoro, afirma o diretor do Depósito de Material Bélico. **Correio da Manhã**. Edição 16.896. 18 abr. 1948. p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=>. Acesso em: 12 out. 2013.

SABOTAGEM em Deodoro. **Jornal A Luta Democrática**. 21 out 1958. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/opini%C3%A3o>>. Acesso em: 22 set. 2014.

SABOTAGEM ou imprudência? **O GLOBO**. Edição Vespertina, Geral. 16 abr 1948.

p.1. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019480416C&edicao=Vespertina>> Acesso em: 15 out. 2013.

SERIA arrasada a Vila Militar. O heroísmo dos bombeiros evitou uma catástrofe de incalculáveis proporções. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 14. abr. 1948, p. 1-3. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019480416C&edicao=Matutina>>. Acesso em: 15 out. 2013.

SESSENTA dias depois Deodoro explode de novo. **Jornal do Brasil**, 1º Caderno. Edição 231. Rio de Janeiro, 3 out. 1958, p. 1-10. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&PagFis=0&Pesq7>. Acesso em: 10 out. 2013.

SIQUEIRA, Felipe. Risco tóxico e dano ambiental podem atrasar descontaminação de Deodoro. **O Globo**. Rio de Janeiro. 3 maio 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/motor/noticia/2013/05/risco-toxico-e-dano-ambiental-podem-parar-descontaminacao-de-deodoro.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

O SINISTRO de Deodoro não afetou a segurança do país. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 4 ago. 1958, p. 3. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019580804C&edicao=Matutina>>. Acesso em: 15 out. 2013.

O SINISTRO de Deodoro: a missa em ação de graças na igreja Bom Jesus da Penha. **Jornal do Brasil**. Edição 102. Rio de Janeiro, 4 maio 1948, p.8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=>>. Acesso em: 10 out. 2013.

SÓ a distância dá garantia absoluta contra explosões. **O GLOBO**. Edição Matutina, Geral. Rio de Janeiro, 6 ago. 1958, p.2. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019580806>>. Acesso em 15. out. 2013.

SOBRE a construção do novo autódromo internacional do Rio de Janeiro. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=10837>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

TEIXEIRA, Fábio. Justiça do Rio mantém decisão contra construção de novo autódromo. **O GLOBO**. 21 jul. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/justica-do-rio-mantem-decisao-contrucao-de-novo-autodromo-9651792?service=print 1/>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

TREMENDA a devastação em... **Diário de Notícias**. 3 ago 1958. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

VIOLENTA explosão no Depósito de Material Bélico, em Deodoro. Numerosos feridos entre a população civil daquela localidade, na sua maioria pertencentes a uma fábrica de tecidos existente a cerca de um quilometro do local do sinistro. **Jornal do Brasil**. Edição 88. 16 abr. 1948, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=>>. Acesso em: 10 out. 2013.

SITES, PORTAIS

ARMAZÉM DE DADOS. **Descrição e mapas da Área de Planejamento-5**. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoeMapadaAreadePlanejamento5.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

ARMADHA, Paiol em Chamas. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/Armahda?fref=photo>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BARATA, Carlos Alberto. 2009. Disponível em:

<http://www.ids.org.br/files/Cronologia_I.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Redemocratização e eleições de 1945.**

Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

IMPrensa OFICIAL. **União cede terreno para construção do novo autódromo internacional do Rio.** 12 nov. 2012. Disponível em:

<<http://www.ioerj.com.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1808>>. Acesso em: 8 jan 2014.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Disponível em: <<http://ipprio.rio.rj.gov.br/rio-em-sintese/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

INSTITUTO RIO. Disponível em:

<http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste>. Acesso em: 10 mar. 2015.>

MAPA DE CULTURA. **Parque Natural do Gericionó.** Secretaria de Estado de Cultura. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://mapadecultura.rj.gov.br/nilopolis/parque-natural-do-gericino/#prettyPhoto>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

NOVO MILÊNIO. **Impressões do Brasil no Século XX.** Disponível em

<<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g32b.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

PLATAFORMA Montanhas, Vales, Vida e Cidadania. Pelo desenvolvimento

sustentável em tempos de mudanças climáticas rumo a Rio +20. Disponível em:

<http://plataforma-montanhas.rio20.net/2013/03/11/floresta-pela-preservacao-da-floresta-de-deodoro/>. Acesso em: 01 set. 2014.

PORTAL Brasil. **Prefeitura conclui licitações do Complexo Esportivo de Deodoro.**

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2014/04/prefeitura-conclui-licitacoes-do-complexo-esportivo-de-deodoro>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

PORTAL GEO. **Bairros cariocas.** Disponível em:

<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm>. Acesso em: 17 abr. 2014.

_____. **Mapa digital da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível

em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mapa_digital_rio/?config=config/ipp/cadlog.xml>. Acesso em: 10 fev. 2014.

RABELLO, Sônia. Disponível em: <<http://www.soniarabello.com.br/category/temas-do-rio/autodromo-de-deodoro/>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

REDE Ambiente Participativo. Ministério Público. Disponível em: <<http://rap.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

SOS Floresta de Deodoro. Disponível em: <http://sosflorestadedeodoro.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 set. 2014.

ENTREVISTAS

BALBE, Manoel Renato. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Cidade Gaúcha, Paraná, 22 fev. 2014. 1 Arquivo. Mp3 (00:33 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

BOGO, Victor. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Cidade Gaúcha, Paraná, 22 fev. 2014. 7 arquivos. Mp3 (02:20 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

FERREIRA JUNIOR. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Rio de Janeiro, 30 out. 2014. Mp3 (17:39 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

GOMES, Saulo. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Rio de Janeiro, 4 maio. 2014. 3 Arquivos. Mp3 (01:37 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

GUIMARÃES, Iasodara Martins. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Rio de Janeiro, 22 set. 2014. 1 Arquivo. Mp3 (01:06:59 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

GUIMARÃES, Jair Martins. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Rio de Janeiro, 22 set. 2014. 1 Arquivo. Mp3 (01:19:30 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

GUIMARÃES, Leda Feijó. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Rio de Janeiro, 22 set. 2014. 1 Arquivo. Mp3 (01:19:30 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

GUIMARÃES, Renato. Entrevistador: Norma S. Nascimento. São Paulo, 30 nov. 2013. 2 Arquivos. Mp3 (01:47 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

MENDONÇA, Normando José Vasconcelos. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Rio de Janeiro, 12 mar. 2014. 2 Arquivos. Mp3 (30:55 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

SABBAG, Dulce Pulpo Guimarães. Entrevistador: Norma S. Nascimento. São Paulo, 30 nov. 2013. 1 Arquivo. Mp3 (00:51 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

SABAGG, Maurício Guimarães. Entrevistador: Entrevistador: Norma S. Nascimento. São Paulo, 30 nov. 2013. 1 Arquivo. Mp3 (00:27 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS.

SILVA, Lindaura Guimarães. Entrevistador: Norma S. Nascimento. Rio de Janeiro, 24 set. 2014. 1 Arquivo. Mp3 (01:06:00 min). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro: apagamentos e lembranças sobre um campo minado”. UNIRIO/PPGMS,

FONTES

ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Pronunciamentos na Câmara Municipal de Vereadores, 1948.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO. Decreto Federal no 45.030, de 4 de dezembro de 1958 transfere os paióis do Depósito Central de Munição do Exército em Deodoro para o município de Paracambi. 1958.

ARQUIVO NACIONAL, Agência Nacional, **Noticiário do Ministério da Guerra**, 2 de ago 1958, p. 158.

ARQUIVO NACIONAL, Agência Nacional. 3º turno. **Noticiário do Ministério da Guerra**. 19 set.1958, p. 447.

ARQUIVO NACIONAL Agência Nacional, 3º turno. Noticiário do Ministério da Guerra. **Esclarecimento sobre a explosão de Deodoro**. Nota do Gabinete do Ministro da Guerra. 4 out. 1958, p. 158.

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Guerra. Agência Nacional. 3º turno. **Noticiário do Ministério da Guerra**. 06 out.1958.

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Guerra. Agencia Nacional. 3º turno. **Noticiário do Ministério da Guerra. Esclarecimentos sobre as explosões em Deodoro.** 7 out.1958, p.59.

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Guerra. Agencia Nacional. 3º turno. **Noticiário do Ministério da Guerra. O Ministro visita a área das explosões em Deodoro.** 08 out.1958, p.323.

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Guerra. Agencia Nacional. 3º turno. **Noticiário do Ministério da Guerra. Nova localização dos paíóis de munição.** 09 out.1958, p. 392.

ARQUIVO NACIONAL. Agência Nacional. 3º turno. **Nota do gabinete do ministro da Guerra sobre remoção dos paíóis e exposição de motivos propondo indenizações aos prejudicados.** 10 out. 1958, p. 444.

BOLETIM RESERVADO no 10, **Fundo Memórias Reveladas**, Arquivo Nacional. Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), Aviso 41 da COSEF (s/1). Diretoria Geral de Material Bélico “concede à Diretoria Geral de Material Bélico, a importância de Cr\$ 2.880,000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil cruzeiros) , à fim de atender especificamente às despesas com o deslocamento da munição transportada para fora de Deodoro”. 20 out.1958.

BOLETIM RESERVADO no 12, **Fundo Memórias Reveladas**, Arquivo Nacional. Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Aviso 204, concessão de autonomia administrativa ao Depósito Central de Munições. 17 dez. 1958.

BOLETIM RESERVADO no 12, **Fundo Memórias Reveladas**, Arquivo Nacional. Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Concessão de autonomia administrativa ao Depósito Central de Munições. 30 dez.1958.

DIÁRIO OFICIAL, República dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção das Leis de 1948**, vol II, Atos do Poder Legislativo, p.196.

DECRETO 45.030 de 4 de Dez. DO 276, de 4 Dez 1958 – 25725, BE 51. Arquivo Histórico do Exército. Divisão de História e Acesso a Informação do Ministério Do Exército. T 27-290. **Cria o Depósito Central de Munições e o Batalhão Depósito de Munições.**

GOMES, Saulo. **Reportagem da Rádio Continental** (Explosão no Depósito de Material Bélico do Exército em Deodoro em 2 de outubro de 1958). [áudio]. Mp3. Rio de Janeiro. 1958.

MAIOR abandonado. Música da banda Barão Vermelho. Disco lançado em janeiro de 1984. Disponível em: <<http://cazuza.com.br/albuns/>>. Acesso em: 5 maio 2014.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Exército Brasileiro, Base de Apoio Logístico do Exército.** Ofício no 1 – CMDO/BaApLogEx. Rio de Janeiro, resposta de solicitação para pesquisa em arquivo do Depósito Central de Munição (DCMun). Rio de Janeiro, 1 de setembro de 2014.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Produto 8. **Relatório Final do Estudo Preliminar de Viabilidade Ambiental**. Rio de Janeiro, 13 jan. 2011. Disponível em: <<http://rap.gov.br/?p=1658>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PETIÇÃO Pública. **Abaixo-Assinado SOS Floresta de Deodoro**. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2013N36278>>. Acesso em: 01 set. 2014.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro**. 2009-2012. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/243779/planejamento_estrategico_site.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. Áreas de planejamento da cidade do Rio de Janeiro. **Coordenação Operacional de Atendimento em Emergência**. (Emergência Presente). Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1529762/DLFE-220205.pdf/1.0>>. Acesso em: 10 jan 2014.

PROJETO DE LEI 148/1948, CAMARA DOS DEPUTADOS, **concede pensão mensal de mil cruzeiros às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material bélico de Deodoro**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=172210&ord=1&tp=completa>. Acesso em: 07 out 2014.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA, Hermes da Fonseca, 1907. Foto do lançamento da pedra fundamental da Vila Militar de Deodoro.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado do Ambiente. **Parecer Técnico de Licença Prévia nº 10/11**. Rio de Janeiro, 06 jun. 2011. Disponível em: <<http://rap.gov.br/?p=1658>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado do Ambiente. **Deliberação CECA/CLF nº 5.399**. Rio de Janeiro, 20 set. 2011. Disponível em: <<http://rap.gov.br/?p=1658>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado da Casa Civil. Serviço Público Estadual. **Complexo Esportivo de Deodoro. Edital. Anexo I**. Rio de Janeiro, 8 nov. 2012. Disponível em: <<http://rap.gov.br/?p=1658>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Seção II. , 20 abr. 1948, p.196.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Rio 2016. Complexo Esportivo de Deodoro**. Sports Client Brief. Rio de Janeiro, 8 nov. 2012. Disponível em: <<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1504075/DLFE-59545.pdf/Anexo2S.C.B.VBDEODORO.pdf>>. Acesso em 5 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do patrimônio Cultural da

Capital. **Portaria no 253/2012. Inquérito Civil MA 6886.** Rio de Janeiro, 21 maio 2012. Disponível em: <http://rap.gov.br/?p=1658>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital **recomenda a suspensão do licenciamento ambiental iniciado pelo INEA** para a implantação do novo Autódromo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 24 jun. 2012. Disponível em: <http://rap.gov.br/?p=1658>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. GAEMA – Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente. **Inquérito Civil n. MA 6886.** Suspende o licenciamento ambiental do novo Autódromo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 24 out. 2012. Disponível em: <http://rap.gov.br/?p=1658>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. GAEMA – Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente. **MEMORANDO n.13/2013/GATE/Ambiental 2013.** Rio de Janeiro, 15 maio 2013. Disponível em: <http://rap.gov.br/?p=1658>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. 10ª Primeira Câmara Cível. **Agravo de Instrumento nº 0007219-11.2013.8.19.0000.** Rio de Janeiro, 21 ago. 2013. Disponível em: <http://rap.gov.br/?p=1658>. Acesso em: 10 abr. 2014.

STAHL, Denize. **Paio 1958.** Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2rD8SjrCzpw>. Acesso em: 12 out. 2013.

ANEXO

Transcrição da gravação de Saulo Gomes durante as explosões de 2 de outubro de 1958. A gravação foi veiculada na Rádio Continental no mesmo dia e nos dias seguintes.

12 segundos (explosões)

Saulo Gomes: Muito mais intensidade agora. Proibiram a entrada da reportagem. Entretanto, estamos caminhando por um caminho paralelo ao local das explosões, a mais ou menos 800 metros, onde, temos a impressão, estamos conseguindo na nossa máquina portátil, gravar a série de explosões, muita atenção ouvintes.

31 segundos (explosões)

Saulo Gomes: Estamos caminhando, paralelo ao local, denominado Camboatá, onde ainda prosseguem as explosões dos paióis de Deodoro, quando estamos completando dois meses das primeiras explosões que abalaram a cidade do Rio de Janeiro. Observem os ouvintes que agora vai aumentando de intensidade as explosões. Eu tenho a impressão que ainda a essa distância de 600 ou 800 metros estamos conseguindo gravar esses ruídos.

6 segundos (explosões)

Saulo Gomes: Havia feito reportagem, no microfone, ou melhor, através de um de nós, e os minutos acusavam uma média de 30, 40 explosões em cada minuto que passava, entretanto agora não há, há dificuldade até mesmo de se conseguir, de se conseguir (...) maiores detalhes. Nós estamos observando agora uma corrida muito grande, não sabemos o que está acontecendo, um homem está procurando, correndo e se escondendo atrás dos muros. A ordem é para debandada geral, os companheiros Celso Garcia e Walter Bruno estão correndo lá à distância, olha isso aqui, está aumentando senhores ouvintes. Estamos nós também correndo para nos proteger acidente, estamos procurando uma vala. Está aumentando a intensidade agora, já estamos procurando prosseguir, mas, (...) observem os ouvintes, que agora é realmente uma situação de bastante pânico. Walter Bruno e Celso Garcia deram uma carreira muito grande. Vamos aguardar aqui.

13 segundos (explosões mais intensas)

Saulo Gomes: Já há muitos estilhaços aqui bem próximo de onde nos encontramos. Uma viatura dos bombeiros é retirada nesse instante do local, (...) a situação vai assumindo um aspecto realmente de pânico. Já estamos vendo bem longe o Celso Garcia e Walter Bruno abandonando a região, os bombeiros e os soldados. Vamos, infelizmente, continuar distantes dos colegas, que a mais ou menos um quilômetro, estão se protegendo e abandonando a região. Infelizmente nós não podemos sair daqui, agora, enquanto, observem, vai aumentando agora...

24 segundos (explosões intensas)

Saulo Gomes: A ordem é para a bandonar, vamos correndo aqui, protegidos por este muro, se Deus quiser vamos procurar ainda atingir o local onde se encontram os nossos companheiros.

12 segundos (explosões intensas com sons de vozes não identificadas)

Saulo Gomes: Você quer o quê? Calma, calma, qual é o seu nome?

Soldado: Geneci.

Saulo Gomes: Oh! Geneci, você estava onde quando ouviu essa ordem agora para debandar?

Soldado: Eu estava no, estava aqui no local quando houve essa ordem aqui eu já estou querendo caminhar pro quartel, né.

Saulo Gomes: Você serve aonde?

Soldado: Na escola de paraquedistas.

Na escola de paraquedistas. Você viu que realmente, infelizmente a situação piorou agora?

Soldado: Tá muito pior, eu estava bem próximo à estrada agora ...

Saulo Gomes: Perfeito, então você pode mandar, falar pra sua família que você está bem, utilizando a Continental.

Soldado: Queria avisar a minha família que eu estou bem, até agora não houve nada comigo, nem com ninguém da ...

Saulo Gomes: Perfeitamente. E agora, quanto aqueles estilhaços ali, tinha diversas viaturas estilhaçadas aqui perto da gente...

Soldado: Pegou num caminhão do Ministério da Guerra, né...

Saulo Gomes: Caminhão?

Soldado: É (...) Estamos protegidos pelo muro, né?

Saulo Gomes: Acho que o muro já é alguma garantia.

Soldado: É ...

Saulo Gomes: Perfeito. Algum de vocês mais quer falar, soldados que aqui estão conosco nessa trincheira.

Soldado: Quero mandar mensagem pra minha mãe, sabe, minha mãe em Niterói, falar pra ela assim, queria mandar avisar que tá tudo seguro, quer dizer não muito seguro, mais ou menos, né?

Saulo Gomes: Qual é o seu nome, por favor?

Soldado: É tenente Luís Colares Filho.

Saulo Gomes: Perfeitamente. Fala o próximo. Os outros soldados querem falar? Podem falar.

Soldado: avisa à minha mãe que tá tudo passando bem.

Saulo Gomes: Perfeito. Fala aqui um outro paraquedista...

Soldado: Antonio da Silva Filho, dizer pra minha mãe que aqui caminha tudo bem, tá uma certa confusão, mas tenho fé em Deus que não vai haver nada.

Saulo Gomes: Perfeito, outro soldado vai falar. É uma trincheira que nós estamos aqui, com proteção atrás de um muro enquanto os estilhaços já vão atingindo a região onde nós nos encontramos. Vai falar outro soldado, qual o seu nome pra falar pra sua família?

Soldado: José de Oliveira.

Saulo Gomes: Tudo bem com você?

Soldado: Tudo bem, graças a Deus.

Saulo Gomes: Perfeito. Aqui o outro soldado que está aqui deitado também.

Soldado: Bruno Ferreira de Souza. Avisa à família que mora na rua Silveira ...

(Gravação interrompida)

Soldado: Não há nada comigo e que eu estou aqui no local da explosão, mas que Geneci. Geneci Azevedo, mora na Vila Nova em Campo Grande.

Saulo Gomes: Perfeitamente, assim, senhoras e senhores, vão observando ouvintes que não para, agora é um tiroteio tremendo, um dos soldados pede o microfone enquanto estamos nós aqui deitados numa vala bem junto ao muro, bem junto ao local das explosões, humanamente impossível sairmos daqui. Os nossos companheiros Walter

Bruno e Celso Garcia, eu tenho a impressão que já conseguiram, se garantiram, porquanto eles estavam, voltavam de mais ou menos um quilômetro do local onde nós nos encontrávamos, em demandada, em debandada para ao posto central RC-2 com o senhor Peres Junior. Espero, peço a Deus que eles tenham chegado bem ao RC-2, o Celso Garcia e o Walter Bruno enquanto que nós não podemos mais sair daqui. E vamos aguardar até, se Deus quiser, a situação melhorar. Vai falar um outro soldado. Fala soldado.

Soldado 8: Eu quero avisar minha mãe que eu tô passando muito bem, o soldado Milton da Silva.

Saulo Gomes: Perfeitamente. Muito obrigado, agora aqui, vamos procurar informar (...) ô cabo Mendes, observe os ouvintes que vai piorando, vai piorando, aumentando de intensidade o número de explosões e também o estampido é cada vez maior.

48 segundos (explosões mais intensas)

Saulo Gomes: Atenção senhores ouvintes, essa é uma gravação ouvintes, como a que realizamos exatamente há dois meses passados, falando de Camboatá, bem junto ao local das explosões, o mesmo acontece no dia de hoje, infelizmente aquilo que começava de pequena monta já vai assumindo aquele mesmo aspecto no dia de hoje, dia dois de agosto, dia primeiro, dois de agosto, que se passaram exatamente há dois meses. Agora os soldados fazem comentários sobre as granadas que eles estão vendo passar pelo ar, barbaramente um tiroteio tremendo, uma braqueada incessante das bombas dos vários calibres, 75, 105, 175 e há soldados que me informam, o fogo atingiu infelizmente já os paióis de pólvora, o que dá motivo a este tiroteio tremendo que está sendo ouvido pelos nossos ouvintes, estamos aqui observando as viaturas também existem, com o rádio do exército, uma estação de rádio também prosseguindo atrás do muro...

(Gravação interrompida)

Saulo Gomes: Perfeito. Nós estamos correndo, estamos agora no meio da rua. Nós estamos naturalmente nervosos e bastante preocupados com a nossa segurança e com a dos soldados que aqui se encontram. Mas, mais uma vez procuramos dar ao ouvinte a ideia nítida daquilo que está acontecendo. Vamos novamente deixar de falar para focalizar apenas os ruídos dos estouros.

18 segundos (explosões mais intensas)

Saulo Gomes: É um bolo, senhores ouvintes, bolo de fumaça. Estamos vendo no ar (...) petardos no ar, a grande distância, a muitos metros de altura, incandescentes, balas incandescentes, as granadas que no ar vão explodindo. Vai crescendo o bolo de fumaça, fumaça preta, fumaça negra, agora uma corrida desesperada dos soldados, vai crescendo a intranquilidade, os jipes andam, as viaturas são movimentadas a toda velocidade, deixando aqui o local, que já não oferece praticamente nenhuma segurança. Ô Cabo, o senhor está autorizado, pode nos orientar para sair daqui ou não?

Cabo: Estamos esperando uma ordem de um dos sargentos aí, o sargento Chagas e o Sargento Ismar, tá aqui, estamos todos no local da explosão...

Saulo Gomes: Onde é que tá soldado? Eu vi agora, está na zona de fogo, quer dizer que eu pergunto soldado, mas nós não podemos sair daqui agora não. Veja, Senhores ouvintes! Senhoras e senhoras, há um soldado aqui com uma crise de nervos [**soldado chorando**] os soldados estão realmente preocupados. Um soldado aqui bastante descontrolado, chorando, vamos pedir calma soldado, pedir a Deus que tudo há de correr

bem. Vemos agora, senhoras e senhores, petardos que arrancaram pedaços das árvores, onde aqui estamos, e bem junto a nós, caíram galhos atingidos por petardos que atingiram essa região. Olha soldado, fica calmo que se Deus quiser não há de ser nada, vamos pedir a Deus, vamos pedir a Deus que nós estaremos, se Deus quiser, teremos ainda o direito de sair daqui para termos nossos contatos com os nossos familiares, se Deus quiser, e a Emissora Continental...

Gravação interrompida

Saulo Gomes: senhores ouvintes, nós estamos no caminho da vila militar e nós vamos procurar, aí cabo, qual é?

Cabo: Vamos para aquele abrigo aí...

Saulo Gomes: O que, cabo?

Cabo: Vamos para aquele instituto pra ver se protege mais das balas.

Saulo Gomes: Vai ficar protegido lá?

Cabo: Perfeito.

Saulo Gomes: Perfeito. Nós estamos correndo, ficamos agora no meio da rua e nós aqui na estrada, estamos atingindo a estrada, a variante, e agora vamos procurar, naturalmente atrás, maior, aqui temos mais segurança, não é cabo? Senhoras e senhores, a situação realmente é de pânico, agora nós estamos correndo. Exato, a corrida é geral, eu, eu não posso mais falar, honestamente cabo, vamos ficar aqui, já que aqui tem mais proteção e aguardar a oportunidade para chegar onde se encontram os colegas, já que o Bruno e o Celso, nós vimos que saíram protegidos numa viatura dos bombeiros. O barulho agora é muito maior, não há nada como a gente estar em casa, viu? Tantas coisas no ar, eu não posso falar, minha garganta tá seca e cansada. Qual é o seu nome, cabo?

Cabo: José Lourenço da Silva.

Saulo Gomes: Você manda uma mensagem pra sua família pra dizer que você está bem?

Cabo: Certo. Jose Lourenço da Silva

Saulo Gomes: Mora onde?

Cabo: Moro em Albuquerque, rua Iquacetuba, número 13, sirvo no segundo BCC.

Saulo Gomes: Tá tudo bem agora?

Cabo: Tá tudo bem agora.

Saulo Gomes: O barulho está maior, mas agora nós estamos um pouco mais distantes.

Cabo: Exato, um pouco mais distantes (...)

Saulo Gomes: Agora estamos um pouco protegidos aqui no bloco da fundação. Que bloco é esse aqui?

Cabo: Estamos aqui próximo ao instituto, um instituto aqui.

Saulo Gomes: Perfeito, muito obrigado

(Gravação interrompida)

6 segundos (explosões)

Saulo Gomes: Petardos luminosos no ar, são centenas e centenas de bolas de fogo que nós estamos vendo sendo lançadas a, a milhares de quilômetros, uma quantidade imensa de fumaça preta, preta...

(Gravação interrompida)

Saulo Gomes: Uma fuga empreendida num caminhão, por generosidade dos homens que falaram neste microfone, com aquele soldado que inclusive chorou na hora em que a

granada explodiu bem perto de nós, derrubando o pedaço de muro e aquele, depois aquela caminhada no caminhão, agora a caminhada é a pé. Os senhores observem, os senhores perdoem a voz cansada, mas nós estamos tomando distância, para procurar ter certeza de que os nossos companheiros irão nos encontrar no RC-2 e que Walter Bruno e Celso Garcia também lá se encontram. Vamos silenciar por instantes a Continental e a Metropolitana com esta gravação que estamos realizando em nossa máquina, desde o paiol até atingirmos o RC-2.